

A stylized orange letter 'T' composed of three horizontal bars at the top and two vertical bars on the right side.A stylized orange letter 'C' composed of three concentric, slightly offset circular segments.A stylized orange letter 'F' composed of three horizontal bars and two vertical bars on the right side.

TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DO ESTADO  
DO TOCANTINS





# Tribunal de Contas do Estado do Tocantins



# Expediente

<b>Textos e Edição</b>	Marcelo Santos Cardoso - 0001062/TO
<b>Supervisão</b>	Lauri Meyer - Ascom/TCE-TO
<b>Apoio</b>	Dhenia Gerhardt - Ascom/TCE-TO Vilmara Bianchi - Ascom/TCE-TO
<b>Revisão</b>	Márcia Barbosa - TCE/TO
<b>Fotos</b>	Usina Comércio e Serviços Audiovisuais Ltda Secretaria de Comunicação do Estado do Tocantins
<b>Criação e Finalização</b>	Cannes Publicidade Ltda.
<b>Impressão</b>	Gráfica e Editora WR
<b>Tiragem</b>	500 exemplares
<b>Distribuição</b>	Gratuita

T631t Tocantins. Tribunal de Contas  
TCE Tocantins 30 Anos, 1989-2019 / Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.  
Palmas: TCE/TO, 2019.  
144 p.: il.

1. Tribunal de Contas do Estado do Tocantins. 2. Tribunal de Contas - História. I. Título.

CDD - 341.3852  
CDU - 351.94

Catálogo na fonte: Biblioteca Conselheiro José Ribamar Meneses

**Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**

1989 - 2019

30 anos de uma história que aponta para o futuro.



## Apresentação

A presente publicação foi produzida como parte das comemorações dos 30 anos de criação do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, que ocorrem neste ano. Os textos trazem registros históricos e informações sobre fatos e ações realizadas pelo TCE/TO, com foco nos quatro anos da gestão do conselheiro Manoel Pires dos Santos, iniciada em 2015 e encerrada em 7 de fevereiro de 2019.

Não por acaso, a obra inicia com os resultados obtidos pelo planejamento estratégico, que vem sendo um divisor de águas no encaminhamento, execução e avaliação de objetivos e metas de curto, médio e longo prazos no TCE/TO. Esse processo envolve a participação e o comprometimento de membros e servidores dos mais diversos setores da Corte de Contas, fator essencial para que essa importantíssima ferramenta de gestão seja tão bem-sucedida.

Cabe salientar, também, que, a partir de 2017, o TCE/TO decidiu compartilhar sua experiência com os municípios. Por iniciativa da Terceira Relatoria, a cargo do conselheiro José Wagner Praxedes, foi implantado um programa piloto em Brejinho de Nazaré, cujos resultados nos estimularam, em 2018, a levar o planejamento estratégico a Pedro Afonso, trabalho que agora continua com o conselheiro Manoel Pires dos Santos, atual titular da Primeira Relatoria. A intenção é que tais prefeituras se tornem disseminadoras desse conhecimento junto às demais cidades do Tocantins, para benefício de toda a sociedade.

Outros pontos contemplados no livro e que também são reflexos do planejamento estratégico, incluem o foco na fiscalização concomitante, para evitar que os danos ao erário se concretizem; o estímulo ao controle social, de modo que o cidadão se torne um fiscal da aplicação do dinheiro público; a modernização tecnológica, fundamental para acompanhar as inovações dos dias atuais, entre tantos outros. Os dados e as entrevistas foram coletados até os meses finais de 2018 e que se consolidam na presente obra.

Importante verificar que a própria criação e evolução do Estado do Tocantins e de Palmas se confundem com a história do TCE/TO. Ao longo desses 30 anos muita coisa mudou, como pode ser constatado no capítulo sobre o TCE na história. Uma caminhada que uniu tocantinenses de nascimento, como os conselheiros Manoel Pires dos Santos, José Wagner Praxedes e Napoleão de Souza Luz Sobrinho, e brasileiros dos mais diversos estados, que escolheram essa terra como sua, como nós mesmos e os conselheiros Doris de Miranda Coutinho, Alberto Sevilha e André Luiz de Matos Gonçalves.

**Conselheiro**  
**Severiano José Costandrade de Aguiar**  
*Presidente 2019/2020*



## TCE 30 anos: o cidadão como personagem central

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins chega aos 30 anos contabilizando os resultados do 2º ciclo de seu Plano Estratégico, o que comprova o amadurecimento institucional e da relação com seus mais diversos públicos estratégicos. Cada meta planejada teve como foco melhorar os serviços prestados para aquele que, em nosso entendimento, está no topo do organograma da Corte, o cidadão. Isso está muito claro na missão destacada no Mapa Estratégico cujo texto se inicia com “satisfazer às necessidades da sociedade, quanto à correta aplicação dos recursos públicos...”

Ao longo destas três décadas, o colegiado não poupou esforços no sentido de modernizar o Tribunal, ao aprimorar os conhecimentos do corpo técnico e promover a capacitação dos fiscalizados. Uma história que merece ser reportada. Assim, surgiu a ideia de publicarmos o presente livro, como forma de registrar e perpetuar os fatos. As próximas páginas comportam detalhes e curiosidades sobre a criação e implantação da Corte de Contas e seus principais êxitos, dentro de um contexto temporal, histórico e político intimamente ligado à criação do Tocantins e da sua capital Palmas.

Não obstante imergirmos na história, também destacamos as ações recentemente realizadas. Nesta espécie de balanço, salientamos o investimento na qualidade das fiscalizações, com vistas a definir padrões mínimos a serem seguidos nas auditorias e inspeções, além de fomentar o controle concomitante, fiscalização de extrema eficiência, com redução de custos e de processos acumulados.

Vale ressaltar que, a despeito das restrições orçamentárias, o investimento no controle simultâneo ocorre sem prejuízo das formas tradicionais de fiscalização, como as auditorias presenciais e as análises de contas. Ademais, houve também um bom desempenho em frentes distintas, como a aproximação com o cidadão, resultando em amplo incentivo ao Controle Social, e a capacitação de agentes públicos e da própria comunidade.

Estamos certos de que muito ainda há que se fazer e colher. No entanto, é gratificante poder explorar a presente obra e ver o quão grande é o caminho já percorrido por todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para alcançar os objetivos. A todos os protagonistas desta história, nosso muito obrigado!



*Ao longo destas três décadas o colegiado do Tribunal não poupou esforços no sentido de o modernizar, aprimorar os conhecimentos do corpo técnico e promover a capacitação dos fiscalizados.*



**Conselheiro**  
**Manoel Pires dos Santos**  
*Presidente 2015/2016 e 2017/2018.*

# Sumário

## CAPÍTULO I - Planejamento Estratégico

• Tribunal já colhe resultados de gestão focada na otimização de ações e recursos.....	pág. 14
• Mapa Estratégico.....	pág. 15
• Meta é apreciar todas as contas consolidadas dentro do prazo até 2021.....	pág. 16
• Uma história de continuidade traçada a longo prazo.....	pág. 17
• Controle concomitante chega no tempo certo para evitar o dano.....	pág. 20
• Brejinho de Nazaré e Pedro Afonso na rota da boa governança.....	pág. 21
• A vez de Pedro Afonso.....	pág. 22
• E-Contas aposenta o papel e abre nova era da fiscalização no TCE.....	pág. 23
• Pindorama e Tocantinópolis na história, unidas pelo velho e o novo.....	pág. 25
• Digaf: missão de fazer recursos produzirem serviços de qualidade.....	pág. 26

## CAPÍTULO II - Controle Externo

• Tribunal rumo ao futuro da inteligência e da especialização.....	pág. 30
• Fiscalizações remotas ganham parceiros e ampliam alcance do TCE.....	pág. 31
• Controle concomitante gera economia de R\$ 36,4 milhões em dinheiro público.....	pág. 33
• Informações estratégicas para barrar mau uso do dinheiro público.....	pág. 34
• Diretorias em campo para zelar pela boa gestão dos recursos públicos.....	pág. 35
• Coordenadoria dá salto de qualidade na fiscalização de obras públicas.....	pág. 37
• Após prevenir milhões em prejuízos, unidade focará em fiscalizações preventivas.....	pág. 38
• Setor de Atos de pessoal embarca nas trilhas eletrônicas de auditoria e chega a resultados animadores.....	pág. 39
• Cocap amplia alcance do controle concomitante na gestão de pessoal.....	pág. 40
• Sicap-Contábil avança com alertas eletrônicos e qualifica fiscalização.....	pág. 41
• Auditorias Especiais de olho nos resultados da gestão pública.....	pág. 42
• Tribunal atrai parceiros para agilizar construção de aterros sanitários nos municípios.....	pág. 44
• Termo de Cooperação sobre a gestão dos resíduos sólidos.....	pág. 45

## CAPÍTULO III - Controle Social

• Olhos do cidadão iluminam os caminhos do controle concomitante.....	pág. 50
• Quantidade e qualidade de ações de comunicação fazem número de demandas aumentar 46%.....	pág. 51
• Na Ouvidoria, o cidadão é a fonte mais qualificada e respeitada contra os danos.....	pág. 52
• Exigência do cidadão, WhatsApp da Ouvidoria dá mais consistência às demandas.....	pág. 53
• Casos que ilustram a força da Ouvidoria, via sociedade, para denunciar e prevenir irregularidades.....	pág. 54
• Medidas práticas elevam grau de satisfação com as ações do Tribunal.....	pág. 55
• Faça como a Marcela: não se cale!.....	pág. 57
• Capacitação dissemina as boas práticas da gestão do dinheiro público.....	pág. 59
• Instituição investe em cursos próprios para qualificação do seu quadro de servidores.....	pág. 60
• Grupo de estudos inova ao levar controle social para dentro das escolas públicas.....	pág. 61
• Com foco na orientação, cobrança e busca de soluções, Agenda Cidadã atrai quase 5 mil participantes em 4 anos.....	pág. 62
• TCE de Portas Abertas busca aproximação com a comunidade.....	pág. 63
• Uma biblioteca inclusiva e acessível à pesquisa, ao conhecimento e ao lúdico.....	pág. 65
• A histórias pulsam no Memorial.....	pág. 67

## CAPÍTULO IV - Controle Interno

• Sistema integrado é caminho para aprimorar a fiscalização interna.....	pág. 70
--	---------

## CAPÍTULO V - Comunicação

• Avanços e desafios na missão de aproximar o Tribunal de seus públicos.....	pág. 74
• Contas públicas na pauta diária do site, da TV, do rádio, das redes sociais.....	pág. 75

# Sumário

• Comitê visa qualificar ainda mais as informações produzidas pelo Tribunal.....	pág. 77
• Plano prevê a execução anual de 80% das ações de comunicação.....	pág. 78
• Estrutura organizacional atual da Ascom e a proposta da sua nova regulamentação.....	pág. 79
• Da máquina de escrever ao mundo eletrônico.....	pág. 80

## CAPÍTULO VI - Modernização Tecnológica

• Desenvolvimento de sistemas põe TCE/TO entre os grandes do País.....	pág. 84
• Ações de fiscalização ficam mais ágeis, seguras e econômicas.....	pág. 85
• Com chancela do TRF-4, TCE/TO é referência na implantação do SEI nos Tribunais de Contas do País.....	pág. 86
• Sistemas de última geração “made in” Tocantins a custo zero.....	pág. 87

## CAPÍTULO VII - Gestão de Pessoas

• Qualificação, valorização e qualidade de vida do servidor em alta.....	pág. 92
• Tecnologia no centro das ações voltadas para o servidor.....	pág. 94
• Sistema Athenas será divisor de águas na gestão de pessoas.....	pág. 95
• Programa Qualidade de Vida é saúde, segurança, educação, cultura, diversão.....	pág. 96
• VII Caminhada e III Passeio Ciclístico.....	pág. 98
• Galeria do Bem Viver.....	pág. 101
• Jogos internos.....	pág. 104
• Galeria dos Campeões.....	pág. 106

## CAPÍTULO VIII - Por Dentro do TCE

• Conquistas e demandas de um Tribunal mais perto do cidadão.....	pág. 110
• “Planejamento é fundamental para a administração pública, assim como o cidadão é para a fiscalização dos seus recursos”.....	pág. 112
• Eis que toca um telefone em Miracema.....	pág. 113
• “Avançamos muito, mas os novos desafios exigem investimento no binômio governança e tecnologia.....	pág. 114
• Sai o delegado, entra o conselheiro.....	pág. 115
• “Implantação do Sicap permitiu ao Tribunal atuar com mais precisão e agilidade e mirar também os resultados da gestão públicas”.....	pág. 116
• “Suite” de madeirite e comida de engenheiro.....	pág. 117
• “O Tribunal ainda pode ajudar muito na construção de uma administração pública mais idônea e eficaz”.....	pág. 118
• Destrovou o Tocantins, derrubou barreiras, construiu história.....	pág. 119
• “Toda prestação de serviço público eficiente, executada com preço de mercado, certamente terá atendido todos os requisitos da lei”.....	pág. 120
• Ex-capitão, ex-procurador, ex-reitor e conselheiro toda a vida.....	pág. 121
• “Fiscalização preventiva e concomitante voltada para a orientação do gestor é o caminho para se evitar eventual desvio de dinheiro público”.....	pág. 122
• Uma história de vida pautada no bom senso e equidade*.....	pág. 123
• Conselheiros Substitutos.....	pág. 124
• Com sucesso do informativo, Tribunal mira implantação do sistema de jurisprudência.....	pág. 126
• Infográfico do Organograma do TCE.....	pág. 127

## CAPÍTULO IX - Por Dentro do MPC

• MPC inova em parcerias e ganha visibilidade nacional.....	pág. 130
• Resultados de ações do MPC viram referência no País.....	pág. 131
• A autonomia que traz consigo a maioria institucional.....	pág. 132

CAPÍTULO X - TCE na História.....	pág. 137
-----------------------------------	----------



# Capítulo 01

Planejamento  
Estratégico



Praça dos Girassóis • Palmas

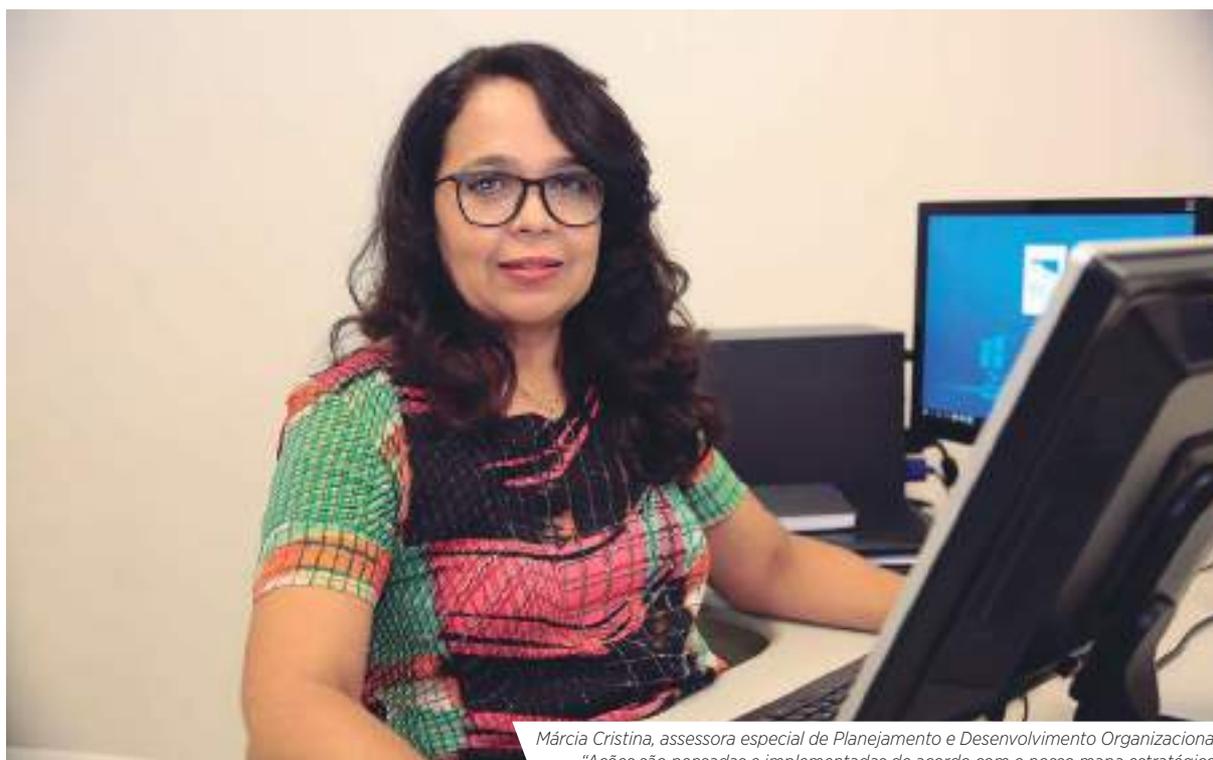


## Tribunal já colhe resultados de gestão focada na otimização de ações e recursos

Se o Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo (Promoex), implantado em 2006, deu início, efetivamente, ao processo de modernização do Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO) e seu alinhamento às outras cortes de contas estaduais e da União, a elaboração do Plano Estratégico, a partir de 2009, e sua posterior implementação em 2010, pavimentou o caminho para o aprimoramento e a efetividade das ações

dos pontos que precisam ser melhorados para que o Tribunal preste um serviço cada vez melhor, explica Márcia. “Todas as ações precisam ser realizadas de acordo com o mapa estratégico que norteia a missão, visão e valores do Tribunal”, lembra.

Márcia destaca ainda que os processos internos que envolvem recursos, capacitação e tecnologia são traçados e



Márcia Cristina, assessora especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional:  
“Ações são pensadas e implementadas de acordo com o nosso mapa estratégico”

de fiscalização das contas públicas dos municípios e do Estado, sem prejuízo dos vários projetos e programas de orientação aos jurisdicionados e de estímulo ao controle social dos recursos públicos via sociedade em geral.

“Temos objetivos estratégicos, indicadores e metas, tudo para que se alcance o resultado. Outro ponto fundamental é a gestão de recursos, que nos fará obter tecnologia adequada, capacitação e especialização dos servidores”, explica Márcia Cristina Gonçalves da Cruz, assessora especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional do Tribunal.

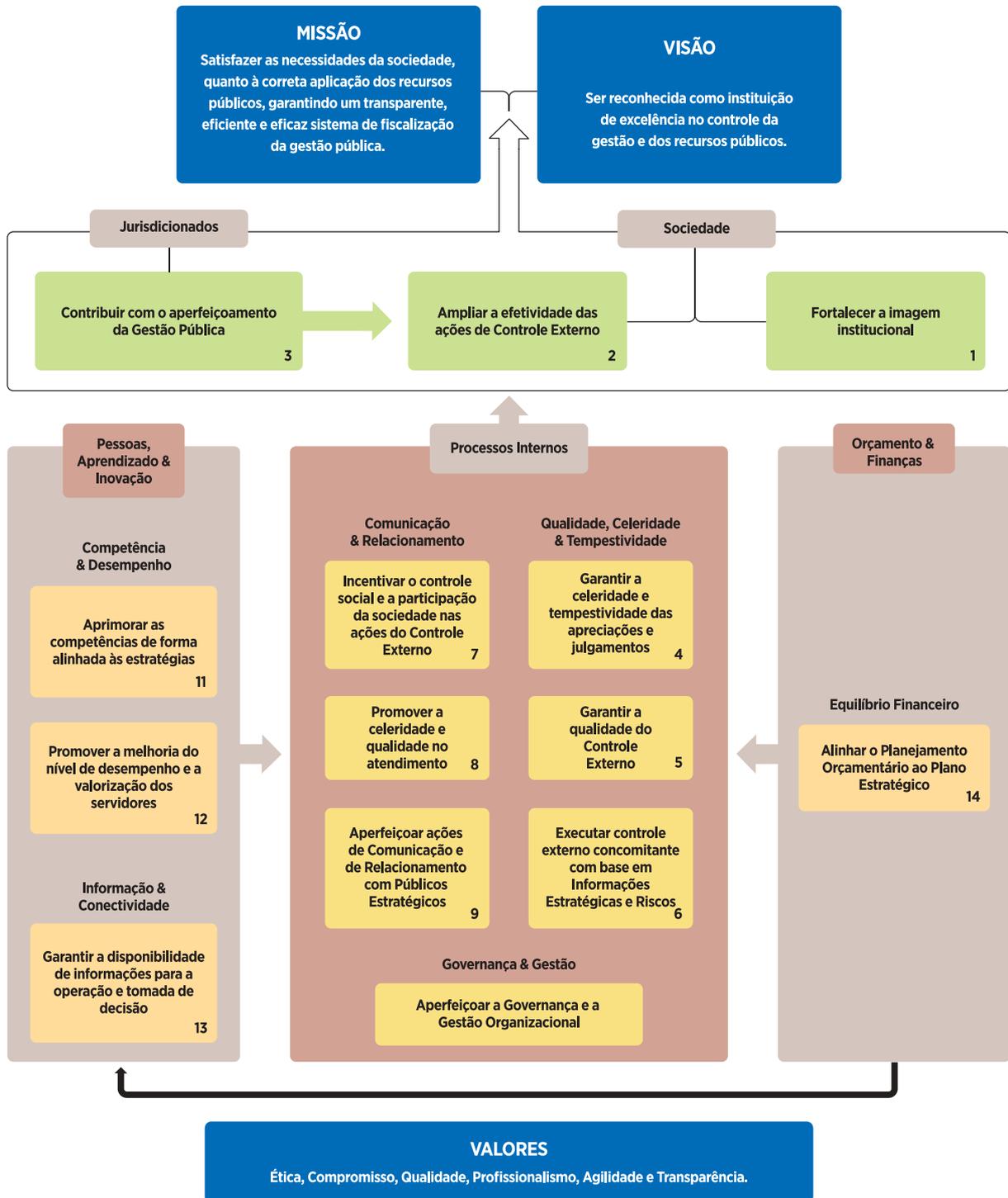
A mensuração dos resultados, por meio de reuniões mensais, dá suporte para a revisão anual, com a identificação

efetivados sempre na perspectiva da sociedade e dos jurisdicionados. “Quando se trabalha a gestão orçamentária, dentro da ótica financeira, é no sentido de se planejar tudo para melhorar a produtividade, agilidade e a qualidade dos serviços prestados ao público externo”, reforça.

Não é à toa que, entre 2016 e 2018, o TCE/TO alcançou, na média geral, 86,91% da meta de ações previstas, das quais se destacam as de fiscalização concomitante, de incentivo e de participação da sociedade voltada para o controle social. Somam-se ainda as ações integradas de comunicação e de relacionamento com os públicos estratégicos, além da qualificação dos jurisdicionados.



# Mapa Estratégico





## Meta é apreciar todas as contas consolidadas dentro do prazo até 2021

Um dos principais gargalos do Judiciário brasileiro é o acúmulo de processos à espera de julgamento em suas mais variadas esferas. Morosidade que atinge também os Tribunais de Contas, mas que, neste caso, está com os dias contados. Já colhendo os frutos do processo

de modernização pelo qual vem passando desde 2006 e que ganhou fôlego com a consolidação do seu planejamento estratégico, o TCE/TO quer chegar a 2021 com as contas consolidadas das 139 prefeituras e a do Estado julgadas dentro do prazo estipulado.

### TCE EM NÚMEROS Ações realizadas entre 2015 a 31/10/2018

PRINCIPAIS RESULTADOS	TOTAL
<b>Autuação</b>	
Processo instaurado	28.804
Expediente	14.805
<b>Decisões proferidas</b>	
Acórdão	4.281
Parecer Prévio	507
Resolução	2.164
<b>Processos julgados</b>	
2015	4.589
2016	4.256
2017	4.476
2018	2.427
<b>Pleno</b>	
Ato Normativo	51
Atos de Pessoal	5.997
Auditorias e Inspeções	1.355
Consulta	44
Denúncia	7
Prestação de Contas Consolidadas	506
Prestação de Contas de Ordenador	2.641
Processo julgado nas Câmaras	13.878
Processo julgado no Pleno	1.870
Representação	206
Sessões realizadas	458
<b>Cartório de Contas</b>	
Valor comprovado de recolhimento à Conta Especial do Fundo do Tribunal de Contas	R\$ 1.210.971,26
Valor das Notificações (Débitos)	R\$ 110.473.875,82
Valor das Notificações (Multas)	R\$ 15.590.727,08
<b>Capacitação</b>	
Servidores	2.611
Jurisdicionados e sociedade	11.423
<b>Comunicação</b>	
Edição do Boletim Oficial do TCE/TO	873
Edição do Jornal Informativo do TCE/TO	19

Fonte: SIGEC



## Planejamento Estratégico

A arrojada meta vem sustentada em pilares como inovação tecnológica - desenvolvimento próprio de sistemas eletrônicos integrados - combinada com novos procedimentos de fiscalização visando torná-la cada vez mais ágil e tempestiva. Outro pilar, não menos importante e que ganhou mais vigor a partir de 2015, foi a política de capacitação do corpo funcional do Tribunal, dos gestores públicos e da sociedade em geral.

Quanto ao segundo grande ciclo a partir do planejamento estratégico, que começou em 2016 e terminará em 2021, o foco vem sendo o controle de estoque de processos e a realização das fiscalizações concomitantes visando dar mais qualidade ao processo de fiscalização das contas públicas. A outra inovação, aliada à política e ao plano de comunicação, procura apurar, através da elaboração de relatórios, qual o retorno efetivo do trabalho do Tribunal para a sociedade e em que medida ele gera economia para o erário.

Traduzindo em números, 15.748 processos foram julgados pelo Tribunal entre 2015 e 2018, o que dá uma média de 328 processos por mês (a média pode ser maior, considerando que o levantamento ocorreu até 31 de outubro

de 2018). Desse total, 13.878 julgamentos ocorreram nas duas Câmaras, responsáveis por apreciar as contas consolidadas de prefeitos e julgar as de ordenadores de despesas municipais e estaduais, e 1.870 passaram pelo crivo do Pleno do Tribunal, a quem cabe apreciar as contas consolidadas do governador e analisar os recursos interpostos contra as decisões das Câmaras do TCE/TO.

“O ideal é que as contas dos gestores fossem 100% aprovadas, o que significaria que estariam aplicando bem o dinheiro público e absorvendo bem as orientações e também as capacitações promovidas pelo TCE. Mas, as irregularidades ainda são praticadas”, afirma Márcia Cristina Gonçalves da Cruz, ressaltando que muitas delas ocorrem por falta de conhecimento técnico e planejamento. “Planejar, monitorar, analisar, acompanhar e executar. Tudo isso é fundamental para os gestores públicos, sejam eles municipais ou estaduais”, alerta.

“É importante que eles discutam, monitorem, tracem objetivos, conheçam a opinião dos moradores, se informem e se orientem a respeito de qualquer ação que envolva uso de recursos públicos.”

## Uma história de continuidade traçada a longo prazo

“Planejamento foca na continuidade das ações do TCE, independentemente da gestão. Cada presidente tem suas especificidades, mas o plano estratégico já está traçado a longo prazo.” A afirmação de Márcia Cristina Gonçalves da Cruz, assessora especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional, resume, sem contrapontos, a importância do Planejamento Estratégico para a Corte de Contas tocantinense, que nasceu em 2009 e que, em 2019, entra no quarto ano do seu segundo grande ciclo de cinco anos.

O ciclo 2016-2021 “tem como propósito estabelecer uma visão de longo prazo, a partir de uma sequência lógica de atividades que, buscam estruturar objetivos a serem perseguidos e traduzidos em iniciativas estratégicas”, informa texto do livro, publicado em 2016, que traz todos os detalhes da elaboração do Plano Estratégico do TCE/TO - ciclo 2016/2021. Em outro trecho, a publicação destaca que o “desdobramento das estratégias e a busca pelo alcance dos resultados devem ser estruturados por meio de ações sistemáticas e contínuas de monitoramento e controle, visando garantir o alinhamento dos recur-

sos organizacionais ao alcance da visão de futuro e do cumprimento das metas estabelecidas”.

Em linhas gerais, o plano ressalta que a legitimação de todas as etapas previstas - diagnóstico organizacional, formulação de objetivos e estratégias - tem como premissa básica o efetivo envolvimento dos servidores.

A partir daí, estipula 14 objetivos, 58 metas e 156 estratégias. Tudo isso mirando desafios, como o aprimoramento do controle de estoque de processos, a realização das auditorias concomitantes e a qualificação da fiscalização das contas públicas.

Entre outros pontos importantes, o plano traz um detalhado diagnóstico do ambiente interno (pontos fortes e fracos) e do ambiente externo (oportunidades e ameaças), abrindo caminho para a avaliação do cenário no qual se encontra o Tribunal e possíveis fatores que possam impactar suas ações e desempenho enquanto instituição pública.



## → DIAGNÓSTICO AMBIENTE EXTERNO

### Oportunidades

- Disponibilidade e facilidade de acesso às novas tecnologias;
- Aumento da participação da sociedade no controle da administração pública e do interesse em exercer o controle social;
- Formação de redes de controle entre as instituições públicas;
- Aperfeiçoamento da legislação;
- Existência de diretrizes nacionais para aprimoramento dos Tribunais de Contas;
- Criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.

### Ameaças

- A conjuntura econômico-financeira nacional e seu reflexo negativo no âmbito do TCE/TO;
- Tentativas de enfraquecimento das competências constitucionais dos Tribunais de Contas;
- A legislação atual não garante a execução das decisões dos Tribunais de Contas;
- Sistema de controle dos jurisdicionados ineficiente;
- Desconhecimento, por parte da sociedade, das atribuições do TCE/TO e da efetividade de suas decisões;
- Utilização, sem o devido crédito, por outras esferas do Governo, dos dados e informações disponibilizados pelo TCE/TO;
- Subutilização das informações disponibilizadas pelo TCE/TO por outras esferas de governo;
- Possibilidade de elegibilidade de agentes políticos com contas não aprovadas pelo TCE/TO;
- Corruptibilidade associada à impunidade.

## → DIAGNÓSTICO AMBIENTE INTERNO

### Pontos fortes

- Adoção de prática de gestão estratégica, com avaliação sistemática dos resultados;
- Adoção de normas e manual para Auditoria, alinhadas às boas práticas de controle externo;
- Capacidade de firmar acordos de cooperação técnica com outros órgãos;
- Implantação do processo eletrônico, proporcionando mais agilidade na tramitação interna e melhoria na comunicação com partes interessadas;
- Adoção de sistemas para captação de dados e fiscalização, agilizando o encaminhamento de dados e informações de forma sistematizada;
- Adoção de práticas para comunicação com públicos estratégicos, fortalecendo a interação com as diversas partes interessadas e melhorando a imagem da instituição;
- Escola de Contas estruturada para provimento de cursos e treinamentos de forma adequada;
- Existência de Política de Gestão de Pessoas, baseada em competências;
- Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, proporcionando um ambiente de trabalho mais saudável aos servidores.

### Pontos fracos

- Morosidade da tramitação, apreciação e julgamento dos processos;
- Falta de controle e garantia da qualidade nos processos de fiscalização;
- Ausência de diretrizes para controle externo concomitante;
- Ausência de práticas estruturadas de jurisprudência;
- Inexistência de práticas estruturadas para tratamento de informações estratégicas para o controle externo;
- Prática inadequada para acompanhamento das decisões do TCE/TO;
- Deficiência de rotinas estruturadas e estrutura inadequada do Controle Interno;
- Dificuldade para implantação de um modelo de gestão de ouvidoria, com foco no cidadão e no servidor;
- Inexistência de práticas sistematizadas da Unidade de Corregedoria;
- Existência de obstáculos para a implantação do Modelo de Gestão de Pessoas com foco em competências;
- As políticas de Tecnologia da Informação-TI ainda não foram implantadas na totalidade;
- Insuficiência da acessibilidade na estrutura física e na disponibilidade de informações à sociedade.



## — EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

- **Márcia Cristina Gonçalves da Cruz** - Assessora Especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional
- **Elizete da Silva Feitosa** - Assessora de Planejamento
- **Maria das Graças Rodrigues Vieira** - Assessora de Desenvolvimento Organizacional
- **Carlota Zaíra Viana Fonseca Silva Cunha** - Auditora de Controle Externo
- **Yara de Mello Rocha** - Técnica de Controle Externo
- **Alda Maria Dias Neto Martins** - Técnica de Controle Externo
- **Luna Mota Duarte** - Estagiária
- **Guilherme Panta Campos** - Estagiário

## — COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

- **Manoel Pires dos Santos** - Conselheiro Presidente
- **Severiano José Costandrade de Aguiar** - Conselheiro Vice-Presidente
- **André Luiz de Matos Gonçalves** - Conselheiro Corregedor
- **Alberto Sevilha** - Conselheiro
- **Doris de Miranda Coutinho** - Conselheira
- **José Wagner Praxedes** - Conselheiro
- **Napoleão de Souza Luz Sobrinho** - Conselheiro
- **Moisés Vieira Labre** - Conselheiro Substituto
- **Adauton Linhares da Silva** - Conselheiro Substituto
- **Fernando César B. Malafaia** - Conselheiro Substituto
- **José Ribeiro da Conceição** - Conselheiro Substituto
- **Zailon Miranda Labre Rodrigues** - Procurador-Geral de Contas
- **Marcos Antônio da Silva Modes** - Procurador de Contas
- **Raquel Medeiros Sales de Almeida** - Procuradora de Contas
- **Juxson Alves Pereira** - Diretor-Geral de Controle Interno
- **Wellane Monteiro Dourado da Silva** - Diretora-Geral de Controle Externo
- **Marcelo Olímpio Carneiro Tavares** - Diretor-Geral de Administração e Finanças
- **Karin Thatiana Dias** - Diretora-Geral do Instituto de Contas
- **Márcia Cristina Gonçalves da Cruz** - Assessora Especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional
- **Elizete da Silva Feitosa** - Assessora de Planejamento
- **Maria das Graças Rodrigues Vieira** - Assessora de Desenvolvimento Organizacional
- **Carlota Zaíra Viana Fonseca e Silva Cunha** - Auditora de Controle Externo
- **Flávio de Almeida Godinho** - Chefe de Gabinete da Presidência
- **Lauri Meyer** - Assessor de Imprensa e Relações Públicas
- **Osmarina Rodrigues Andrade** - Diretora de Recursos Humanos
- **Ana Lize Pereira de Lima** - Diretora de Orçamento, Administração e Finanças
- **Francisco de Assis dos Santos Júnior** - Diretor de Informática
- **Diomar Carneiro Mourão de P. Oliveira** - Coordenadora de Apoio Técnico
- **Roger Luís Monteiro Tolentino** - Auditor de Controle Externo
- **Marilda Piccolo** - Auditora de Controle Externo



## Controle concomitante chega no tempo certo para evitar o dano

Como vão mostrar os números e fatos neste livro, é notável o processo de modernização do Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO nos últimos 10 anos, potencializado por várias acertadas iniciativas, entre elas a implementação do planejamento estratégico, que dita o rumo das ações de todas as unidades da Corte baseado, em uma visão de longo prazo e que atinge, no bom sentido, também os gestores públicos e a sociedade em geral.

É nesse cenário que virou realidade uma das iniciativas fundamentais para o salto de qualidade da atividade fim do Tribunal, que é zelar pela correta gestão dos recursos públicos. Pensado no planejamento estratégico, pelas equipes da área de controle externo, o controle concomitante, em tempo real, da aplicação dos recursos públicos (sejam eles municipais ou estaduais) fez o TCE avançar na sua missão principal, ao passar não só a reparar o dano ao erário público, mas agora também a evitá-lo.

“É atualmente uma fórmula encontrada para modernizar a instituição, dando um caráter ágil e eficiente ao exercício da fiscalização”, ressalta Márcia Cristina, da linha de frente do planejamento estratégico. Em outras palavras, a fiscalização concomitante atua desde os primeiros proce-

dimentos para a realização de uma obra ou o fechamento de um contrato ou convênio que envolvam dinheiro público, seja via sistemas eletrônicos do próprio Tribunal, que abrigam informações repassadas pelos gestores públicos, seja via portais da transparência, por exemplo.

Essas trilhas eletrônicas permitem que as diretorias de Controle Externo e as coordenadorias de Auditorias Especiais, de Controle de Atos de Pessoal, de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia possam, após detectar irregularidades, barrar um edital de uma obra antes mesmo de ele ser publicado (via medida cautelar chancelada pelo Tribunal), evitando assim prováveis prejuízos aos cofres públicos. Os resultados, porém, não chegam por acaso. São frutos da evolução tecnológica com assinatura da Diretoria de Informática, que desenvolveu vários sistemas eletrônicos que funcionam de maneira integrada, de forma a dar o maior número de informações possíveis a quem está no comando da fiscalização, além dos investimentos na qualificação de auditores e técnicos de Controle Externo. “A fiscalização eletrônica já deu muitos resultados positivos em 2018 em várias áreas da gestão pública”, ressalta Márcia.



Márcia e a equipe da Assessoria de Planejamento: fiscalização concomitante ganha protagonismo no Tribunal



## → AUDITORIAIS E FISCALIZAÇÃO

A Resolução nº 152/2018 aprovou o Plano Anual de Auditorias e Fiscalização, estabelecendo as diretrizes para execução do controle concomitante no exercício de 2018, cuja prioridade foi a execução de fiscalizações rela-

tivas aos portais da transparência, atos de pessoal, planos de educação, receita tributária, licitações, contratos e obras.

FISCALIZAÇÕES APRECIADAS	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Auditoria de recursos externos	-	-	2	-	<b>2</b>
Auditoria de regularidade	590	343	244	128	<b>1305</b>
Auditoria operacional	5	4	4	1	<b>14</b>
Inspeção	6	13	9	6	<b>34</b>
Levantamento	-	-	-	1	<b>1</b>
Monitoramento	-	1	2	4	<b>7</b>
<b>TOTAL</b>	<b>601</b>	<b>361</b>	<b>261</b>	<b>140</b>	<b>1363</b>

## Brejinho de Nazaré e Pedro Afonso na rota da boa governança

Em abril de 2017, a prefeita Miyuki Hyashida e seus colaboradores se reuniram, em Palmas, com uma equipe técnica do Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO), coordenada pelo conselheiro José Wagner Praxedes, titular da 3ª Relatoria. Estava nascendo ali o Planejamento Estratégico de Brejinho de Nazaré (2017/2021), um projeto pioneiro focado na melhor utilização dos recursos públicos através da elaboração e execução de políticas públicas bem planejadas com metas estipuladas a curto, médio e longo prazos.

“O Tribunal entra apenas como orientador. Não decidimos nada”, ressalta o conselheiro Praxedes, destacando a importância da participação da comunidade no processo de elaboração do planejamento estratégico, que já foi

a bússola para a montagem do Orçamento municipal de 2018, que sofreu um enxugamento de quase 30% em relação ao ano anterior.

“Sem planejamento, de maneira geral, o Orçamento pode ser construído fora da realidade do município”, ressalta Praxedes, lembrando que os recursos previstos para a saúde na peça orçamentária de 2018 foram definidos a partir de participação de todos os segmentos ligados à área.

Na manhã de segunda-feira, 27 de agosto de 2018, o conselheiro Praxedes estava na audiência pública, em Brejinho de Nazaré, durante a qual a Prefeitura apresentou os resultados das ações realizadas a partir da efetivação do



Equipe do TCE/TO passa orientações à prefeita Miyuki e colaboradores



## Planejamento Estratégico

planejamento estratégico. Não sem razão, a saúde foi um dos destaques, alcançando 100% da meta relacionada a atendimento médico, odontológico e fisioterápico nas duas Unidades de Saúde da Família (USFs) do município, ex-distrito de Porto Nacional que se emancipou em 1959 e que hoje tem uma população de 5.475 habitantes, segundo estimativa do IBGE. Cumpriu, ainda, 82% da meta estipulada para a atualização mobiliária das USFs.

Além de uma maior adesão aos programas federais, a educação atingiu 90% da meta definida pelo planeja-

mento para reforma e ampliação das escolas, ao passo que, na infraestrutura, 25% e 50% das vias públicas e dos equipamentos foram recuperados, respectivamente. Brejinho hoje está capacitado para ser um multiplicador dessa prática nos outros municípios de sua região.

Concorrendo com o projeto que incentiva a boa governança, o Plano Estratégico foi inscrito pelo Tribunal na 15ª edição do Prêmio Inovare, cujo objetivo é “identificar, divulgar e difundir práticas que contribuam para o aprimoramento da Justiça no Brasil”.

## A vez de Pedro Afonso



*Prefeito Jairo Mariano acompanha dados durante reunião com técnicos do TCE/TO*

Com uma população estimada pelo IBGE em 13.380 habitantes, Pedro Afonso tornou-se o segundo município do Estado a aderir à iniciativa do TCE/TO de apoiar a implementação do planejamento estratégico. Coordenados pelo conselheiro Severiano Costandrade, os trabalhos começaram em agosto de 2018, em reunião que envolveu técnicos do TCE e o prefeito e presidente da Associação Tocantinense de Municípios (ATM), Jairo Mariano, e seus colaboradores diretos.

E, no dia 7 de dezembro, ocorreu a última reunião da comissão responsável pela sua elaboração, na qual foram realizados os ajustes para a consolidação do Plano Estratégico que terá importância fundamental tanto na construção do Orçamento de 2019 quanto do Plano Plurianual, além de servir de norte para a gestão até 2022.

“Apesar de ser pequeno, Pedro Afonso é um dos municípios de maior renda per capita do Estado, com grande

potencial de crescimento através do agronegócio”, lembra o conselheiro Severiano, titular da 1ª Relatoria, ressaltando que a escolha levou em conta muito a vontade do prefeito em implantar o projeto do qual o TCE será parceiro.

Segundo o conselheiro, “a ideia é fazer com que, a partir do planejamento estratégico, se consiga produzir um diagnóstico completo que sustente a execução orçamentária o mais próximo das necessidades e da realidade do município”. Ou seja, o que a administração deve fazer para melhorar a gestão, quais os prazos e metas, incluindo aí os riscos apurados e análise dos recursos. “O planejamento orçamentário, a ser efetivado em 2019, também vai ser acompanhado por nós e, em 2020, já saberemos o que será necessário aperfeiçoar”, explica Severiano.



## E-Contas aposenta o papel e abre nova era da fiscalização no TCE



O conselheiro substituto Moisés Labre: "Estamos evoluindo no controle de estoque de processos"

Hoje, do protocolo ao julgamento final no Pleno, todo processo tramita eletronicamente no Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO), num contraste frontal com a realidade vista até o final de 2011, quando o rito todo obedecia à lógica do papel. Essa divisão entre as "trevas e a luz" atende pelo nome de e-Contas, portal (<https://www.tce.to.gov.br/e-contas/>) de consulta pública que abriga e disponibiliza as informações sobre os processos já julgados ou em andamento na casa (há restrições nos casos em que o responsável ainda não tenha exercido o seu direito ao contraditório). E quem acompanhou diretamente o nascimento e acompanha até hoje o desenvolvimento do e-Contas, que estabeleceu uma nova era no processo de fiscalização de contas do TCE, é Moisés Vieira Labre, conselheiro substituto. "Começamos a receber informações dos municípios eletronicamente numa versão antiga do Sicap (Sistema Integrado de Auditoria Pública). Esses dados eram usados para fins de fiscalização, mas as contas consolidadas dos prefeitos continuavam chegando todas via papel", recorda ao falar sobre o processo embrionário do E-contas.

Na sequência, nasceu o Sicap Contábil pelo qual as contas e as outras informações passaram a chegar, mas todo esse conteúdo tinha que ser impresso para poder tramitar. "Ficamos com o ônus do papel que antes era das Prefeituras durante dois anos", brinca Labre, lembrando que, ao mesmo tempo, sua equipe trabalhava na transformação do sistema, do qual eles resgataram e digitalizaram todos os processos possíveis, incluindo o número 1, de 1989, do qual só foi possível recuperar a decisão.

"Nós resgatamos o que era possível resgatar, porque tinha muito processo que já tinha voltado para a origem, e não tínhamos mais informação. Guardamos a capa do processo e a decisão", revela.

Batizado de Controle de Processo, esse sistema foi a base para a comissão, que Labre coordena até hoje e envolve a equipe de informática, desenvolver o e-Contas. O processo passou por várias etapas, entre elas o desenvolvimento de subsistemas, criação do Sistema Cadastro Único (o sistema eletrônico só funciona se tiver um sistema de cadastro), dos sistemas de calendário para controle de prazos, de pauta de processos para controle do Plenário, e de comunicação para intimação e notificação (Sicop).

"Nós criamos uma rede de sistemas e, desde 2012, que a gente está com esse sistema eletrônico funcionando e sendo aperfeiçoado a cada dia", ressalta.

Também gerente de metas de controle de estoque de processos desde 2013, o conselheiro substituto Moisés Labre lembra que o TCE atingiu 66% da meta estipulada em 2018 pelo planejamento estratégico para julgamento dos processos autuados até 2016 - 700 do total de 1.917. Os processos residuais desse período precisaram ser finalizados no ano seguinte. Nas contas de Labre, em 2013, havia 6.047 processos tramitando no Tribunal, número que caiu para 4.271 agora. "Embora não tenhamos atingido a meta, estamos evoluindo. São 1.700 processos a menos."



## → CONHEÇA O PORTAL E-CONTAS

### Como fazer download dos processos digitalizados?

A partir das telas de pesquisa, localize o(s) processo(s) desejado(s) e clique na Lupa, localizada à esquerda, para abrir o processo. Quando o processo for aberto aparecerão mais detalhes e suas peças/documentos. Caso o processo esteja digitalizado aparecerá um link com a imagem ao lado do seu número para se fazer o download.

### Porque não aparecem as peças de alguns processos?

- Os processos autuados a partir de 2013 são todos eletrônicos; Assim, obrigatoriamente suas peças estão em formato digital (.pdf), sendo possível o download de suas peças;
- No caso dos processos físicos, somente a decisão final está digitalizada;
- Lembrando que só estão disponíveis para consultas os processos em que o responsável já tiver exercido o direito ao contraditório e estejam digitalizados.

### Como faço para consultar um processo?

Clique no menu Consulta de Processos à esquerda da tela e escolha uma das três opções de busca: Pesquisa avançada, Pesquisa por pessoa (Responsável ou Interessado) ou Pesquisa Processos e Decisões por Órgão e clique na opção escolhida.

- **Pesquisa avançada:** permite fazer busca a processos por vários filtros, combinando-os. Exemplo: localizar as Prestações de Contas de uma prefeitura pelo exercício da conta, ou localizar os processos de uma Câmara autuados em determinado ano, etc.
- **Pesquisa por pessoa (Responsável ou Interessado):** permite localizar processos autuados pelo nome (nome completo ou parte do nome) ou pelo CPF/CNPJ da pessoa/órgão/entidade.
- **Pesquisa Processos por Órgão:** permite fazer busca por órgão/entidade e mostra todos os processos que o órgão/entidade protocolizou ou que conste o seu nome.

### Como faço para visualizar as decisões dos processos?

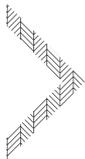
Clique na opção Consulta decisões, informe os filtros da busca e clique em Pesquisar. Ou clique em Consulta decisões por órgão para localizar as decisões de julgamento referente a esse órgão.

### Como consultar os processos de prestação de contas?

No menu Contas anuais clique no nome do órgão desejado e depois selecione o exercício a que se refere a conta, e por último clique no tipo de conta desejada (de ordenador ou consolidada).

### E os processos que tramitam em sigilo?

De acordo com a Instrução Normativa Nº 01 – TCE-TO, de 07 de março de 2012, é livre a consulta, no sítio do Tribunal, aos registros de tramitação e aos atos decisórios proferidos pelo Tribunal em processos eletrônicos, ressalvados os casos em que a lei impõe sigilo. Assim, os processos que tramitam em sigilo só podem ser consultados pelas partes e procuradores habilitados no e-Contas.



## Pindorama e Tocantinópolis na história, unidas pelo velho e o novo

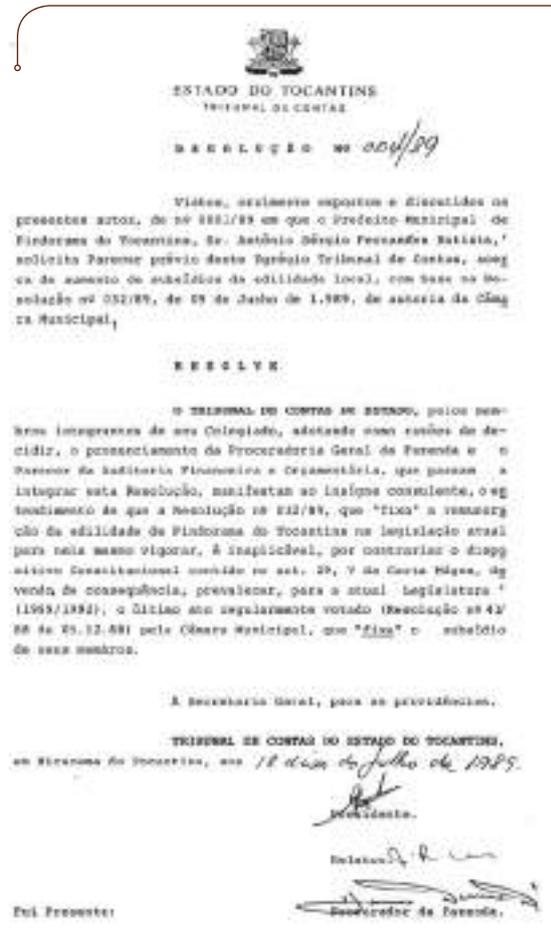
Pindorama do Tocantins, na região Oeste do Estado, a 208km de Palmas e 4.464 habitantes, e Tocantinópolis, na região Norte e a 525 km da Capital, com 22.896 habitantes, têm pouca coisa em comum, mas estão ligadas por um fato marcante no TCE/TO e seus 30 anos de história. Originaram-se dessas duas cidades, respectivamente, o primeiro processo a tramitar na casa, na era do papel, e o primeiro processo a caminhar eletronicamente no Tribunal.

Em 9 de junho de 1989, quase um ano depois da criação do Estado e um mês depois do nascimento de Palmas, “pousava” no TCE a papelada dos autos de número 0001/89, acerca de uma consulta do prefeito pindoramaense sobre aumento dos vencimentos dos vereadores locais via Resolução nº 032/89, subscreta pelo próprio Legislativo municipal.

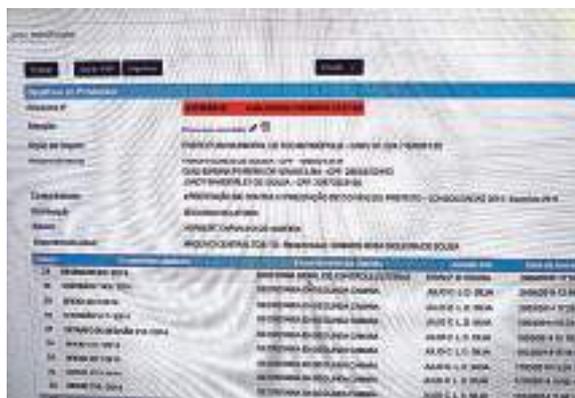
Consulta feita, apreciada e dirimida assim: “...a remuneração da edilidade de Pindorama do Tocantins na legislação atual para nela mesmo vigorar, é inaplicável, por contrariar o dispositivo Constitucional contido no art. 29, V da Carta Magna, devendo, de consequência, prevalecer, para a atual Legislatura (1989/1992), o último ato regularmente votado (Resolução nº 43/ 88 de 05.12.88) pela Câmara Municipal, que “fixa” o subsídio de seus membros”. A resolução e também seus efeitos repousam intactos até hoje nos acentos da Corte de Contas tocantinense.

O processo 4175/2012 começou a andar eletronicamente via e-Contas, sistema já em fase final de desenvolvimento, em 2012, e versava sobre as contas consolidadas da prefeitura tocantinopolina. Em 2014, estava no plenário para ser apreciado. O parecer prévio poderia ser pela aprovação ou rejeição. Prevaleceu a segunda tese, isso após vários considerandos, entre os quais o que apontava “a divergência existente entre o Saldo Bancário (Termo de Conferência de Saldos fls. 1/3) e o Disponível no Balanço Financeiro (Anexo 13), um saldo negativo (conta disponível) no valor de R\$ 889.300,36 (oitocentos e oitenta e nove mil, trezentos reais e trinta e seis centavos), contrariando o art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64 (...)”.

Findo os considerandos, os conselheiros, com a anuência do Ministério Público de Contas e do Corpo Especial de Auditores, resolveram “recomendar a rejeição das Contas Anuais Consolidadas do Município de Tocantinópolis-TO, referentes ao exercício financeiro de 2011 (...) nos termos dos artigos 1º inciso I; 10, III e 103 da Lei nº 1.284/2001 c/c artigo 28, do Regimento Interno...”.



O processo número 1 do TCE: efeitos da decisão são referência até hoje



Detalhe do processo do julgamento de contas, o primeiro a tramitar eletronicamente no Tribunal



## Digaf: missão de fazer recursos produzirem serviços de qualidade



Ramon Queiroz ao lado de sua equipe: missão de elaborar o Orçamento e acompanhar sua execução

“O nosso papel é fazer com que os projetos idealizados no planejamento estratégico que dependam de recursos orçamentários e financeiros se tornem realidade, obedecendo, lógico, ao rito legal em relação às aquisições de bens e serviços”, resume Ramon Gomes Queiroz, à frente da Diretoria Geral de Administração e Finanças (Digaf), que tem sob sua supervisão outras três diretorias – Orçamento, Administração e Finanças, Informática e Recursos Humanos, além de várias coordenadorias.

Com a experiência de mais de 20 anos de serviço público e no Tribunal desde 2008 via concurso como auditor de controle externo, e no atual cargo desde 5 de dezembro de 2017, Queiroz comanda uma unidade que participa diretamente de ações fundamentais para que a fiscalização dos recursos públicos ocorra de forma eficiente e ágil.

Além de estar à frente do gerenciamento de atividades administrativas, de pessoal e de recursos orçamentários e financeiros, imprescindíveis para o bom funcionamento do Tribunal, a Digaf, ao lado de outras unidades, está diretamente envolvida na elaboração da proposta orçamentária anual e no seu encaminhamento à Presidência (à qual a diretoria está vinculada), além de cuidar para que sua execução seja feita a contento pelas unidades da casa. Outra missão é a de encaminhar a proposta da política de pessoal e de tecnologia da informação, além

de acompanhar sua implementação e avaliar seus resultados.

Nesse sentido, a parceria com a Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional é ressaltada por Queiroz. “Nós trabalhamos em conjunto, articulando as áreas e os servidores envolvidos na elaboração dos projetos, das ações e na busca dos recursos necessários a sua execução no período seguinte, de acordo com a realidade do Tribunal”, explica, citando o exemplo de fiscalizações em que os recursos orçamentários são programados para atender esse tipo de demanda. “Assim procuramos obedecer aos trâmites legais e fazer com que os setores que estão envolvidos diretamente sejam atendidos”, lembra.

Nos processos de aquisição de bens e serviços, o diretor põe a questão da tecnologia na linha de frente. “Quando é aberta uma solicitação, todos podem acompanhar sua tramitação via sistema, fazendo com que o procedimento gerencial ganhe em efetividade e em transparência. Posso verificar se o prazo de execução de determinado processo foi cumprido ou não e, nesse caso, questionar por que ele ainda não avançou”, explica o diretor.

Ramon Queiroz destaca também a qualificação dos servidores como outra ação de importância fundamental. Em



## Planejamento Estratégico

2018, servidores de diversos setores vinculados à Diretoria Geral foram capacitados em vários cursos por meio do Instituto de Contas. Entre eles os que se qualificaram a operar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (Siafe) e a entender os vários procedimentos e fases dos processos licitatórios.

Queiroz ressalta que todos os setores têm importância no Tribunal, mas destaca a Assessoria Jurídica e a Diretoria

Geral de Controle Interno para a gestão administrativa da pasta. “Nosso papel é justamente respaldar o nosso gestor, fazendo com que as aquisições de bens e serviços obedeçam ao princípio da legalidade e do interesse público.”

### → ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

#### DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - Divisão de Apoio Técnico

##### DIRETORIA ORÇAMENTÁRIA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

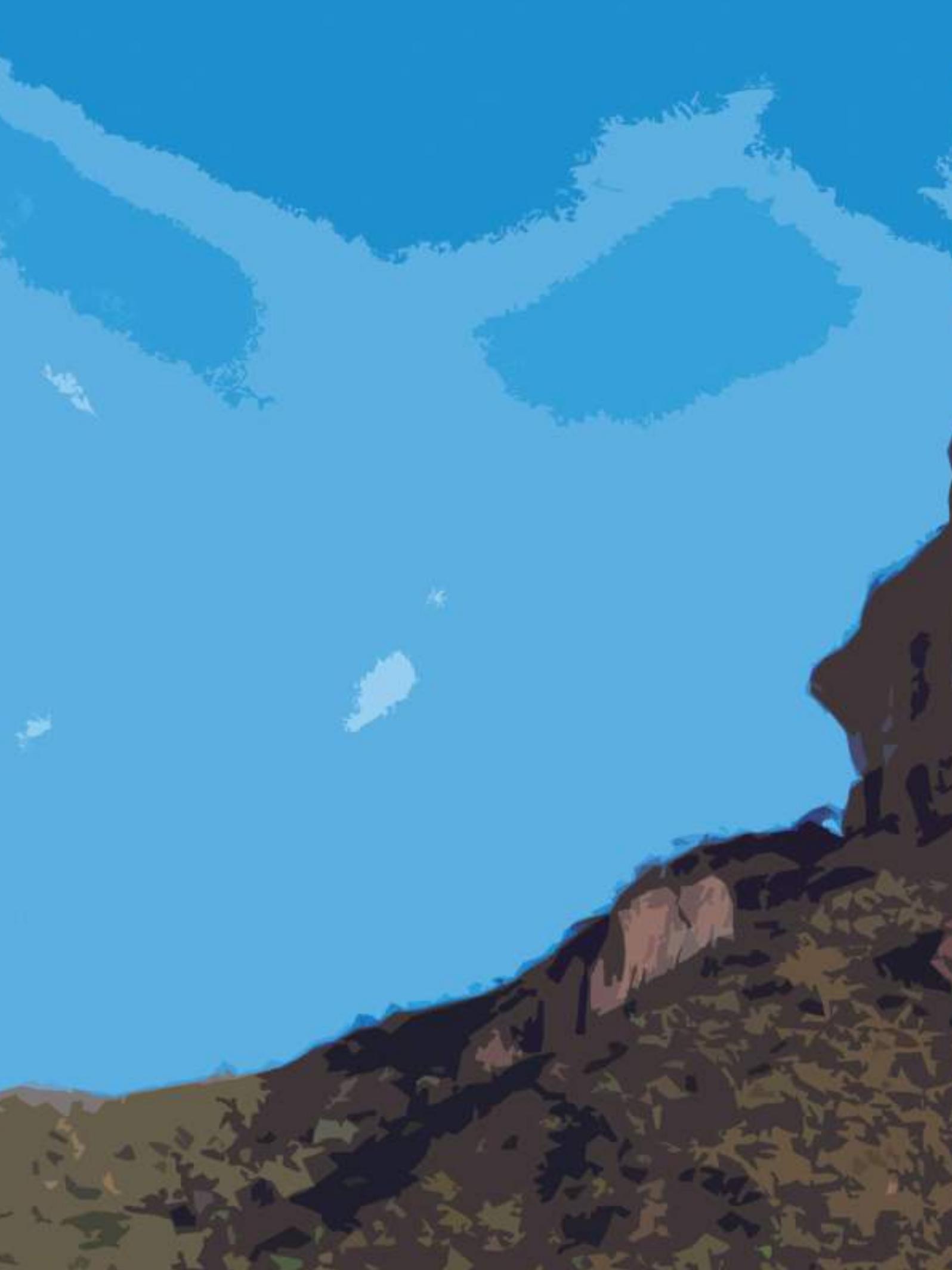
- Coordenadoria de Orçamento e Finanças
- Coordenadoria Administrativa
- Coordenadoria de Licitação Contratos e Convênios
- Coordenadoria Manutenção e Transporte
- Divisão de Transporte
- Coordenadoria de Contabilidade
- Coordenadoria de Material e Patrimônio
- Divisão de Material
- Divisão de Patrimônio
- Coordenadoria de Protocolo Geral
- Divisão de Correspondência e Serviços Postais

##### DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- Coordenadoria de Administração de Redes
- Coordenadoria de Administração de Banco de Dados
- Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas
- Coordenadoria de Suporte e Atendimento ao Usuário

##### DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

- Coordenadoria de Administração de Pessoal
- Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento de Pessoal
- Coordenadoria de Saúde



# Capítulo 02

Controle Externo





## Tribunal rumo ao futuro da inteligência e da especialização

“Nesses últimos quatro anos, eu penso que iniciamos a organização da casa para a visão de futuro do TCE/TO”, afirma Wellane Monteiro Dourado da Silva, diretora geral de Controle Externo, que coordena, gerencia e supervisiona a grande missão do TCE/TO - fiscalizar os gastos públicos do Estado e municípios -, referindo-se ao ciclo 2015-2018 durante o qual a Corte de Contas tocantinense passou por transformações cruciais para elevar a sua atividade fim a um novo patamar, como a efetivação do seu planejamento estratégico à luz das inovações tecnológicas, do investimento em inteligência (implantação da Unidade de Informações Estratégicas) e uma política voltada para a especialização dos seus quadros.

A partir desse direcionamento, o controle concomitante está sendo intensificado com novos instrumentos de fiscalização.

“Ainda realizamos auditorias e inspeções, mas hoje já executamos outros instrumentos de fiscalização concomitante, utilizando cruzamento de dados eletrônicos e investindo em especialização, linha que vem sendo adotada pelos outros tribunais. Precisamos especializar equipes para o controle da gestão pública que está exigindo cada vez mais profissionalização, por

isso não podemos mais ser generalistas”, ressalta Wellane, lembrando que 2018 foi o ano em que houve uma mudança efetiva nesse sentido, mas que os resultados serão vistos de forma mais clara nos anos posteriores. Entretanto, os números mostram que os resultados desse ciclo já são animadores e retratam bem esse novo viés, baseado no controle concomitante de atos e em cruzamentos de dados via sistemas e trilhas eletrônicas, para não só detectar possíveis irregularidades cometidas pelos gestores públicos, mas, e principalmente, evitá-las antes que o dano ocorra. Fiscalizações promovidas pelas diretorias de Controle Externo e coordenadorias - nessa nova linha - evitaram um prejuízo de R\$ 36.440.751,13 aos cofres públicos a partir do trabalho da Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (Caeng) em editais de licitação e de obras, e pela Coordenadoria de Controle de Atos de Pessoal em

pagamento indevidos e outras irregularidades na área da saúde.

A grande virada rumo ao começo do fim do reinado da fiscalização generalista no Tribunal ocorreu entre 2016 e 2017, lembra Wellane. Foi quando houve uma reorganização das equipes de trabalho na qual foram levadas em conta algumas especificidades, como análise de processos de contas, de recursos e fiscalização de obras e serviços de engenharia, a partir de diagnósticos e discussão de propostas de especialização. “Os engenheiros, que estavam todos separados foram agrupados em uma mesma área com a missão de dar efetividade à fiscalização de obras, isso dentro de uma política de aprimoramento dos sistemas”. O resultado é o que os números vêm mostrando: o TCE está deixando de fiscalizar apenas obra pronta,

punindo o gestor, para atuar na raiz, bem antes de o primeiro tijolo ser levantado, e, de quebra, ainda alertar os gestores, via sistemas, sobre como conduzir processos licitatórios de obras, contratos, convênios e afins, sem ferir a legislação e garantindo a aplicação da verba pública de forma correta.

“Se eu fosse fazer um corte de destaque na história do TCE, ele seria a partir dos últimos 11 anos, quando passamos a trabalhar com as informações eletrônicas através dos

módulos do SICAP (Contábil; LCO-Licitação, Contratos e Obras e AP - Atos de Pessoal), frutos da modernização da casa nos últimos tempos. Hoje, temos muita informação”, afirma Wellane, lembrando que falta a consolidação do Sicap Estadual, ainda em desenvolvimento e testes, por meio do qual o Tribunal irá receber e analisar a gestão fiscal e as contas do Estado eletronicamente.

“Precisamos investir no departamento de gerenciamento de informações estratégicas para produzirmos informação útil para a tomada de decisões. A partir do gerenciamento e tratamento dos dados, será produzida a informação visando decidir onde devemos concentrar nossa fiscalização”, garante a diretora geral de Controle Externo.



Wellane, diretora geral de Controle Externo: “Tribunal focado em cruzamento de dados eletrônicos e na especialização de equipes”



## ➤ AÇÕES CONTRA O FANTASMA DA MOROSIDADE

Uma das metas estratégicas do Tribunal, até 2021, é conseguir a “tempestividade das apreciações e julgamentos dos processos” e a qualidade dos relatórios e pareceres do controle externo, por meio da elaboração e adoção de padrões de qualidade, realização de força-tarefa para redução de estoque e, ainda, mudanças no fluxo de autuação e tramitação dos processos.

Essas são as principais armas para impor agilidade e qualidade aos processos de controle externo, que têm impacto direto na redução do estoque – foram instaurados 28.804 processos entre 2015 e a outubro de 2018.

Nesse sentido, as ações do TCE contra a morosidade estão alinhadas às diretrizes da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), inclusive com a aprovação de medidas que evitam a geração de processos, baseada em “critérios de risco e avaliação do custo/benefício do controle, objetivando a redução de estoque e celeridade na tramitação de processos de contas anuais de ordenadores de despesas”.

**“Estamos concentrando um grande esforço no sentido de padronizar ao máximo os procedimentos e critérios de análises, visando à uniformização de entendimentos, os quais contribuirão para diminuir o tempo de tramitação de um processo e/ou retrabalho nas unidades técnicas”,** explica Wellane.



## Fiscalizações remotas ganham parceiros e ampliam alcance do TCE

Em média, o TCE/TO fiscaliza anualmente a aplicação dos recursos públicos de cerca de 30% dos municípios tocaninenses por meio de auditorias *in loco*, mas isso não significa dizer que os outros 70% estão fora do raio de ação, ao contrário. As seis diretorias de Controle Externo e as quatro coordenadorias (Coes-Auditorias Especiais, Cocap-Atos de Pessoal, Caeng-Atos/Contratos/Obras e Coacf-Acompanhamento Contábil/Gestão Fiscal) estão de olho em todos eles (139), garimpando editais, contratos, registros da contabilidade, transparência e banco de dados de parceiros como o Ministério da Educação (MEC), para cruzá-los com as informações que os gestores enviam para os sistemas do Tribunal.

É possível, por exemplo, consultar a base de dados do Plano Nacional de Educação (PNE) e saber quantas crianças estão fora da escola em determinado município, para fiscalização, por meio de levantamentos e acompanhamentos, o que antes só se conseguia via auditoria ou inspeção presenciais. Parceiro na cruzada contra irregularidades por meio de trilhas eletrônicas, o TCE/TO está usando dados do Sistema TCE Educa. Desenvolvido a partir do grupo de trabalho realizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), o sistema abriga base de dados com informações também do IBGE para acompanhamento das metas nacionais do Plano Nacional de Educação que os gestores precisam cumprir.

Como o plano anual de fiscalização não define apenas auditorias, mas também outras fiscalizações, tais como os portais da transparência e Planos de Educação, as equipes de auditores das diretorias e coordenadorias têm outra importante forma de obtenção de dados, que é a Rede de Informações Estratégicas (InfoContas), criada pela Atricon e o IRB, por meio da qual são compartilhadas informações entre os TCEs e o TCU, inclusive em fiscalizações conjuntas, como a que a equipe do Sicap de Atos de Pessoal comandou e detectou a acumulação ilegal de cargos públicos no Estado e no município de Palmas, usando informações de outros tribunais.

“São fiscalizações que não dariam resultado nos modelos anteriores (papel, manual). Agora não, com informação eletrônica, cruzando com outros dados a que o Tribunal tem acesso, conseguimos visualizar os indícios de irregularidade através do cruzamento de dados, o que levou à realização de fiscalizações que acabaram por confirmar as irregularidades”, lembra Wellane Monteiro Dourado da Silva, que comanda a Diretoria Geral de Controle Externo. Ela ressalta a importância das ações da Atricon/IRB, como a criação do InfoContas, a cujo termo de cooperação o TCE/TO aderiu, para estimular o intercâmbio de dados e conhecimentos e o trabalho em conjunto entre os tribunais, tendo como base a mesma metodologia, o mesmo padrão de fiscalização. “São várias iniciativas interessantes e inovadoras, nas quais estamos juntos com outros tribunais de contas e o TCU.”



## Controle Externo

Sobre as auditorias propriamente ditas, a equipe técnica defende que foquem em assuntos prioritários, como educação, transporte escolar e saúde, dentre outros, fiscalizando e capacitando. “A atuação do Tribunal de Contas,

por meio da fiscalização em conjunto com a sociedade (controle social) e por meio das capacitações, resultará em efetividade do controle e em melhoria da gestão pública.”



*Wellane com sua equipe direta na Diretoria Geral de Controle Externo: parceria com outros Tribunais de Contas e o TCU gera resultados*

### PLANO DE AUDITORIAS

- Todas as unidades técnicas (diretorias e coordenadorias) trabalham de acordo com uma programação anual de auditorias e fiscalização, que é aprovada pelo Pleno do Tribunal até março de cada ano, definindo o que cada equipe irá fazer (ex: 5 auditorias no Estado e 10 nos municípios).
- As unidades técnicas propõem no início de cada exercício o plano anual setorial de acordo com sua capacidade operacional e dentro do que entendem ser prioridade para ser fiscalizado baseado na matriz de risco.
- A matriz de risco é construída a partir de uma planilha de dados dos 139 municípios e de 90 secretarias/órgãos estaduais na qual constam informações como o orçamento do ano, o que gastaram a mais; se suas contas foram julgadas irregulares nos últimos anos e data da última auditoria.
- Essa gama de informações ganha o nome de matriz de risco, pontuando em ordem decrescente. Quem tiver maior pontuação (ou seja, maior risco), ou outros fatores de riscos avaliados pela Unidade Técnica e Relatoria competente, será incluído na proposta do Plano Anual de Auditorias/Fiscalização para que o Plenário autorize a fiscalização.



## Controle concomitante gera economia de R\$ 36,4 milhões em dinheiro público

Intensificar o controle concomitante, com base em informações estratégicas e riscos; garantir a qualidade do Controle Externo; garantir a celeridade e tempestividade das apreciações e julgamentos; e contribuir com o aperfeiçoamento da Gestão Pública. Classificados como ousados, esses são os quatro objetivos que o Tribunal de Contas do Estado precisa buscar alcançar até 2021, quando se encerra o segundo ciclo de cinco anos estabelecido pelo planejamento estratégico. Se depender dos primeiros três anos, o caminho está sendo muito bem pavimentado.

É o que revela o memorando divulgado pela Diretoria Geral de Controle Externo no final de novembro de 2018, a partir de um levantamento das ações das unidades técnicas, que traz resultados animadores e revela que o processo de modernização do TCE/TO, intensificado a partir do planejamento estratégico e focado na combinação de inovação tecnológica e especialização de seus quadros, está sendo e tem tudo para evoluir ainda mais até o final desse ciclo.

E é justamente o que mostram os números obtidos pelo seu primeiro objetivo, a fiscalização concomitante dos atos dos gestores públicos estaduais e municipais, tendo na linha de frente a atuação das diretorias e coordenadorias de Controle Externo.

Só em 2018, duas unidades técnicas de Controle Externo mensuraram cerca de

R\$ 36,4 milhões em recursos públicos economizados em virtude de fiscalizações concomitantes, conduzidas pela Coordenadoria de Controle de Atos de Pessoal (Cocap), via Sicap AP, cuja atuação evitou novos pagamentos de

benefícios indevidos a servidores, e pela Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras, e Serviços de Engenharia (Caeng), por meio do Sicap LCO, que apontou contratações antieconômicas ou com irregularidades nas licitações.

Desse montante, cerca de R\$ 21,4 milhões economizados do bolso do contribuinte deveriam-se à ação da Cocap, por meio do Sicap LCO, nas análises de dados e informações em processos licitatórios (cujos gastos estimados passaram de R\$ 470,448 milhões) e posterior solicitações de informações e documentos, terminando em medidas cautelares e recomendações que levaram as Unidades Gestoras a refluir de outras contratações que passavam de R\$ 112,9 milhões.

Na rota das trilhas eletrônicas e parcerias com tribunais e o TCU, a Cocap também não deu trégua ao mau uso do dinheiro público, evitando prejuízos de quase R\$ 15 milhões, após inspeção na área da saúde apurar pagamentos indevidos a servidores. As trilhas encontraram ainda 16 indícios de admissão em cargos públicos de pessoas impedidas, entre as quais condenadas por improbidade.

### NÚMEROS QUE FALAM

Em análise de 68 casos, com gastos estimados de **R\$ 470.448.203,98**, dos quais **R\$ 112.942.052,69** não foram executados em razão de fiscalizações concomitantes da Caeng, via Sicap LCO, evitando ainda um prejuízo efetivo de **R\$ 21.461.476,15** aos cofres públicos

- **R\$ 14.979.274,98** foi o valor exato da economia aos cofres públicos, resultado da fiscalização na área da saúde feita pelo Sicap AP, sistema sob o comando da Cocap, que apontou pagamentos indevidos de pessoal.

- Fiscalização comandada pela Cocap, em 2017, por meio de trilhas eletrônicas, apontaram **3.886** indícios de irregularidades em contratações de pessoal no serviço público, entre elas e uma das principais, a acumulação ilegal de cargo, como jornada de trabalho incompatível e remuneração superior ao teto estipulado pela Constituição.

- A Cocap, também via trilhas eletrônicas, alertou e orientou os gestores a apurar **16** indícios de irregularidades de servidores inabilitados para o exercício do cargo, entre os quais condenados por improbidade.

- Outra fiscalização com êxito da Cocap foi a fiscalização dos editais de concursos públicos, com foco no cumprimento do limite de gastos com pessoal, cujo trabalho resultou em citações e medidas cautelares, 100% atendidas por decisões de um dos relatores ou pelo Pleno do TCE.

- Já o Sicap Contábil, sistema operacional da Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal (Coacf), emitiu 3.240 alertas eletrônicos aos gestores de contas públicas, entre 2015 e 2018, com detecções e orientações preliminares sobre indícios de irregularidades.



## Informações estratégicas para barrar mau uso do dinheiro público

Implantado em 2017 no TCE/TO, o Centro de Gerenciamento de Informações Estratégicas (CGIE) já começou com um trabalho significativo na sua missão de, entre outros pontos, produzir conhecimento qualificado e monitorar os gastos públicos para identificar possíveis riscos de irregularidades ou mau uso dos recursos administrados pelos gestores municipais e estaduais tocantinenses.

Iniciado no mesmo ano de sua criação, a partir da aprovação do projeto de reestruturação do controle externo (Resolução Normativa nº 1/2017), o trabalho denominado “Contas Públicas” foi concluído pelo CGIE em 2018, baseado no planejamento, cruzamento e mineração de dados compartilhados entre a Rede Nacional de Informações Estratégicas (InfoContas) e o Sistema Integrado de Auditoria Pública (SICAP) do TCE-TO - módulos Contábil, LCO-Licitações Contratos e Obras e AP-Atos de Pessoal. Tendo à frente a auditora de controle externo Ana Carolina Ribeiro de Moraes, auxiliada pelo técnico de controle externo Osli Adriel de Melo Setúbal, a Unidade de Informações Estratégicas usou como base para formatar o “Contas Públicas” técnicas compartilhadas pela Rede ODP.TC (Observatório da Despesa Pública - Tribunais de Contas), conforme Acordo de Cooperação nº 21/2017, fir-

mado entre Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União/CGU e o TCE/TO.

O levantamento, que alcançou um montante de R\$ 4,37 bilhões de reais em compras públicas das unidades jurisdicionadas do TCE/TO, acabou subsidiando a elaboração do Plano Anual de Auditorias e Fiscalização de 2018. Entre os resultados preliminares, destaque para a apuração de indícios de contratações públicas, no valor total de aproximadamente R\$ 22 milhões, envolvendo mais de 60 fornecedores Pessoas Físicas cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal (Cadunico) e 14 pessoas jurídicas, cujos sócios também fazem parte do Cadunico, que identifica as famílias brasileiras em situação de pobreza, sendo utilizado para seleção/inclusão de famílias em programas federais como Bolsa Família, dentre outros programas.

“Nosso setor auxilia a Diretoria Geral de Controle Externo na definição de critérios objetivos para o planejamento de auditorias e produz informações que contribuirão para o aumento da eficiência das ações de controle externo”, ressalta Ana Carolina, especializada em informática e processamento de dados.



Ana Carolina e Osli Setúbal: garimpando e selecionando informações estratégicas para subsidiar o controle externo do TCE



## → RESULTADOS DA INTELIGÊNCIA

- Indícios de contratações públicas com pessoas físicas que também são servidores públicos, visando o fornecimento de bens e/ou serviços, no valor de aproximadamente **R\$ 50 milhões** (envolvendo mais de **6.000** CPFs).
- Indícios da existência de mais de **3 mil** servidores estaduais e municipais que são sócios administradores de empresas.
- Indícios da contratação de empresas por órgãos públicos, sendo que pelo menos **1** sócio da empresa contratada também é servidor do Órgão/Município contratante (**191 servidores**);
- Indícios da contratação de empresas inidôneas por parte dos órgãos públicos (**25** empresas, envolvendo aproximadamente **R\$ 2,93 milhões**);
- Indícios da realização de despesas e/ou contratação junto a pessoas físicas falecidas (**16** CPFs/Credores apurados).



## Diretorias em campo para zelar pela boa gestão dos recursos públicos

Onde houver uma auditoria, inspeção ou monitoramento relacionados à fiscalização dos recursos públicos municipais ou estaduais, lá estará certamente um auditor de controle externo ou um técnico de controle externo de uma das seis diretorias ligadas diretamente à Diretoria Geral de Controle Externo e vinculadas a um dos seis conselheiro-relatores do Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO).

“Quem vai a campo somos nós, apurar e checar informações que darão subsídios ao relator na hora da apreciação ou julgamento das contas”, lembra Dênia Maria Almeida da Luz Soares, que comanda a 1ª Diretoria de Controle Externo, responsável por planejar, coordenar, orientar e realizar a fiscalização financeira, orçamentária, patrimonial e operacional das contas de 26 municípios da região Centro-Norte do Estado, até 2020, de Abreulândia a Tupiratins.

No geral são 79 entidades jurisdicionadas estaduais - distribuídas entre os poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e órgãos independentes - e 818 municipais no Executivo e Legislativo.

Dênia lembra que as diretorias também eram responsáveis pelo processo de análise das contas consolidadas e de ordenadores, hoje a cargo da Coordenação de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal, que agora comanda os procedimentos, com exceção das auditorias, inspeções, monitoramentos e representações, que seguem com as diretorias. Ela destaca também a fiscalização feita pelas diretorias nos portais de transparência dos nos 139 municípios.

Mas há ainda outras importantes atribuições. Internamente, as diretorias participam da elaboração e execução do Plano Anual de Auditorias e Inspeções, acompanham o cumprimento de metas, entre outras tarefas. Externamente, atuam também na orientação aos jurisdicionados, no sentido de eliminar práticas irregulares no gerenciamento e aplicação dos recursos públicos.

“A relação entre o Tribunal e os gestores tem se estreitado a cada dia, reforçada principalmente por uma pauta focada em esclarecimentos sobre boas práticas de gestão pública”, afirma Dênia, lembrando também a aproximação com a comunidade em geral. “A sociedade hoje vê o Tribunal com outros olhos, mas ainda temos muito a evoluir.”



Dênia e a equipe da 1ª Diretoria: “A sociedade hoje vê o Tribunal com outros olhos”



*Equipes das diretorias de  
Controle Externo*

## **DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS**

- **1ª Diretoria** - 26 municípios da Região Centro Norte
- **2ª Diretoria** - 27 municípios da Região Extremo Norte
- **3ª Diretoria** - 26 municípios da Região Sudeste
- **4ª Diretoria** - 25 municípios da Região Sudoeste
- **5ª Diretoria** - 25 municípios da Região Norte
- **6ª Diretoria** - 10 municípios da Região Central\*

\*Pelo grande volume de recursos gerado pela Prefeitura de Palmas, a Região Central abriga um número menor de municípios

## **SORTEIO**

Cada diretoria tem uma lista de jurisdicionados (gestores públicos) municipais e estaduais vinculada a um relator e que é alterada, via sorteio, a cada quatro anos, sempre no primeiro ano do mandato do novo prefeito ou governador.



## Coordenadoria dá salto de qualidade na fiscalização de obras públicas

“Ter um departamento de engenharia organizado e concentrado dentro do Tribunal de Contas é de extrema importância, pois grande parte dos recursos públicos despendidos pelo Estado e municípios são com obras”, afirma Flávio Brito, ao falar da Coordenadoria de Análises de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (Caeng), que comanda e que vem colecionando resultados significativos na fiscalização dos recursos públicos relacionados à área de infraestrutura no Estado e nos 139 municípios tocantinenses – mais de R\$ 21.461.476,15 em economia efetiva aos cofres públicos.

A Caeng também trabalhou para melhorar a qualidade das suas fiscalizações eletrônicas ou *in loco*, não só com especialização, mas também ao conseguir sensibilizar o Tribunal a adotar todas as orientações técnicas do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop) como referência para seus trabalhos.

“A Lei de Licitações e Contratos, por exemplo, fala de projeto básico, mas não detalha exatamente o que é projeto básico, o que gerava dúvida. Assim sendo, o Ibraop elaborou uma orientação técnica detalhando exatamente o



Flávio Brito ao lado de Maria Lúcia: desenvolvimento do Sicap-LCO dinamizou processo de fiscalização da Caeng

Mas para obter esses resultados, a equipe da Caeng precisou trabalhar duro em inteligência, aperfeiçoando seu sistema eletrônico, o Sicap-LCO (Sistema Integrado de Auditoria-Licitações, Contratos e Obras), para realmente dar um salto de agilidade através das fiscalizações concomitantes. Com o Sicap já implantado pela auditora de controle externo, Maria Lúcia Vieira e equipe, o engenheiro Flávio Brito procurou aprimorar, junto à equipe, o desenvolvimento da parte de engenharia do sistema, com o qual o público interno e os gestores públicos, mesmo que indiretamente, foram consultados para sua otimização. “Fomos aperfeiçoando o sistema de acordo com nossas necessidades e a resposta dos servidores do TCE e dos jurisdicionados. Ou seja, a partir das dificuldades relacionadas a obras, o sistema foi evoluindo. Hoje, o grau de satisfação com o sistema é muito alto, mas continuamos a melhorá-lo”, lembra.

que é projeto básico, o que é projeto executivo e o que precisa saber quando vai se fazer uma auditoria, entre outros pontos”, informa Brito, lembrando que, com base num instituto referência na área, cria-se uma padronização que serve de norte para todos os tribunais.

Orientações que foram levadas também à prática pelos auditores da Caeng, para evitar que dinheiro público escorregue pelo ralo das irregularidades, com as fiscalizações eletrônicas de caráter preventivo. “Em 2018 já conseguimos economizar muito através de fiscalizações concomitantes em licitações que certamente dariam prejuízos ao erário, seja porque a licitação não atendia a nenhuma finalidade pública, estava sendo mal contratada, não tinha projeto ou porque havia desvio de finalidade”, ressalta Brito.



## — QUANDO A OBRA É CONSIDERADA PARADA

- O jurisdicionado (gestor público) declara no sistema.
- Está há 180 dias sem medição.
- Ainda não foi iniciada após 180 dias da data da ordem de serviço.

\*Há casos, porém, que o gestor não declara no sistema, mas a situação da obra pode ser apurada através de denúncias da comunidade em geral ao TCE, via Ouvidoria.

VAVAVAVA

## Após prevenir milhões em prejuízos, unidade focará em fiscalizações preventivas

Intensificada a partir de abril de 2018, a atuação da Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (Caeng), por meio de fiscalizações concomitantes e eletrônicas, produziu uma economia efetiva de cerca de R\$ 22 milhões aos cofres públicos, o que projeta um cenário mais animador para os próximos anos, visto que a coordenadoria realizou 68 fiscalizações dessa natureza em apenas 100 dias.

“Nossa ideia é, a partir deste ano, investirmos mais em fiscalização preventiva de obras, ou seja, desde o edital, para podermos apontar possíveis falhas e orientar o gestor a corrigi-las”, afirma Flávio Brito. “Melhor do que focar em obras já prontas e cheias de irregularidades e com o dinheiro público já no ralo”, completa.

A economia, citada acima, ocorreu justamente por essa nova linha de fiscalização que ganha corpo a cada dia nas unidades de Controle Externo do TCE. Após identificar irregularidades graves no edital de licitação para contratação de obras de terraplenagem, pavimentação asfáltica

e drenagens em um município tocantinense, cujo valor total passava de R\$ 90 milhões, a equipe de auditores da Caeng conseguiu suspender o processo, via medida cautelar deferida pelo Tribunal, determinando que o gestor revise as falhas apontadas, entre elas o projeto inadequado.

O mesmo ocorreu em outro município com um processo de contratação de serviços de buffet para 170 eventos durante o ano, ao preço de R\$ 1,1 milhão. Sem nenhum interesse público, a licitação foi cancelada. Já uma contratação, via registro de preço, de produtos betuminosos, para manutenção de pavimento asfáltico, acabou com o valor da licitação caindo de R\$ 1,2 milhão para R\$ 150 mil, em razão da redução das quantidades de metros cúbicos.



Equipe da Caeng responsável por conduzir as fiscalizações de obras municipais e estaduais

“Nosso objetivo é ajudar, não atrapalhar. Nosso foco é orientar o jurisdicionado, porque às vezes é um problema recorrente daquele tipo de licitação que muitos gestores estão adotando, achando ser regular, o que pode gerar uma circular orientativa por parte do Tribunal”, explica Brito.



## Setor de Atos de pessoal embarca nas trilhas eletrônicas de auditoria e chega a resultados animadores



Fernanda Antunes, coordenadora da Cocap: trilhas eletrônicas de auditoria facilitam tanto a fiscalização quanto a orientação

Uma das ações importantes realizadas pela equipe da Coordenadoria de Controle de Atos de Pessoal (Cocap), em 2017, foi a descoberta de quase 4 mil CPFs, cujos titulares poderiam estar acumulando ilegalmente cargos nos serviço público estadual. Ação que seria praticamente impossível em 2005, quando a unidade foi criada. Na linha de frente da Cocap, Fernanda Almeida Corrêa Antunes explica por quê. “Naquela época, a gente recebia um calhamaço de papel com as folhas de pagamento do Poder Executivo e não conseguíamos enxergar muita coisa. Era uma fiscalização formal e pouco produtiva. Daí percebemos que teríamos de investir na sistematização dessas informações.”

Começava a nascer então o Sicap Atos de Pessoal, que virou realidade em 2009 e seguiu em desenvolvimento até ganhar, em 2017, a sua versão atual. O sistema fez a Cocap sair da escuridão do papel para ganhar a luz das trilhas eletrônicas, do cruzamento e compartilhamento de dados, não só entre os sistemas do TCE/TO, mas entre diversos órgãos.

Hoje, a coordenadoria sabe na ponta do lápis o número de servidores efetivos, comissionados, contratados, tanto das prefeituras quanto do Estado. Ou seja, tem em mãos os dados das prefeituras, câmaras municipais, institutos de previdência e, ainda, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado. “Com o desenvolvimento do

Sicap-AP, os jurisdicionados começaram a enviar eletronicamente informações referentes a concurso, aposentadoria, pensão, reforma, reserva, contratações temporárias, admissão de servidor efetivo e também as folhas de pagamento”, informa Fernanda, ressaltando que, atualmente, a fiscalização, além da análise documental, entrou na era do controle concomitante através das trilhas eletrônicas de auditoria, que são cruzamentos de dados que possibilitam identificar possíveis irregularidades relacionadas aos servidores públicos.

Por meio delas, a Cocap verificou, a partir de 2017, indícios de irregularidades que foram levados a efeito em 2018. Além da acumulação indevida de cargos e jornada de trabalho incompatível, houve identificação de servidores inabilitados para ocupar cargo público. A Cocap também realizou, com êxito, análise de editais de concursos públicos, com foco no cumprimento do limite de despesa com pessoal e legalidade dos cargos ofertados.

Mas Fernanda destaca ainda a importância do Sicap Ap inclusive para orientação contra possíveis atos ilegais, antes de o Tribunal adotar qualquer medida mais punitiva. “Através das informações do sistema, podemos chegar aos gestores de forma mais abrangente e rápida para orientá-los, checar informações e, a partir daí, regularizar muita coisa em prol da melhoria da gestão de pessoal”, ressalta.



## Cocap amplia alcance do controle concomitante na gestão de pessoal

Denúncia encaminhada ao Ministério Público de Contas desencadeou uma fiscalização realizada pela Coordenadoria de Controle de Atos de Pessoal (Cocap) na saúde do Estado, resultando em uma inspeção coordenada pelo auditor de controle externo, Evandro Gomes Ribeiro, sendo constatada uma série de irregularidades acerca da situação dos médicos efetivos, contratados e comissionados, entre janeiro a julho de 2017.

Uma delas, apurada na carga horária denominada de “Hora Avulsa”, sem amparo legal, gerou um acréscimo de R\$ 14.979.274,98 à folha no período e tinha estimativa de chegar a R\$ 29.958.549,96, mas que não se concretizou em função da fiscalização da Cocap, que recomendou à pasta a extinção da prática adotada até então em 10 unidades hospitalares.

“O Tribunal conseguiu avançar muito com a utilização da tecnologia para reforçar o controle concomitante, porque antes prevalecia o entendimento da fiscalização sobre a coisa passada. E esse novo entendimento permite que nos antecipemos ao prejuízo”, ressalta Fernanda Almeida Corrêa Antunes, Coordenadora da Cocap, já projetando os alvos do controle concomitante para os próximos anos. Nepotismo e pagamento de gratificações irregulares a servidores estão na pauta.

Fernanda destaca os caminhos trilhados eletronicamente para que a Cocap chegasse aos 3.886 CPFs, cujos titula-

res tinham indícios de ocupação irregular de cargos ou jornadas de trabalho incompatíveis. Ressalta também os bons resultados das medidas adotadas pelos jurisdicionados. “Muitos órgãos tomaram providências, dentre elas, a exoneração de servidores, opção por um dos cargos e adequação de carga horária, correções necessárias porque isso impacta diretamente na despesa com pessoal e na qualidade dos serviços públicos”, lembra.

A fiscalização identificou os CPFs suspeitos após o compartilhamento de informações e o cruzamento de dados de folhas de pagamento do âmbito federal, estadual e municipal, mediante acordo de cooperação firmado entre diversos Tribunais de Contas do país. A grande maioria dos indícios detectados foi nas pastas da Educação e Saúde, nas quais foram feitas auditorias *in loco* para comprovar as situações ilegais e contribuir com a regularização.

Foi também usando as trilhas eletrônicas de auditoria que a Cocap constatou a possível existência de 16 servidores ocupando cargos no serviço público, mesmo estando impedidos pela lei, como no caso de condenados por improbidade ou ainda por ser sócio-proprietário de empresa. Via análise de editais, por meio de medidas cautelares deferidas pelo Pleno do Tribunal, foram suspensos concursos públicos em razão do não cumprimento do limite de gastos com pessoal, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.



Equipe da Cocap: novos desafios para o controle concomitante da gestão de pessoal nos próximos anos



## GRATIFICAÇÕES ILEGAIS E NEPOTISMO NA MIRA

O pagamento de gratificações irregulares a servidores por parte dos gestores municipais entrará na trilha de fiscalização a partir de 2019. Irregularidades já foram identificadas nas auditorias *in loco*, mas a Cocap quer ampliar seu alcance por meio das trilhas eletrônicas de auditoria. Segundo Fernanda Antunes, as gratificações vêm sendo pagas sem fundamentação legal e sem critérios. “A legislação não define a natureza da gratificação, se advém de desempenho, produtividade, ou de outra forma. O fato é que servidores ocupantes de cargos iguais e tarefas similares recebem gratificações com valores diferentes. Ainda há casos em que uns recebem e outros não”, revela a coordenadora, ressaltando que esse tipo de irregularidade é recorrente nos municípios auditados.

Paga de forma discricionária e arbitrária, explica Fernanda, a gratificação pode ser vista como uma maneira de o gestor melhorar o salário de algumas pessoas, de acordo com a sua conveniência. “Após apurado, quantificamos os valores, identificamos as pessoas e recomendamos ao gestor a interrupção dos pagamentos. Quando constatamos que o pagamento foi totalmente arbitrário e sem nenhum fundamento, determinamos ao gestor que ressarça o valor aos cofres do município.”

## Sicap-Contábil avança com alertas eletrônicos e qualifica fiscalização

O Sicap-Contábil recebe as informações enviadas pelos gestores municipais em formato XML, com dados contábeis sobre as receitas, despesas, ativos, passivos e patrimônio líquido. As informações enviadas são detalhadas o suficiente para a Coordenadoria de Análise de Contas e Acompanhamento da Gestão Fiscal (Coacf) elaborar os demonstrativos contábeis e fiscais, bem como emitir bimestralmente o Termo de Alerta – Relatório Preliminar de Análise Automatizado, criado em 2016, e o Relatório de Análise das Prestações de Contas dos Órgãos Públicos.

Entre 2015 e 2018, a Coacf, coordenada por Jonatas Soares Araújo, disparou 3.349 alertas eletrônicos para prefeitos e ordenadores de despesa dos 139 municípios tocantinsenses. O objetivo é orientá-los acerca de possíveis irregularidades apuradas preliminarmente via SICAP-Contábil. Alertas que a primeira-dama de Alvorada, Liliane Lima, faz questão de acompanhar à risca.

“Ela verifica todos os alertas, secretaria por secretaria, e pede para o contador reparar a irregularidade na mes-

ma remessa, que são enviados bimestralmente, lembra Araújo. “Na maioria das vezes eu faço a correção das inconsistências, mas ela faz questão de checar”, confirma o contador do município, Rubens Barbosa.

“Observamos a preocupação de vários gestores em tentar uma solução para casos de contabilização equivocada, apontados no Termo de Alerta. Eles nos ligam, verificamos o erro e orientamos para a contabilização adequada na próxima remessa”, garante Araújo. Entretanto, há gestores que só tomam providências após serem informados que a inconsistência será impeditiva ao envio da remessa.



O coordenador da Coacf, Jonatas Araújo, ao lado da equipe: muitos gestores querem solucionar irregularidades nas contas

O coordenador revela que o grande avanço da coordenadoria, inclusive para o desenvolvimento do próprio Sicap-Contábil (criado em 2008 e aperfeiçoado em 2013), foi a implantação das regras de consistência. Tais regras melhoraram a fidedignidade das informações contábeis enviada pelos jurisdicionados.

“O ativo sempre tem, obrigatoriamente, de ser igual ao passivo e ao patrimônio líquido, mas algumas vezes apre-



## Controle Externo

sentavam valores divergentes. O processo foi impositivo: só recebíamos se estivesse igual. Assim, fez-se com outras regras que foram colocadas de forma gradual”, lembra Araújo.

Evitar falhas contábeis dependem muito mais do gestor que do contador. Segundo Araújo, é impossível a contabilização adequada das receitas tributárias, sem integração entre o sistema contábil e o sistema de controle da arrecadação tributária e da dívida ativa. Sendo assim, a tendência é que se tenha uma informação inconsistente.

Um grande passo a ser dado pelo Tribunal de Contas será a integração dos Sicaps Contábil, LCO e Atos de Pessoal. “A partir dela, podemos implantar regras de consistência para não recebermos informações das despesas públicas se elas não estiverem informadas no LCO. Ou seja, se o gestor estiver informando o pagamento de uma obra no Contábil, ele já deve ter informado a licitação e a medição da obra no LCO, caso contrário, a remessa não poderá ser recebida por falta de consistência”, informa Araújo.

### → FNDE, STN E SEFAZ

- Com o objetivo de reduzir as inconsistências das informações enviadas pelos Jurisdicionados ao Sicap-Contábil e ao Sistema Integrado de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), o TCE/TO aderiu ao Acordo de Cooperação Técnica, firmado entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Ministério da Educação. A integração dos sistemas é fundamental para o aperfeiçoamento da fidedignidade das informações divulgadas à sociedade em relação aos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).
- O TCE também aderiu ao Acordo de Cooperação Técnica entre a Atricon, o IRB e a Secretária do Tesouro Nacional (STN), visando fomentar a transparência da gestão fiscal; apoiar o exercício do controle social; racionalizar os custos de controle e regulação; reduzir as divergências e duplicidades de dados e informações; promover a transferência de conhecimentos; e harmonizar conceitos e procedimentos entre os entes governamentais na aplicação de normas atinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial, à contabilidade pública e à gestão fiscal. Neste sentido, servidores da Coacf integram os grupos de estudos que foram constituídos para apresentar uma proposta em âmbito nacional.
- A Coacf pretende realizar também a auditoria eletrônica de passivos por competência. Para isso, é necessário ter acesso às notas fiscais eletrônicas - disponível no sistema da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) -, a partir das quais poderá fazer cruzamento das informações de liquidações e pagamentos apresentados pelo gestor. “O gestor afirma que as despesas que ainda não foram pagas estão registradas no passivo, será que estão mesmo?”, indaga Jonatas Araújo, lembrando que a disponibilização das notas fiscais eletrônicas, realizada por alguns Tribunais, ainda depende da Sefaz.

## Auditorias Especiais de olho nos resultados da gestão pública

“Buscamos observar as ações e os resultados governamentais no intuito de ajudar o jurisdicionado a identificar as causas e os problemas que afetam sua administração e também recomendamos algumas ações no sentido de melhorar a gestão dos recursos públicos”, afirma Lígia Cassia Rocha Braga, coordenadora de Auditorias Especiais, ao diferenciar as auditorias que coordena, ao lado de sua equipe, das auditorias de regularidade, estas com mais foco na legalidade dos atos.

“O gestor pode estar, por exemplo, cumprindo a lei ao fazer um processo licitatório para a realização de uma obra, mas que acabou não resultando em benefícios à população, não cumprindo os objetivos previstos. E é aí que nós entramos”, reforça Lígia.

Uma das auditorias operacionais de maior impacto realizadas pela Coordenadora de Auditorias Especiais (Coaes), em 2018, apontou, entre outras irregularidades, problemas na estrutura física dos presídios; superlotação; déficit de vagas nas cadeias; excessivo número de presos temporários e de presos aptos à progressão de regime; e deficiência nos instrumentos de inteligência e na comunicação entre os sistemas eletrônicos.

O relatório da Coaes foi aprovado pelo Pleno do Tribunal, que, via Resolução, recomendou à Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça a criação de uma equipe para elaborar um estudo técnico para reavaliar o atual modelo de gestão prisional tocantinense. Ainda em 2018, a secretaria garantiu que iria sanar as irregularidades verificadas na fiscalização.



## Controle Externo

Os municípios também estão na lista de prioridades da Coaes, que conta com um instrumento importante para que as auditorias operacionais consigam ser as mais efetivas possíveis. Trata-se do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), levantamento formatado com as informações repassadas pelos próprios gestores, por meio do qual a Coaes, há dois anos, apura os esforços dos gestores para cumprir suas políticas públicas de forma eficiente.

O IEGM, cujos dados são usados também em outras fiscalizações e na construção da matriz de risco que norteia o planejamento anual das auditorias do TCE, é apurado via questionários eletrônicos, em alguns dos quais a Coaes incluiu perguntas adicionais sobre questões que deseja aprofundar em suas fiscalizações. O levantamento abrange as áreas da saúde, educação, planejamento, tecnologia da informação, meio ambiente, cidades protegidas e gestão fiscal.

anual de cursos, eventos e outras ações”, explica Lígia, lembrando que a Coaes já realizou também auditorias coordenadas nas áreas da saúde, educação, meio ambiente e segurança pública, com a participação dos demais Tribunais de Contas.

### Com a chancela do BID

No dia 20 de fevereiro de 2015, o presidente Manoel Pires dos Santos assinava resolução convalidando o Protocolo de Entendimento que credenciava o TCE/TO como responsável pela realização de auditorias externas em projetos e programas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desenvolvidos no Tocantins.

No dia 20 de abril de em 2016, o mesmo conselheiro comandou a sessão do Pleno do Tribunal, na qual foi aprovado o relatório, assim como ocorreu com a primeira, da segunda auditoria externa feita pela Coordenadoria de



Lígia Braga com a equipe de auditores da Coaes: valorização do diálogo com jurisdicionados para que os resultados apareçam

Mas nos últimos dois anos, o foco se concentrou na educação, visto a impossibilidade de se validar mais de 200 questões nos 139 municípios, o que fez a Coaes realizar a validação por amostragem de área, dentro de sua capacidade operacional. “Identificamos pelo IEGM algumas necessidades de capacitação e orientação aos gestores e isto é importante para o TCE elaborar seu planejamento

Auditorias Especiais em projetos relativos ao Prodoeste e financiados pelo BID. O relatório, que recebeu elogios dos conselheiros, foi construído pelos auditores de controle externo, Lígia Cássia Rocha Braga, Humberto Arruda Alencar, Cláudia Elizabeth de Oliveira Vieira, Higo Mendes de Sousa e Antônio Emanuel.



## Tribunal atrai parceiros para agilizar construção de aterros sanitários nos municípios



*Íkaro Cunha: objetivo é corrigir distorções na distribuição dos recursos do ICMS Ecológico para aterros sanitários*

A partir de 2010, o Tribunal de Contas do Estado (TCE/ATO) passou a atuar efetivamente na fiscalização dos recursos públicos destinados ao meio ambiente, especialmente no acompanhamento da gestão e operacionalização das ações e programas ambientais desenvolvidos pelas unidades jurisdicionadas. Esse trabalho se deu, essencialmente, por meio de auditorias operacionais, cujos resultados revelaram uma política ainda tímida de gestão ambiental no Estado. Também fizeram com que as ações do TCE na área fossem ampliadas, o que levou, já em 2017, à inclusão do tema nas palestras do Programa Agenda Cidadã, com foco em resíduos sólidos, objetivando alertar os gestores municipais sobre a necessidade urgente de viabilizar e implementar a destinação correta desses resíduos, visto que os lixões a céu aberto ainda são realidade em 93% dos municípios tocantinenses.

“Encontramos um cenário triste, sem perspectivas de mudança a curto e médio prazo e, diante dessa situação, a Corte de Contas do Tocantins resolveu encampar, ao lado de outros órgãos parceiros, a busca perene de ações e iniciativas para mudar essa realidade”, afirma o palestrante Íkaro Peres Cunha, auditor de Controle Externo, lembrando que a primeira medida do TCE foi a aprovação de uma resolução que, entre outros pontos, alertava que, a partir de 2019, os municípios que não dispusessem de Plano de Resíduos Sólidos estariam sujeitos a sanções (multa). “Mas o Tribunal entendeu que apenas punir os municípios não iria resolver o problema e passou a buscar alternativas”, ressalta.

Nasceu então o pacto ao qual aderiram, a convite do TCE e por iniciativa do conselheiro Severiano Costandrade, o Ministério Público Estadual (MPE), a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), a Associação

Tocantinense de Municípios (ATM) e a União de Vereadores do Tocantins (Uvet). Pacto selado em 7 junho de 2018, quando seus representantes assinaram o Termo de Cooperação e Compromisso Ambiental, cada um com suas atribuições, no mesmo dia em que o TCE sediou o encontro técnico “Gestão dos Resíduos Sólidos no Tocantins”, do qual participaram cerca de 70 prefeitos e mais de 70 secretários.

### Auditoria e ICMS Ecológico

O Programa ICMS Ecológico, responsável pelo direcionamento de 13% dos recursos do ICMS que voltam aos municípios, o que representou, em 2017, aproximadamente R\$ 70 milhões, não tem conseguido resolver de maneira efetiva os principais problemas ambientais dos municípios. Segundo Íkaro Cunha, entre eles estão a destinação adequada dos resíduos sólidos, controle e combate a queimadas, saneamento básico, preservação das unidades de conservação, além de estruturação dos sistemas municipais de meio ambiente.

Diante desse cenário, o TCE Tocantins resolveu auditar o programa para identificar quais as causas, mesmo com vultosos recursos, de os municípios tocantinenses ainda estarem atuando de forma incipiente na gestão ambiental, o que está demonstrado, por exemplo, no fato de 129 dos 139 municípios do Estado ainda disporem seus resíduos em lixões a céu aberto.

Esse trabalho teve início em 2018 e tem previsão de término em abril de 2019, quando, de acordo com ele, será possível ter um retrato completo do programa, das suas falhas, e, a partir daí, propor alterações, sejam elas nas tábuas avaliativas, dando peso ao que de fato é relevante, na legislação estadual ou nos mecanismos de controle do programa, de modo a dar efetividade e foco na resolução e saneamento dos principais gargalos ambientais dos municípios.

### → NÚMEROS PREOCUPANTES

Segundo dados do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, divulgados pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), apenas **3** cidades do Estado têm aterro sanitário, **7** possuem aterros controlados (não têm manta impermeabilizadora e não são mais permitidos) e **129** municípios descartam seus resíduos sólidos em lixões.





### — INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS

- Analisar os estudos e demais documentações apresentadas ao órgão para a viabilidade de obtenção de licenças para o funcionamento regular das atividades relacionadas com a gestão dos resíduos sólidos no Estado.
- Monitorar e fiscalizar a implantação e operação dos aterros sanitários, visando o atendimento ao previsto na Lei Federal nº 12.305/2010.
- Disponibilizar planilha e relatórios gerados da situação e condições encontradas em campo e documental dos processos de licenciamento, visando o atendimento ao disposto na Lei Federal nº 12.305/2010.

### — ASSOCIAÇÃO TOCANTINENSE DOS MUNICÍPIOS (ATM)

- Fomentar a criação de convênios com a União, Estado e municípios visando à construção de aterros sanitários, ou o gerenciamento conjunto dos resíduos sólidos.
- Oferecer consultoria e assessoramento, no âmbito de suas atribuições e de acordo com a disponibilidade financeira, para a elaboração dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos.
- Emitir Nota Técnica orientando os municípios quanto ao planejamento, implementação, monitoramento e regulação da Gestão dos Resíduos Sólidos.
- Promover encontros, simpósios, seminários e outras formas de debates e estudos, direcionados para implementação e execução dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos.

### — MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO (MPE)

- Acompanhar e monitorar semestralmente a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos no âmbito dos municípios.
- Dar publicidade, de forma sistematizada, à situação da gestão dos resíduos no Estado do Tocantins e recomendar melhoria no que couber.
- Realizar, quando possível, acordos extrajudiciais para solucionar os problemas de gestão dos Resíduos Sólidos



*Abertura do Encontro Técnico Gestão dos Resíduos Sólidos no Tocantins, sediado pelo TCE/TO, em 2018*



*Representantes do TCE/TO, Ministério Público, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Naturatins, Associação Tocantinense de Municípios e União de Vereadores do Tocantins assinam o Termo de Cooperação e Compromisso Ambiental*







## Olhos do cidadão iluminam os caminhos do controle concomitante

Estimular o controle social e ser ferramenta de controle concomitante pelos olhos e ouvidos do cidadão. Talvez essa seja a melhor definição encontrada para traduzir as ações e os resultados obtidos, entre 2016 e 2018, pela Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO), que tem Carolina Vieira de Paula como assistente e a conselheira Doris de Miranda Coutinho como coordenadora.

“A Ouvidoria tem dado resultados interessantes nos últimos anos também em decorrência do planejamento estratégico, da parceria direta com o Controle Externo e, especialmente, o esforço da presidência em relação à qualificação das respostas aos pedidos de informação”, ressalta Carolina. Mas há outros fatores que concorrem para o aumento do nível de satisfação da sociedade em geral com o retorno da Ouvidoria.

Um deles é a regra segundo a qual nenhuma demanda (denúncia) que chega pelos vários canais de comunicação disponibilizados pelo setor fica sem resposta ou *feedback*, seja ela anônima ou mesmo a que se mostra infundada. O mesmo ocorre com os pedidos de informações públicas via Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que não são específicos da Ouvidoria.

“O cidadão é o nosso patrão, nossa principal fonte. É ele quem sente, para o bem ou para mal, os efeitos da prestação do serviço público para poder verificar sua qualidade e os possíveis desvios na gestão das verbas públicas”, salienta Carolina.

E é justamente por causa dessa fonte que a Ouvidoria colecionou números mais que animadores em 2018, como o deferimento de 13 medidas cautelares pelo Tribunal em processos gerados por demandas à Ouvidoria, ou as quatro licitações canceladas pelos gestores, em curtíssimo prazo, após contato telefônico decorrente também de demandas ao setor.

Soma-se a eles o trabalho de capacitação remota e *in loco* de sua fonte preciosa, o cidadão comum, e de representantes de segmentos organizados como ONGs, conselhos municipais e estaduais (saúde e educação, principalmente), vereadores e outros, seja diretamente ou via unidades técnicas do TCE, especialmente o Instituto de Contas, responsável por uma série de projetos e programas que estimulam o controle social, como o TCE de Portas Abertas e o Agenda Cidadã, nos quais a equipe marca presença com o Ouvidoria Te Ensina.

Capacitação que ajuda na qualidade das demandas feitas pelo cidadão e abastecem a matriz de risco, cujos dados dão base para o Tribunal estabelecer o planejamento anual de auditorias, ou seja, quais os municípios que serão fiscalizados. “Traduzimos o ‘juridiquês’ para uma linguagem mais simples, acessível e o mais transparente possível para reforçar esse círculo virtuoso”, explica Carolina, destacando também a importância fundamental que têm os canais de comunicação que o Tribunal disponibiliza para o cidadão, o que torna mais ágil, próximo e o mais online possível.



Carolina Vieira de Paula: “O cidadão é o nosso patrão, nossa principal fonte”



## Quantidade e qualidade de ações de comunicação fazem número de demandas aumentar 46%

A Ouvidoria do TCE/TO recebeu 534 novas demandas da comunidade, entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018. O número representa um crescimento de 46,3% se comparado com as 365 apuradas durante o mesmo período de 2017. Os picos das manifestações ocorreram, pela ordem de percentual, em janeiro, julho e abril.

“A Ouvidoria é um bom termômetro para medir o elo entre o cidadão e o gestor público, sob a mediação do Tribunal e através dele trabalhar para que o nosso serviço tenha cada vez mais qualidade e possa evitar o dano ao erário”, afirma Carolina Veira de Paula, assistente da unidade.

Na avaliação da Ouvidoria, os números indicam a “influência da quantidade e qualidade das ações de divulgação dos serviços e dos canais de acesso ao setor nas mídias e nas redes sociais”. O relatório cita como exemplo o

“Concurso de Vídeos – Fiscalize em 1 minuto”, promovido pela unidade, ocorrido em julho, mês em que observou o segundo maior pico de demandas, consequência da “ampla divulgação do evento e da geração de mídia espontânea”. Nesse cenário, a avaliação vê a necessidade de um servidor especializado em redes sociais para potencializar o alcance dessas e de outras ações da unidade. O levantamento ainda revela que o cidadão aciona o Tribunal principalmente para fazer denúncias contra possíveis irregularidades na gestão pública, o que impõe “um contato ativo da Ouvidoria com a Diretoria Geral de Controle Externo e com as equipes técnicas da área fim e das relatorias”. O objetivo é “ajustar condições de qualificação das demandas que entram como fontes do controle social para o controle externo, bem como das demandas que saem, como resposta útil esperada pelo cidadão”, conclui o relatório.

### MANIFESTAÇÕES

ORDEM	MÊS	2017	2018	EVOLUÇÃO
01	JANEIRO	13	44	238,46%
02	FEVEREIRO	31	42	35,48%
03	MARÇO	31	40	29,03%
04	ABRIL	22	54	145,45%
05	MAIO	30	45	50%
06	JUNHO	31	46	48,39%
07	JULHO	15	43	186,67%
08	AGOSTO	43	51	18,6%
09	SETEMBRO	40	67	67,5%
10	OUTUBRO	34	51	50%
11	NOVEMBRO	47	30	- 36,17%
12	DEZEMBRO	28	21	- 25%
<b>TOTAL</b>	-	<b>365</b>	<b>534</b>	<b>46,3%</b>

### CLASSIFICAÇÃO DAS DEMANDAS

ORDEM	CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
01	DENÚNCIA	367	68,73%
02	INFORMAÇÃO	113	21,16%
03	RECLAMAÇÃO	25	4,68%
04	SUGESTÃO	21	3,93%
05	ELOGIO	8	1,5%
<b>TOTAL</b>	-	<b>534</b>	<b>100%</b>



## RELATÓRIO DE EVOLUÇÃO DE MANIFESTAÇÕES

ORDEM	MÊS	2017	2018	EVOLUÇÃO
01	JANEIRO	13	44	238,46%
02	FEVEREIRO	31	42	35,48%
03	MARÇO	31	40	29,03%
04	ABRIL	22	54	145,45%
05	MAIO	30	45	50%
06	JUNHO	31	46	48,39%
07	JULHO	15	43	186,67%
08	AGOSTO	43	51	18,6%
09	SETEMBRO	40	67	67,5%
10	OUTUBRO	34	51	50%
11	NOVEMBRO	47	30	- 36,17%
12	DEZEMBRO	28	21	- 25%
<b>TOTAL</b>	-	<b>365</b>	<b>534</b>	<b>46,3%</b>

## CLASSIFICAÇÃO DAS DEMANDAS

ORDEM	CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
01	DENÚNCIA	367	68,73%
02	INFORMAÇÃO	113	21,16%
03	RECLAMAÇÃO	25	4,68%
04	SUGESTÃO	21	3,93%
05	ELOGIO	8	1,5%
<b>TOTAL</b>	-	<b>534</b>	<b>100%</b>

## Na Ouvidoria, o cidadão é a fonte mais qualificada e respeitada contra os danos

Há uma regra seguida à risca pela equipe da Ouvidoria: o cidadão de uma forma geral é o fio que conduz o Tribunal a encontrar, fiscalizar e tomar as medidas, quando necessárias, para garantir que os recursos públicos sejam geridos dentro do que manda a legislação. Não à toa que suas demandas, sejam para denunciar ou obter informações, são todas respondidas no mais curto espaço de tempo possível.

“São pessoas que confiam no TCE, que se arriscam e que ficaram muito satisfeitas com o resultado. Não só marcaram um “X”, mas dizem por que ficaram”, afirma Carolina Viera de Paula, ressaltando que há aqueles que ficam satisfeitos mesmo quando a denúncia não prospera. “Eles entendem que levamos a sério, que apuramos as informações para depois lhes explicar por que aquele caso não procedia. Afinal, a pessoa quer ser ouvida, quer uma resposta convincente.”



Página no site que abriga o sistema pelo qual o cidadão pode denunciar irregularidades na gestão pública



Carolina destaca também que sua equipe dedica a mesma atenção às denúncias anônimas, que são avaliadas sob os mesmos critérios, inclusive com o autor acompanhando todas as respostas, via número de protocolo gerado pelo sistema assim que a demanda é postada no Sistema Informatizado para Gestão de Ouvidorias, no qual pode informar a data e em qual unidade ocorreu o fato,

além de nomes dos envolvidos e a descrição dos fatos. A Ouvidoria ainda disponibiliza no site a página Fiscalize Corretamente, com informações sobre atos de pessoal, concurso público, obras públicas, despesa pública, licitação e ainda dicas para obter dados pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).



## Exigência do cidadão, WhatsApp da Ouvidoria dá mais consistência às demandas

“As demandas, que geralmente chegavam apenas com o relato do fato, agora vêm acompanhadas também por fotos, documentos e até vídeo (o sistema não recebe o vídeo), o que dá um resultado melhor e mais rápido”, comemora Carolina Vieira de Paula, ao destacar a importância da criação do WhatsApp, a pedido do próprio cidadão, para agilizar e, principalmente, qualificar as demandas enviadas pelo controle social à Ouvidoria.

Ela lembra que o WhatsApp nasceu das dificuldades de acesso à internet na maioria dos municípios do interior do Estado. “Nos nossos sistemas, é possível preencher o formulário eletrônico e mandar

todos os anexos possíveis, mas as pessoas ainda tinham muita dificuldade de acesso ao site por causa do sinal de internet ser muito ruim”, explica.



Carolina ao lado de sua equipe: Zap da Ouvidoria ajudou muito a quem tem dificuldade de acesso à internet

Criado em dezembro 2017 e divulgado em 2018, o WhatsApp (63) 9-9938-3255 já ocupa o segundo lugar entre os canais de recebimento de demandas da Ouvidoria, ficando atrás apenas do site oficial do Tribunal, que ainda lidera com folga, e à frente do atendimento presencial e do telefônico. A Ouvidoria ainda dispõe de um aplicativo para Android, chamado Cidadão TCE, cujo QR Code (código de barra que pode ser facilmente escaneado) é divulgado nos seus cartazes e folders.

### 🔗 CANAIS DAS DEMANDAS

ORDEM	FORMA DE ENTRADA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
01	SITE	488	91,39%
02	WHATSAPP	27	5,06%
03	ATENDIMENTO PESSOAL	11	2,06%
04	TELEFONE	8	1,5%
<b>TOTAL</b>	-	<b>534</b>	<b>100%</b>

**FALE CONOSCO**

- **Pelo telefone**  
**0800-644-5800**
- **Pelo WhatsApp**  
**(63) 9-9938-3255**
- **Pelo email**  
**ouvidoria@tce.to.gov.br**
- **Pelo site**  
**<http://www.tce.to.gov.br/ouvidoria/externo/cadastro.do>**
- **Atendimento presencial**  
**Sede do TCE/TO, das 12h às 18h, de segunda a sexta - Avenida Teotônio Segurado, 102 Norte, Conjunto 1, Lotes 1 e 2 - Palmas - TO - CEP 77006-002**



## Casos que ilustram a força da Ouvidoria, via sociedade, para denunciar e prevenir irregularidades

Nada melhor do que fatos concretos para dimensionar a importância do controle social para impulsionar a atividade fim do TCE/TO, que é a fiscalização da gestão e aplicação dos recursos públicos nas esferas municipais e estaduais. Fatos que também ilustram bem a evolução da relação entre a Ouvidoria e a sociedade em geral na missão de denunciar as irregularidades que trazem prejuízos ao erário.

Um deles vem de fora do Estado, revela Carolina Vieira. São empresas que querem participar de licitação em municípios do Estado, mas que têm muita dificuldade para acessar o edital, visto que as prefeituras não o publicaram no seus portais de transparência. Então, elas recorrem à Ouvidoria que aciona os gestores, para só assim conseguí-lo. “Com um telefonema ou email nós conseguimos

o edital para enviar às partes interessadas, ao mesmo tempo que fazemos com que a prefeitura disponibilize o edital no portal”, diz Carolina, lembrando que empresas do Paraná e Rio Grande do Sul sempre recorrem aos serviços da Ouvidoria.

### Denunciado denuncia

No âmbito estadual, um dos casos envolveu um vereador denunciado por acúmulo ilegal de cargos. Resultado: ao perder o cargo que acumulava, resolveu denunciar todos os seus colegas de Câmara pela mesma irregularidade. “Denuncie, seja parceiro e colabore com sugestões, críticas, pedidos de informação, que fazem com que o trabalho da Ouvidoria melhore”, reforça Carolina.



## → NÚMEROS QUE FALAM

- **13** medidas cautelares foram deferidas pelo Tribunal em processos gerados a partir de irregularidades comunicadas à Ouvidoria;
- **110** processos de fiscalização (auditoria, inspeção e representação) abordaram conteúdos “denunciados” por meio da Ouvidoria;
- **66** expedientes criados no e-Contas **42** ofícios enviados “de ordem” dos competentes relatores, com o objetivo de aprofundar as fiscalizações acerca das irregularidades comunicadas;
- Entre as **113** demandas resolvidas administrativamente, destacam-se 12 editais de licitação enviados diretamente pela Ouvidoria ao cidadão interessado, a fim de evitar limitação à concorrência e possível dano ao erário; e 4 licitações canceladas administrativamente pelos jurisdicionados, após contato telefônico decorrente das demandas da Ouvidoria.

## Medidas práticas elevam grau de satisfação com as ações do Tribunal

O percentual dos usuários da Ouvidoria totalmente satisfeitos com as ações do TCE/TO chegou a 50,85% dos que responderam à pesquisa de satisfação consolidada entre 1º de janeiro e 18 de dezembro de 2018, ao passo que 25,42% revelaram estar parcialmente satisfeitos, ante 23,73% dos que se disseram insatisfeitos.

No levantamento, os comentários elogiosos por parte dos totalmente satisfeitos se referem a medidas efetivas adotadas pelo Tribunal, como as que incluíram Araguaína, Colinas e Lajeado na lista dos municípios fiscalizados em 2018. Na outra ponta, os insatisfeitos revelaram discordância ou incompreensão a respeito da impossibilidade de uma atuação direta e rápida da fiscalização do Tribunal de Contas no alvo denunciado. Quanto mais efetiva a fiscalização, mais satisfeito se apresenta o usuário dos serviços, conclui o relatório ao avaliar os números.

O levantamento também apurou o número de demandas por município, sendo que apenas 10 deles chegaram a dois dígitos, com Palmas liderando com 43 demandas,

e Araguaína, a segunda maior cidade do Estado, fora da lista com apenas seis demandas.

Em relação aos órgãos do Estado, a Secretaria de Saúde liderou com 8 demandas, seguida da Agência Tocantinense de Transporte e Obras e a Assembleia Legislativa com 6 cada uma. Já em relação ao assunto demandado, atos de pessoal, processos licitatórios e ilegalidade/irregularidade em atos de agentes públicos jurisdicionados ao TCE foram os campeões com 105, 98 e 61 demandas, respectivamente. Esses resultados levaram o relatório a concluir que, entre os desafios, o Tribunal precisa ampliar o alcance das fiscalizações de atos de pessoal, possivelmente incluindo pontos desse assunto nas auditorias de regularidade ordinárias; aumentar o número de representações e de trilhas de auditoria concomitante nos temas de atos de pessoal; e ainda que há a necessidade de ação concomitante nos editais de licitação, especialmente, no que concerne a dificuldades de acesso aos editais, pela não publicação deles nos sites dos jurisdicionados.

## → PESQUISA DE SATISFAÇÃO

ORDEM	SATISFAÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
01	TOTALMENTE SATISFEITO	30	50,85%
02	PARCIALMENTE SATISFEITO	15	25,42%
03	INSATISFEITO	14	23,73%
<b>TOTAL</b>	-	<b>59</b>	<b>100%</b>



## — DEMANDAS

### \*Por Município

- Palmas - 43
- Porto Nacional - 19
- Araguaã - 18
- Colinas do Tocantins - 17
- Praia Norte - 17
- Cariri do Tocantins - 13
- Miracema do Tocantins - 12
- Rio da Conceição - 11
- São Valério da Natividade - 11
- Silvanópolis - 11

*\*Lista do 10 que chegaram a dois dígitos em demandas.*

### \*Por órgãos do Estado

- Secretaria da Saúde - 8
- Agência Tocantinense de Transporte e Obras - 6
- Assembleia Legislativa - 6
- Secretaria da Educação Juventude e Esportes - 5
- Governo do Estado - 5
- Secretaria da Administração - 4
- Secretaria da Fazenda - 4
- Secretaria do Desenv. Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura - 4
- Secretaria da Segurança Pública - 3
- Secretaria das Cidades e Infraestrutura - 3
- Tribunal de Justiça do Tocantins - 3
- Controladoria Geral do Estado - 2

*\*Órgãos com mais de uma demanda.*

### Por assunto

- Atos de Pessoal - 105
- Procedimento licitatório - 98
- Ilegalidade em atos de agentes públicos jurisdicionados ao TCE - 61
- Portal da Transparência - 60
- Execução irregular de despesa - 43
- Falta de qualidade no serviço público - 21
- Processo do TCE - 18
- Obras públicas - 11
- Desvio de finalidade - 2
- Outros - 13



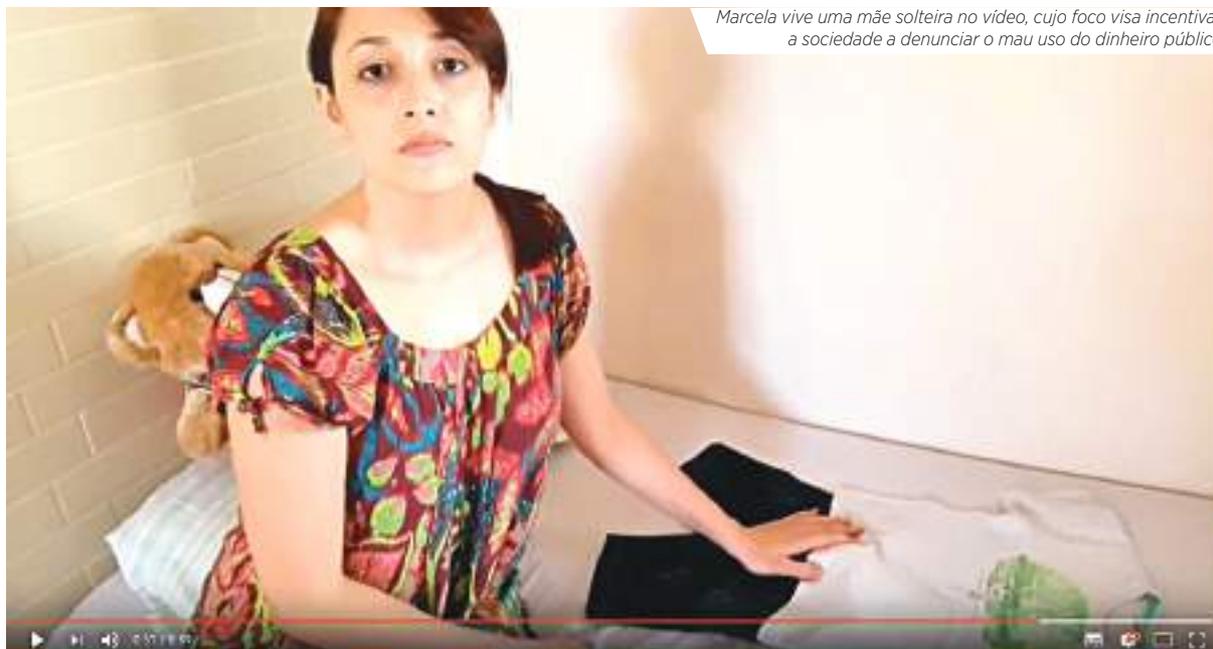
## Faça como a Marcela: não se cale!

“Gravar e editar um vídeo, fazendo isso tudo pelo celular é desafiante. Aprendi sobre isso, mas aprendi mais ainda sobre o valor da nossa participação em denunciar atos corruptos”, afirmou Marcela Dal Molin Machado, vencedora do concurso de vídeo pelo celular “Fiscalize em 1 Minuto”, mais uma iniciativa inovadora da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO) para incentivar o controle social da gestão pública nas esferas municipal, estadual e federal.

O curta-metragem “Não se Cale” captou bem o tema do concurso - “Controle Social e Prevenção e Combate à Corrupção”. Em uma narrativa simples, esclarecedora e tocante, que vai ao encontro da política da Ouvidoria em qualificar e agilizar as respostas às denúncias do cidadão comum, conselhos municipais e outros segmentos organizados de possíveis irregularidades na administração pública.

Publicitária e moradora de Palmas, Marcela recebeu como prêmio um smartphone Samsung Galaxy S9, em outubro de 2018, na Capital, durante a abertura da edição de 2018 do Agenda Cidadã, mais um programa do TCE voltado para a orientação e capacitação do público externo sobre fiscalização das administrações do Governo do Estado e das 139 prefeituras tocantinenses, e também para orientação e capacitação dos próprios gestores públicos sobre as boas práticas de governança.

“Essa iniciativa do TCE me fez ter uma consciência maior ainda do que já tenho, sobretudo a respeito da minha responsabilidade como cidadã”, ressaltou Marcela. No vídeo, ela vive uma mãe solteira que, em meio aos cuidados com o filho, não percebe os rotineiros atos de corrupção e mau uso do dinheiro público que acabam por provocar uma tragédia em sua vida (veja íntegra do texto no box).



Marcela vive uma mãe solteira no vídeo, cujo foco visa incentivar a sociedade a denunciar o mau uso do dinheiro público

### — NÃO SE CALE

**“Todo dia eu ia no mercado. Via os buracos nas ruas, mas tudo bem. No mercado eu sempre pagava em dinheiro. Às vezes eu recebia balinha como troco. Nunca pedia balinha, mas tudo bem. O importante é que eu tinha comprado o lanche do meu filho porque na escola não tinha mais merenda, mas tudo bem também.**

**Hoje não vou mais ao mercado todos os dias, mas os bu-**

**racos ainda estão lá. No mercado não pago mais sempre em dinheiro, mas a balinha ainda é troco. Eu também não compro mais lanche pro meu filho. Ele adoeceu e foi medicado duas vezes com remédio vencido. Eu não tenho mais meu filho. A culpa também é minha, porque eu nunca denunciei.**

**A corrupção começa quando a gente se cala. Denuncie!**



**PREMIADA EM 1 MINUTO** - Marcela, entre os conselheiros Severiano Costandrade (esq.) e Manoel Pires dos Santos, com seu smartphone Samsung Galaxy S9.

*“Essa iniciativa do TCE me fez ter uma consciência maior ainda do que já tenho, sobretudo a respeito da minha responsabilidade como cidadã”*

**Marcela Dal Molin Machado**

ANUA

## — FISCALIZE EM 1 MINUTO

Classificados

- ▶ **1º Lugar - “Não se Cale”**  
Marcela Dal Molin Machado
- ▶ **2º Lugar**  
“Juntos Somos Mais Fortes”  
Marcela Costa Campos
- “Todos Contra a Corrupção”  
Thais Almeida de Aguiar

- ▶ **Os outros vídeos classificados:**  
“Não Faça Parte Disso”, Marcela Dal Molin Machado; “A Valorosa Voz Popular”, Cristovão Ferreira Liberato Júnior; “Fiscalize a Aplicação dos Recursos Públicos”, Thais Almeida de Aguiar; “Os Conselhos Como Instrumento de Controle Social”, Rerickson de Almeida Santiago; “Transmissão ao vivo das licitações”, Leidiane Mota Sousa; “Fiscalize em 1 minuto”, Leidiane Mota Sousa; “TCE Fiscalize em 1 minuto (2018)”, Wualisson Chaves da Silva.



## Capacitação dissemina as boas práticas da gestão do dinheiro público

Criado em 2 de junho de 1999 para ser o braço acadêmico do Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO) na sua missão de zelar pelas boas práticas na administração pública, o Instituto de Contas 5 de Outubro (Iscon) priorizou, no início de suas atividades, a formação e capacitação do seu corpo técnico e dos jurisdicionados para, na sequência, chegar à sociedade em geral. Agora, sob o farol do novo planejamento estratégico, busca fechar o círculo virtuoso da qualificação/especialização ao alcançar também seus membros (conselheiros, conselheiros substitutos e procuradores de contas) para reforçar o elo entre controle

professora de Direito Administrativo Dagmar Gemelli, também auditora de controle externo.

No plano interno, além dos cursos de capacitação ministrados pelo próprio Iscon e também os contratados e oferecidos aos servidores, há concessão de bolsas de estudos parciais ou integrais e outras vantagens, dentro da política do plano estratégico, focada na especialização para a busca de resultados mais efetivos por meio do controle concomitante das contas públicas.



*O diretor geral do Instituto de Contas, Roger Tolentino: "Todos os atores são importantes para melhorar a gestão dos recursos públicos"*

externo, controle social e agentes públicos. Um elo que pode ser sintetizado no Agenda Cidadã, que atinge todos os municípios anualmente, via encontros regionais. "É o nosso maior programa e envolve o cidadão comum, conselhos municipais, associações, vereadores gestores públicos, servidores e membros do Tribunal", afirma Roger Tolentino, diretor geral do Iscon.

O Iscon promove, ainda, uma série de cursos (inclusive a distância), programas, palestras e outras ações voltadas ao público interno e externo, além de parcerias com outras instituições, como a feita com a Ulbra, há cerca de 6 anos, por meio do Grupo de Estudos de Direito Administrativo (Geda), focado no controle social e criado pela

"Temos um bom número de servidores que fizeram especialização, e já há uma segunda turma fazendo na área de controle externo", informa Roger Toletino, lembrando que os cursos financiados em parte são dentro da área de atuação do Tribunal.

O Iscon também está na linha de frente de iniciativas de sucesso em relação ao controle social, como o TCE de Portas Abertas e o Programa de Formação de Agentes Públicos (Formap), do qual participam também servidores. "Buscamos, a rigor, contribuir para melhorar a governança no setor público através das ações de todos os atores envolvidos", frisa Roger Tolentino.



## Instituto investe em cursos próprios para qualificação do seu quadro de servidores

Entre 2015 e 2018, o Instituto de Contas (Iscon) promoveu capacitação de servidores, entre cursos e oficinas, voltados para a área fim do TCE/TO, que é a fiscalização dos contas públicas estaduais e municipais. E também viu sua política de incentivos à formação de especialistas ganhar consistência e alcançar toda a escada hierárquica, dos técnicos e auditores de controle externo aos membros.

integral) e outros incentivos educacionais oferecidos pelo Tribunal.

Foi o que ocorreu com a auditora de controle externo Dagmar Gemelli, que fez mestrado em Direito sobre “Compras públicas como instrumento de desenvolvimento sustentável” pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub), em 2017, bem como o conselheiro André



*Equipe do Instituto de Contas, que comanda uma das unidades técnicas mais importantes do Tribunal*

Pensada e consolidada no planejamento estratégico como de importância fundamental para qualificar o controle das contas públicas, a política de investimento em capacitação seguirá na linha de frente das ações do Iscon nos próximos anos, assim como sua programação regular de capacitações. Nesse cenário, interessados em fazer cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado poderão pleitear a concessão de bolsas de estudo (parcial ou

Luiz de Matos Gonçalves, cujo mestrado, em 2014, sobre “Prestação jurisdicional e direitos humanos” pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) e a Escola Paulista de Magistratura (EPM), resultou no livro “O Controle Coordenado da Reserva do Possível para o Atendimento do Mínimo Existencial: o Papel dos Tribunais de Contas”.



## → CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA SERVIDORES

2015

- Elaboração de Matrizes de Responsabilidade.
- Planejamento de Auditoria e Elaboração da Matriz de Planejamento e Elaboração da Matriz de Achados.

2016

- Metodologia de planejamento de auditorias com base em risco.
- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs e Parcerias Público-Privadas
- Técnicas Utilizadas na Execução de Auditorias.

2017

- Auditoria Financeira no Setor Público.
- Auditoria, Responsabilização perante o TCU e Tomada de Contas Especial.

2018

- Oficina sobre aspectos restritivos em editais de licitações.
- Aplicação do Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - Licitações, Contratos e Obras - Sicap-LCO.
- Análise de Prestação de Contas.
- Oficina de análise de prestação de contas.
- Oficina Prática visando orientar a operacionalização do novo Sicap-Atos de Pessoal, desenvolvido para dar efetividade a IN nº 03/2016.



## Grupo de estudos inova ao levar controle social para dentro das escolas públicas

“Quando nós vemos algo que de fato funciona e pode atender ao cidadão, nós ficamos muito felizes”, comemora Rerickson de Almeida Santiago, após ministrar mais uma palestra no Instituto de Contas (Iscon) para alunos de escolas públicas municipais e estaduais sobre a função e importância dos conselhos municipais na fiscalização dos recursos públicos.

Santiago e outros colegas do Curso de Direito fazem parte do Grupo de Estudos de Direito Administrativo (Geda), que, desde 2012, via Termo de Cooperação com o Ceulp/UiBra, realizam, uma vez por mês na sede do TCE, palestras para estimular estudantes das escolas públicas a exercitar o controle social.

Idealizadora e coordenadora do projeto, a professora do Ceulp/UiBra e auditora de controle externo do TCE/TO, Dagmar Gemelli, lembra que o Geda apresenta informações sobre os cinco conselhos - saúde,



Rerickson Santiago em palestra a alunos de escolas públicas: ele sabe tudo sobre conselho municipal de saúde



## Controle Social

educação, assistência social, alimentação escolar e idosos. Os universitários, antes de ministrarem as palestras, passam por uma capacitação sobre controle social feita pelo TCE/Iscon, sendo que mais de 800 acadêmicos já fizeram a capacitação, e mais de 500 alunos de escolas públicas foram beneficiados com as palestras.

“O grupo nasceu da necessidade de aproximar a área acadêmica do Tribunal. O objetivo é fazer com que os universitários conheçam na prática a função do TCE, bem como estimular o exercício do controle social, fortalecendo a fiscalização dos recursos públicos”, explica.

Ainda segundo Dagmar, o Geda tem como objetivo aprofundar os estudos dos temas polêmicos do Direito Administrativo, e os resultados das pesquisas resultam na publicação de artigos em vários congressos e jornadas científicas. Ela destaca o artigo, apresentado pelo próprio Santiago, que ganhou o terceiro lugar em 2017 e o primeiro em 2018, já com o resultado das palestras sobre os conselhos municipais, especialmente o de saúde, sua área de atuação no grupo. “A gente percebe como é relevante cada cidadão acompanhar e fiscalizar as ações dos órgãos públicos”, explica o acadêmico.



Dagmar, coordenadora do Geda; escolas mais próximas do TCE

“As ações do Geda são realizadas no prédio do TCE, mas, uma vez por semestre, levamos os acadêmicos para ministrar as palestras nas escolas públicas (já foram mais de 15 palestras para cerca de 250 alunos), para que possam conhecer a realidade local e aplicar os conhecimentos”, ressalta Dagmar, adiantando a próxima meta do Geda: realizar uma pesquisa analítica dos itens essenciais e obrigatórios que devem constar no Portal da Transparência dos poderes Executivo e Legislativo dos municípios e do Estado, entre outros pontos.

## Com foco na orientação, cobrança e busca de soluções, Agenda Cidadã atrai quase 5 mil participantes em 4 anos

Representantes da sociedade e de instituições públicas e privadas, jurisdicionados e vereadores apontando os gargalos e discutindo soluções para melhorar a qualidade da administração dos recursos públicos e, conseqüentemente, a prestação dos serviços públicos para a população. Essa é a fórmula do sucesso do Agenda Cidadã, programa criado em 2007 pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO) e que só nos últimos quatro anos cobriu todo

o Tocantins e atraiu mais 4.700 pessoas em suas edições regionais.

Com foco na educação, especificamente sobre o Plano Nacional de Educação, o Agenda Cidadã 2018 reuniu 1.200 pessoas nos encontros regionais de Palmas, Araguaína, Dianópolis e Gurupi, nas quais foram relevados os números, discutidos caminhos e cobradas ações dos



Com grande público, Araguaína sediou uma das regionais do Programa Agenda Cidadã 2018



## Controle Social

gestores públicos visando o cumprimento do plano. “A ideia é chamar a atenção dos gestores sobre o cumprimento das 20 metas do PNE, já que temos municípios descumprindo o Plano”, alertou o presidente do TCE/TO, Manoel Pires dos Santos, na abertura do programa em Palmas, onde o prefeito de Tupiratins, Weltman Veloso, destacou a importância do evento para melhorar a qualidade de sua gestão, principalmente na área da educação. Já o procurador-geral de Justiça, José Omar de Almeida Júnior, afirmou ser “necessário o engajamento de todos”.

“A educação é um papel de todos”, destacou a presidente do Conselho Municipal de Educação da Mulher de Dianópolis, Selenita Pereira Bernieri, ao passo que em Gurupi,

o prefeito Laurez Moreira destacou que o Agenda Cidadã demonstra respeito do Tribunal “pelos gestores e pela sociedade ao vir ao encontro dos municípios e compartilhar as boas práticas administrativas”. O presidente da ATM, Jairo Mariano, por sua vez, garantiu, em Araguaína, que “já houve evolução nos índices da educação nos municípios do Tocantins, mas que é preciso avançar muito mais”.

“O exercício do controle social contribui para que cada cidadão se torne um fiscal da aplicação do dinheiro público e da efetividade das políticas públicas. E esse é um dos objetivos do Agenda Cidadã”, lembra o diretor geral do Instituto de Contas, Roger Tolentino.

### ➤ NÚMEROS E PARCEIROS

**2015** - 1.500 participantes

**2016** - 1.000 participantes

**2017** - 1.100 participantes

**2018** - 1.200 participantes

- Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público do Tocantins (MPE/TO), Sebrae, Caixa Econômica Federal (CEF), Controladoria Geral da União (CGU), Controladoria Geral do Estado (CGE), Associação Tocantinense de Municípios (ATM), União dos Vereadores do Tocantins (UVET).

## TCE de Portas Abertas busca aproximação com a comunidade

Após terem realizado em sala de aula atividades explorando o controle social, uma turma do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Gurupi (Unirg) fez, no dia 22 de novembro de 2018, um “passeio” prático pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO). Durante a visita, o grupo conheceu suas principais dependências, entre elas os espaços do Instituto de Contas (Iscon), o Memorial, e, principalmente, pôde assistir a uma sessão de julgamento do Pleno do Tribunal, a rigor, o ponto mais importante do processo de fiscalização dos recursos públicos.

“Está sendo uma experiência única para mim, pois o tema do meu trabalho de conclusão de curso será “Execução fiscal e improbidade administrativa nas contas públicas” e esta visita está abrindo possibilidades”, comemorou à época uma das acadêmicas, numa reação que espelha bem os resultados de um dos projetos mais interessantes e efetivos para aproximar os mais variados públicos do Tribunal e de suas práticas - o TCE de Portas Abertas.

Desenvolvido pela Assessoria de Comunicação e pelo Iscon, o projeto prima pela informação detalhada de cada setor, por meio de visitas programadas e acompanhadas (preferencialmente às quartas-feiras, quando há sessão do Pleno), o que permite à comunidade tirar dúvidas a respeito das ações do Tribunal. Por exemplo, informações



Estudantes da Unirg acompanham julgamento do Pleno do Tribunal: teoria e prática



*Representantes do Conselho Municipal de Saúde de Palmas conhecendo obras e publicações sobre o TCE no Memorial*

sobre como é realizado o trabalho de fiscalização e como ocorre a tramitação dos processos de análise e julgamento de contas.

Formadores de opinião e multiplicadores do conhecimento sobre o trabalho do TCE, profissionais da impre-

sa, estudantes universitários e alunos do ensino médio, representantes de conselhos municipais e associações estão entre as 476 pessoas que, nos últimos quatro anos, conheceram o Tribunal de perto, em mais uma porta aberta no caminho da transparência.

## — VISITAS VIA PORTAS ABERTAS

- 2015** - 54 participantes
- 2016** - 92 participantes
- 2017** - 59 participantes
- 2018** - 231 participantes



## Uma biblioteca inclusiva e acessível à pesquisa, ao conhecimento e ao lúdico



Alunos da Escola Municipal Monteiro Lobato conferem o mapa do Tocantins no Memorial do TCE, durante a Semana da Biblioteca

Pela via do rigor técnico, a Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado é classificada como “especializada, tendo foco no campo específico o conhecimento inerente às atividades do Tribunal de Contas, especialmente na área do controle externo”. E ela realmente cumpre esse papel ao disponibilizar ao seu público interno e externo o seu acervo atual (físico e virtual) de 3.330 obras e 4.464 periódicos.

Mas o espaço, cujo nome homenageia o conselheiro-presidente José Ribamar Meneses, abriga uma intensa agenda de atividades literárias, artísticas e lúdicas com a participação direta da comunidade em geral, especialmente estudantes de escolas municipais e estaduais.

O carro-chefe dessa caravana lúdica é a já tradicional Semana da Biblioteca, com sua vasta programação, incluindo apresentações de corais, entre eles o Coral de Contas, contação de histórias, brincadeiras. Além de visitas periódicas de vários segmentos durante o ano, abriga também programação especial durante a Semana da Criança com uma série de atividades voltadas ao público infantil.

“A nossa missão é promover a inclusão por meio de atividades interativas, fazendo com que o público se torne parte da instituição”, lembra a bibliotecária Sílvia Sales. Inclusão é o que se vê também no Cantinho da Leitura,

espaço criado para receber doação de livros que ficam à disposição da comunidade.

Não menos inclusiva é a Coleção Acessibilidade, que abriga livros em braile, livros com fonte ampliada e áudio-livros. Ainda em fase de consolidação, a coleção, que disponibiliza títulos literários e relacionados à legislação brasileira, deve ser ampliada com obras voltadas ao campo de atuação do Tribunal e áreas afins.



Biblioteca do TCE também disponibiliza livros em braile: acervo deve ser ampliado





VAN/VAN/V

## As histórias pulsam no Memorial

**E**m frente aos olhos de conselheiros e da linha do tempo estampada na parede de um vermelho-terra, uma máquina de datilografia, repousada sobre uma mesa com cheiro de Miracema, observa os tablets, cheirando a Palmas, dispostos meticulosamente na mesa oval, ilustrada pelo mapa do Tocantins e seus 139 municípios. A distância que a separa deles é curta. Não passa de três metros. Longa mesmo é a distância entre a história dela e a deles. Coisa de 30 anos. E essas três décadas estão aqui, envelhecendo e se renovando, juntas, à espera do futuro de uma História que se entrelaça.





# Capítulo 04

Controle Interno





## Sistema integrado é caminho para aprimorar a fiscalização interna

Tocantinense de Araguaatins, Edivaldo Gomes da Silva e Souza assumiu a Diretoria Geral de Controle Interno em 2017, com a missão de dar continuidade ao aperfeiçoamento da supervisão dos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional das unidades do Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO). Ou seja, cuidar para que os procedimentos e atos dessas áreas sejam realizados dentro do que pede a legislação.

Com uma equipe de cinco pessoas, o departamento examina concomitantemente e libera os processos de despesas das várias unidades do Tribunal, via sistema. O setor, no entanto, ainda enfrenta dificuldade, devido ao número reduzido de pessoal, em relação às inspeções, que precisam ser feitas *in loco* em cada uma das unidades, quando assim se fizer necessário.

“Agora o Tribunal está dando um passo muito importante para o aperfeiçoamento do nosso trabalho, com a implementação do Sistema Integrado de Controle Interno”, comemora o diretor Souza, já que o departamento foi alçado agora à Unidade Central de Controle Interno. A equipe continuará sendo a mesma, mas a diretoria ganhará um gerente de Controle Interno em cada uma das unidades, com o objetivo de registrar todos os processos de trabalho daquela área e enviar, concomitantemente, para a Diretoria Geral de Controle Interno. “O gerente será escolhido pela sua própria unidade, para desempe-

nhar esse trabalho, sem prejuízo das funções que já exerce”, explica Souza, lembrando que, hoje, além do departamento precisar acionar a Presidência para conseguir fazer a inspeção, quem os recebe na unidade tem muita dificuldade em passar as informações. “Agora, o gerente de Controle Interno de cada unidade já vai nos passar os dados automaticamente”, reforça.

Ainda segundo Edivaldo Souza, todo esse fluxo será feito pelo Channel, sistema eletrônico pelo qual a diretoria acompanhará também a execução das metas previstas no planejamento, via ferramenta denominada “gerenciamento de risco”. Ou seja, cada unidade tem que informar pela plataforma eletrônica o passo a passo sobre o que foi planejado para ser executado. “Se não informar, nós emitimos uma nota estipulando um prazo para que isso aconteça”, lembra.

Ao destacar a inovação feita na Constituição de 1988, permitindo ao Controle Interno focar na fiscalização de metas e resultados durante o curso do ato, e não apenas esperar o ato ocorrer para depois agir, Souza destaca a autonomia do Controle Interno no TCE/TO e lembra: “O controle interno só funciona se o gestor quiser, ou seja, dando condições para ele funcionar e determinando que as unidades cumpram suas orientações. Nesse sentido, acredito que este Tribunal venha a ser referência para outros tribunais a partir dessas inovações”.



O diretor geral Edivaldo Souza, e equipe:  
“O Controle Interno só funciona se o gestor quiser”



*Vista dos três prédios que abrigam o TCE/TO. Em primeiro plano o Instituto de Contas 5 de Outubro, depois a sede administrativa e ao fundo o edifício Ruy Barbosa*



# Capítulo 05

Comunicação





## Avanços e desafios na missão de aproximar o Tribunal de seus públicos

Com a experiência de quem acompanhou todo o processo de criação do que hoje é a Assessoria de Comunicação (Ascom-TCE/TO), Lauri Meyer está à vontade para apontar os avanços que a área experimentou de 1993 até 2018 no seu propósito de fazer chegar as informações sobre as ações do Tribunal a seus públicos alvos, isso num cenário de recursos limitados. De igual modo pode revelar os gargalos que ainda precisam ser enfrentados dentro do desafio de promover a mais ampla e clara divulgação possível da missão da Corte de Contas tocantinense, de forma a fazer com que seus atos e decisões se tornem de domínio público.

Traduzindo, a Comunicação tem a missão de desconstruir um senso comum, baseado sobretudo no desconhecimento de suas ações com reflexos positivos para toda sociedade, de que o TCE é uma instituição impermeável e que dialoga com a sociedade numa linguagem pouco inteligível. “Essa visão já mudou muito, principalmente a partir dos anos 2000, com o Promoex, responsável pela modernização dos Tribunais de Contas do País”, lembra Meyer, referindo-se ao Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo.

Muito desse processo, que incluía a qualificação do corpo funcional, decorreu de uma pesquisa feita pela Universidade de São Paulo (USP), a pedido do Ministério do Pla-

nejamento, que, entre outros pontos, apontou um grande distanciamento entre os TCEs e a sociedade em geral e que a Comunicação teria papel estratégico nessa aproximação.

Nesse caminho, Meyer destaca também o papel da última diretoria da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), que baixou uma série de resoluções dentro dessa nova linha a ser seguida pelos tribunais. “Uma delas foi justamente em relação à Comunicação, cuja atuação também passou a ser avaliada pela associação via Programa de Qualidade e Agilidade do Controle Externo (QATC), o que estimulou muito a nossa área. Já evoluímos muito, mas há ainda um grande espaço para evoluirmos, assim como todas as unidades”, pondera Meyer, ao destacar o Plano de Comunicação do TCE/TO, criado em 2016 e que estabelece uma série de medidas para qualificar as informações sobre o Tribunal, como a implantação do comitê e a regulamentação do novo quadro de pessoal da Comunicação.

“Nós temos 20 ações dentro do plano, que são avaliadas anualmente. E, à medida das possibilidades financeiras, são incrementadas novas ações, mas os últimos 4 anos foram marcados por cortes grandes no orçamento”, pondera.



Lauri Meyer, assessor de Imprensa e Relações Públicas:  
“Comunicação tem papel estratégico”



## → DIRETRIZES DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

- 1 - Aproximar o TCE/TO de seus públicos estratégicos, desenvolvendo projetos, atividades e eventos que promovam a integração e estimulem o estabelecimento de um clima positivo entre a instituição, seus servidores e membros, cidadãos e jurisdicionados, com reflexos na mídia e na sociedade;
- 2 - Dar ampla divulgação à missão e visão de futuro do TCE/TO, de modo a torná-las de domínio público, enfatizando a eficiência, a eficácia, a efetividade e o caráter técnico das atividades de controle externo da gestão pública, fatores básicos para a obtenção do respeito e reconhecimento da sociedade;
- 3 - Assegurar à Assessoria de Comunicação seu papel estratégico, inserindo-a como voz ativa no planejamento das ações de curto, médio e longo prazos do TCE/TO;
- 4 - Aprimorar o modelo de comunicação integrada no âmbito do TCE/TO, de modo a possibilitar o desenvolvimento de ações sinérgicas e o uso de linguagens homogêneas;
- 5 - Reforçar a comunicação interna como forma de integração e coesão dos membros e servidores aos objetivos e metas da instituição;
- 6 - Dar respostas imediatas e adequadas às solicitações da imprensa;
- 7 - Elaborar material explicativo que facilite o entendimento sobre as atribuições do TCE/TO e sobre as formas como os próprios cidadãos podem atuar para melhor fiscalizar as contas públicas.

VAVAVAVA

## Contas públicas na pauta diária do site, da TV, do rádio, das redes sociais

Assessor de Imprensa e Relações Públicas, Lauri Meyer é categórico sobre quem é o carro-chefe da área que comanda: “O principal veículo da Comunicação é o nosso site, tanto para o público externo quanto para os jurisdicionados”. E não faltam razões para justificar sua afirmação sobre a página oficial do TCE/TO ([www.tce.to.gov.br](http://www.tce.to.gov.br)), na rede mundial de computadores.

Além do conteúdo próprio produzido pela equipe de jornalismo e que abastece também o informativo impresso, o Portal abriga o conteúdo de TV, o TCE Notícia, de rádio, o Minuto TCE, que ganharam o Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça em 2011 e 2012, e das redes sociais - Youtube, Facebook, Twitter, Instagram. Sem falar também da mídia espontânea que fez a Comunicação bater a meta estabelecida pelo planejamento estratégico para 2018 de número de menções positivas pelos veículos de comunicação do Estado ao Tribunal.

Na pauta diária estão as coberturas das decisões do Pleno e das Câmaras, como a apreciação das contas consolidadas das prefeituras e do governo do Estado, que são transmitidas em tempo real pelo canal YouTube, resultados das ações de fiscalização feitas pelos auditores e Ministério Público de Contas, além de informações institucionais e sobre projetos e programas desenvolvidos pelo Tribunal e direcionados ao cidadão (controle social) e aos jurisdicionados, como o Agenda Cidadã. Sem falar

ainda que o site abriga o e-Contas e outros sistemas que são canais pelos quais os gestores públicos tratam de todos os processos relativos à prestação de contas com o Tribunal.



Vilmara Bianchi entrevistando palestrante no Agenda Cidadã

“Vivenciei grande parte deste processo de aproximação do Tribunal de Contas com a sociedade. Guardo na memória todos os detalhes do programa piloto do telejornal da Corte, TCE Notícia, em 2010, desde a produção até a edição”, lembra a âncora Dhenia Gerhardt. Para a jornalista e assessora especial da Presidência, o desafio de levar as ações e decisões da instituição para os mais diversos públicos “é extremamente gratificante, principalmente porque estamos percebendo que, de fato, o cidadão está mais participativo”.

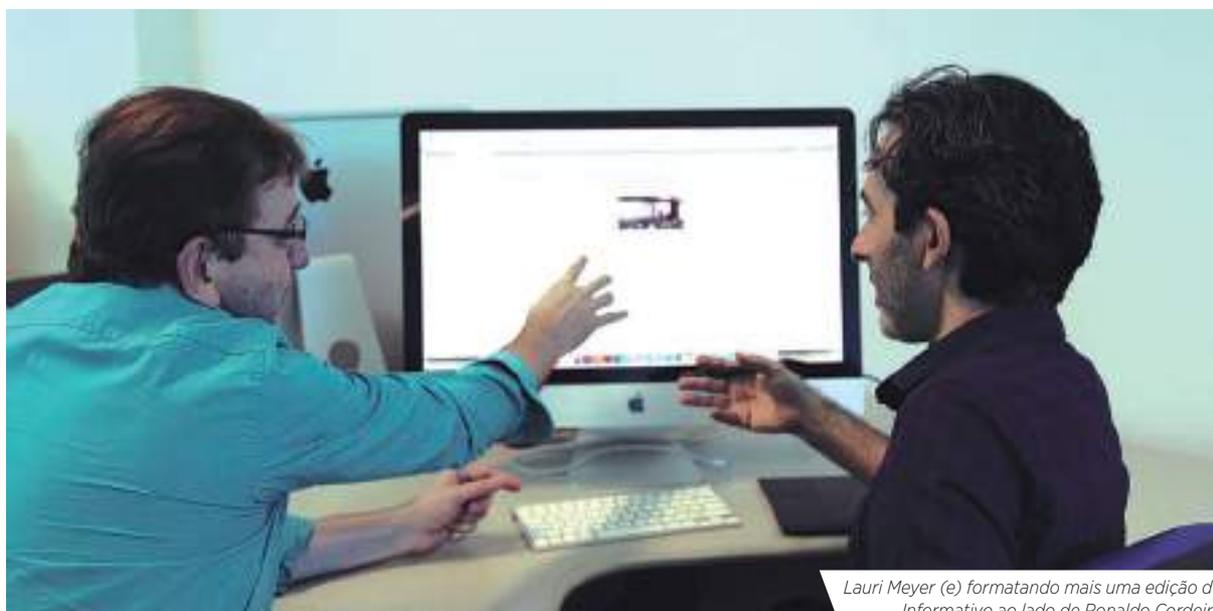


*Dhenia Gerhardt durante gravação do TCE Notícia*

Na mesma direção vai o entendimento de Vilmara Bianchi, que comanda o Minuto TCE no rádio, além de alimentar o TCE Notícia e o Informativo do TCE com coberturas e reportagens. “O programa é mais uma ferramenta de comunicação que leva a todo Estado, de forma simples e entendível, a importância do controle social. E assim, fortalecida a cidadania, o Tribunal de Contas ganha parceiros no combate ao mau uso do dinheiro público.”

Em tempos de mídias eletrônicas e digitais, Meyer defende a manutenção do informativo impresso. “Ele segue

com uma boa penetração no interior, onde a internet ainda é deficiente”. Mas o seu foco agora está voltado para investir em outra frente - as redes sociais. “Nós, jornalistas, passamos muito tempo brigando com elas, e só acordamos e começamos a correr atrás quando os ‘influencers’ tomaram conta do mercado”, cutuca Lauri Meyer, destacando que o TCE precisa colocá-las na pauta de prioridades em 2019 para aproveitar seu amplo poder de penetração e de mobilização da sociedade. E lembra que, hoje, o maior problema é conseguir atrair pessoal qualificado para explorar seu imenso potencial.



*Lauri Meyer (e) formatando mais uma edição do Informativo ao lado de Ronaldo Cordeiro*



## Comitê visa qualificar ainda mais as informações produzidas pelo Tribunal

“...o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, como órgão fiscalizador, quer se aproximar cada vez mais de seus públicos estratégicos, divulgando suas ações e decisões e, conseqüentemente, colaborando para o exercício da cidadania”. O trecho em questão abre uma publicação sobre o plano de comunicação do Tribunal para o ciclo 2016/2021. Atendendo a uma diretriz da Associação Nacional dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o plano posiciona a Comunicação como área estratégica na discussão do planejamento das ações de curto, médio e longo prazos do Tribunal. Cria também

mais equilibrada, transparente e com qualidade”, explica Meyer.

Ele ressalta a importância do trabalho em conjunto com as outras áreas, como a Ouvidoria, na divulgação das ferramentas de controle social, cujos atores principais são os cidadãos, as ONGs, os conselhos municipais e estaduais e outros segmentos organizados. “Muitos vereadores, por exemplo, não sabiam que o processo das contas não são mais impressos, mas encaminhados, via e-mail, ao presidente da Câmara, que tem a obrigação de lhes repassar.



Equipe da Ascom: Comitê vai definir o essencial de todas as áreas a ser divulgado

uma instância fundamental para ampliar e qualificar a divulgação das informações produzidas para os mais diversos públicos, o Comitê de Comunicação, cuja implantação efetiva é uma das principais metas para 2019.

“Essa é uma iniciativa de mão dupla muito importante para se estabelecer uma aproximação maior entre as principais áreas do controle externo e que contribuirá para apurarmos com mais qualidade as informações prioritárias de cada área e divulgá-las na linguagem adequada aos nossos diversos públicos por meio dos nossos veículos”, afirma Lauri Meyer, assessor de Imprensa e Relações Públicas do TCE/TO, referindo-se ao site, ao Informativo impresso, ao TCE Notícia (TV) e Minuto TCE (rádio), além das redes sociais.

Ele lembra que hoje a divulgação das ações do Tribunal ainda é baseada na demanda, o que, por vezes, pode ocorrer de determinada unidade gerar mais pautas e por conseguinte mais informações por ter maior aproximação com a Comunicação. “O comitê vem justamente com a missão de filtrar as informações de todas as áreas para que possamos realmente saber o que é essencial e assim podermos divulgar ações de cada uma delas de forma

Também não sabiam que poderiam acessar o processo através do e-Contas, sistema do TCE por onde tramitam todos os processos relativos aos jurisdicionados.

“Então esse é um exemplo de como a Comunicação e a Ouvidoria podem estimular, de uma forma bem clara e direta, o controle social das contas públicas, mostrando as ferramentas que a sociedade pode ter acesso e, por meio delas, cobrar do gestor ou denunciar o mau uso do dinheiro público”, ressalta Meyer.

### COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE COMUNICAÇÃO

- I - Chefe de Gabinete da Presidência
- II - Diretor geral de Controle Externo
- III - Diretor geral de Controle Interno
- IV - Instituto de Contas
- V - Assessoria de Comunicação (o seu titular será o responsável por coordenar o comitê)
- VI - Ouvidoria



## Plano prevê a execução anual de 80% das ações de comunicação

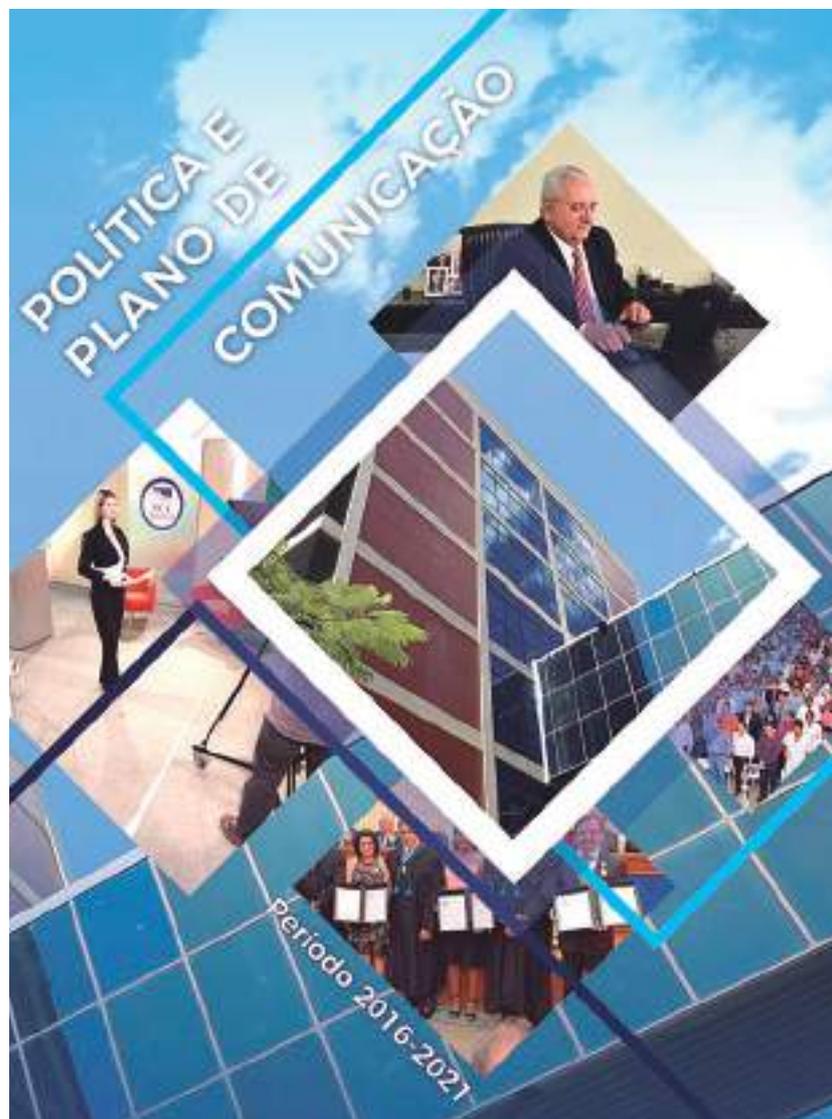
Pelo menos 80% das ações previstas no Plano Geral de Comunicação precisam ser cumpridas anualmente até 2021, conforme meta estabelecida pelo Plano Estratégico do TCE/TO. Entre elas estão as que criam ou reforçam ações já desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação (Ascom), como a transmissão ao vivo das sessões do Pleno e das Câmaras e a realização de campanhas institucionais internas e externas.

A ampliação e qualificação do conteúdo das coberturas das decisões da Corte de Contas e de outras ações que têm efeitos diretos na vida da população tocantinense de uma forma geral, incluindo aí também os jurisdicionados e o público interno, passam também pela regulamentação do quadro de pessoal da Assessoria de Comunicação (Ascom), hoje vinculada à Presidência dentro da estrutura organizacional do Tribunal.

Já em discussão pelos membros da administração superior (conselheiros), a proposta “estabelece as novas responsabilidades e atribuições da Ascom, que incorpora novas competências institucionais dentro do Planejamento Estratégico (Ciclo 2016/2021), e também acerca do atendimento das metas e iniciativas aprovadas e da nova política de comunicação a ser adotada”, como consta no Plano de Comunicação.

A nova estrutura em discussão propõe os novos perfis para a Comunicação, que seria encabeçada pelo assessor especial de Comunicação, seguido do assessor de Imprensa, assessor de Relações Públicas e Cerimonial, além dos núcleos de Publicidade e Design Gráfico e de TV, Rádio e Fotografia.

“Não temos ainda uma estrutura de pessoal que nos permita fazer matérias sobre todas as decisões do TCE numa

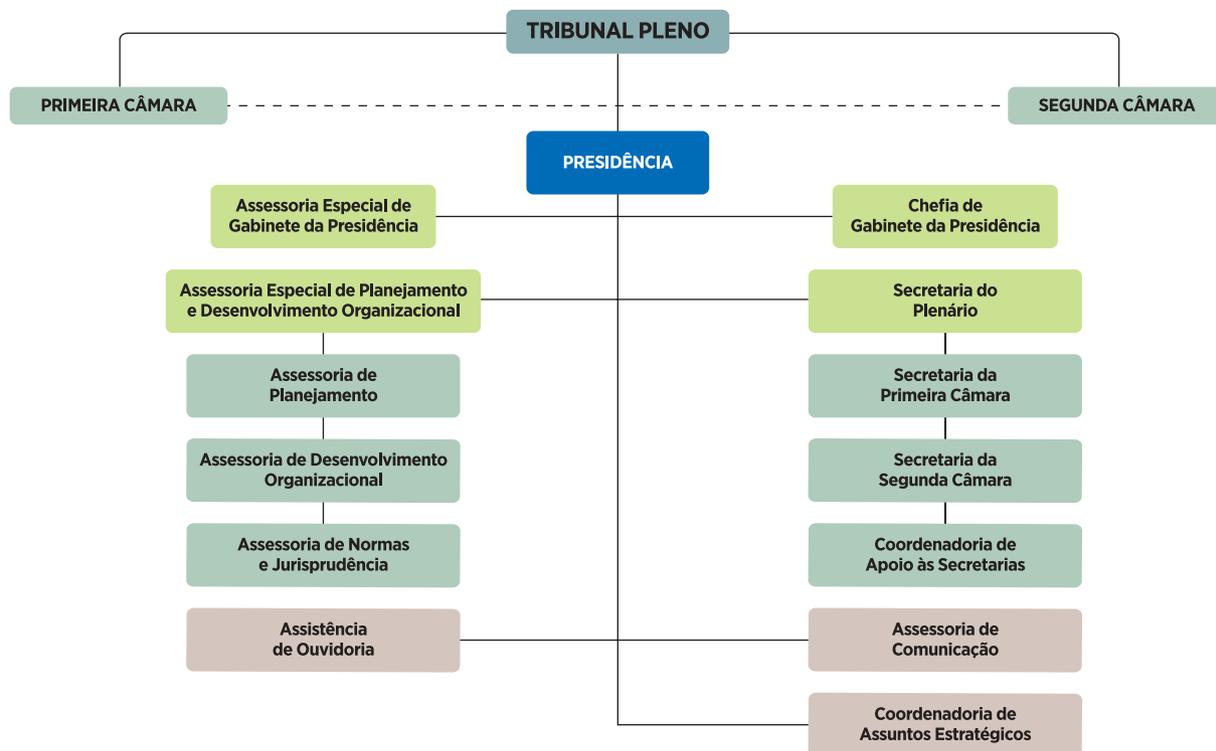


linguagem mais acessível para nossos diversos públicos, como, por exemplo, o TCE do Mato Grosso já consegue fazer”, comenta Lauri Meyer, lembrando que, lá, eles têm uma grande estrutura de pessoal capaz de viabilizar uma política de comunicação de forma mais abrangente. “Mas a nova configuração da Ascom, quando efetivada, vai nos fazer dar um salto importante de qualidade na nossa meta de informar cada vez melhor e no tempo adequado os nossos públicos”, garante Meyer.

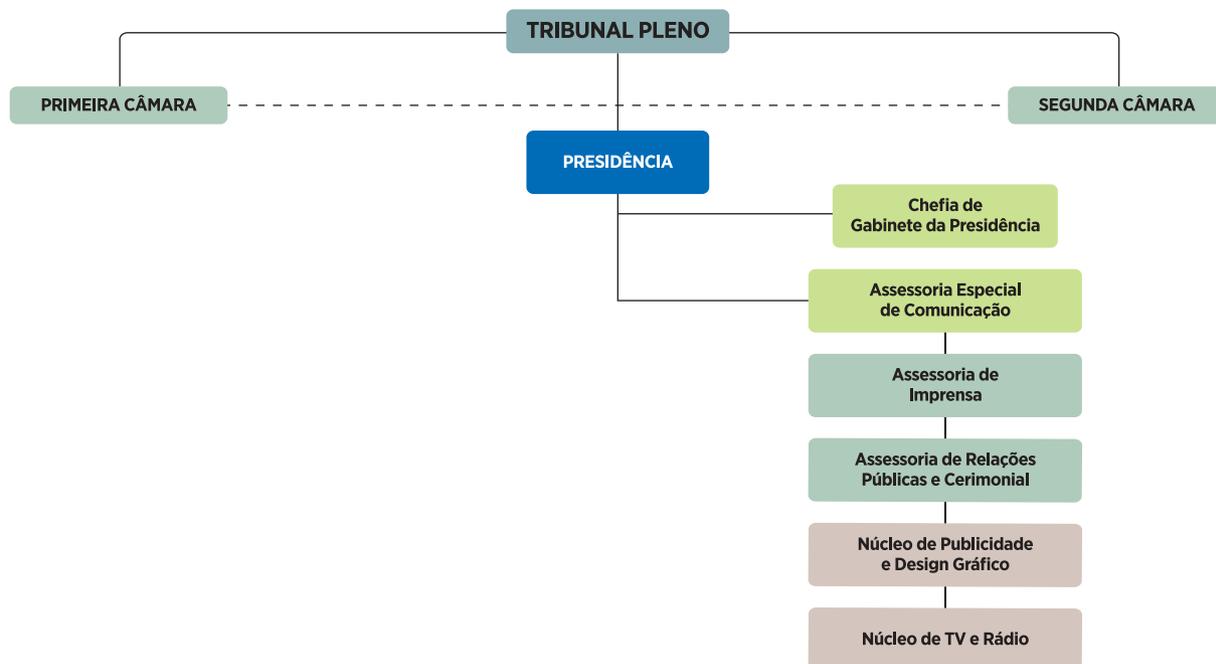


## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ATUAL DA ASCOM E A PROPOSTA DA SUA NOVA REGULAMENTAÇÃO

### ANTES



### DEPOIS





## Da máquina de escrever ao mundo eletrônico

A Lei nº 395, de 21 de maio de 1992, que criou o cargo de jornalista, preenchido, via concurso público, em abril de 1993, abriu caminho para o nascimento da área de comunicação do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins. Posteriormente, já em 1995, foram criados mais dois cargos em comissão - Assessor de Imprensa e Relações Públicas, nome cuja sigla era Asirp e pelo qual a área foi denominada até 2007, quando transformou-se em Assessoria de Comunicação (Ascom), por força da Resolução Normativa TCE/TO nº 1, de 4 de abril daquele mesmo ano.

“Naqueles tempos, o equipamento mais moderno que a gente tinha era uma máquina de escrever elétrica. Os processos eram físicos e era complicado até obter informações sobre as decisões do Pleno e das Câmaras para alimentar a imprensa”, lembra Lauri Meyer, que ingressou no TCE em 1993 e participou de todo o processo de implantação da área de comunicação, produzindo e editando o Informativo nº 1 do TCE em março de 1995.

“Com o processo de modernização e implantação dos sistemas e processos eletrônicos tudo ficou mais fácil e ágil. Hoje, o repórter ou o cidadão acessam qualquer peça dos processos que tramitam no Tribunal. Ao longo dos anos, também, deixamos apenas de fazer assessoria de imprensa para nos centrarmos na gestão da comunicação”, completa Meyer.

**INFORMATIVO DO Tribunal de Contas DO ESTADO DO TOCANTINS**  
ANO 1 Nº 01 Palmas março de 1995

### Presidente toma posse e anuncia metas

**Presidente recebe cumprimentos da governadora**

Desde 26 de Janeiro deste ano o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins está sendo presidido pelo conselheiro José Wagner Praxedes, eleito em substituição ao conselheiro José Ribamar Mendes, que se aposentou ao completar 70 anos de idade. Logo após a posse, o novo presidente anunciou uma série de metas e de mudanças que poderão melhorar bastante a administração.

Sua indicação como conselheiro foi feita a partir de uma lista tríplice, que incluiu também os nomes dos auditores Raimundo Sá da Aquino e Nilso Pereira dos Santos, encaminhada pelo TCE ao Governo do Estado. O governador Siqueira Campos, através mensagem à Assembleia Legislativa, que referendou o nome escolhido. José Wagner Praxedes tomou posse como conselheiro em 25 de janeiro deste ano e em seguida foi eleito presidente do Tribunal.

A prioridade número um de sua gestão é a urgente ampliação das instalações físicas, já que o TCE ocupa hoje apenas 15 por cento do espaço de um prédio destinado a uma Secretaria de Estado. O referido espaço atualmente as salas abertas com um número maior de pessoas do que deverão compo-

ter, dificultando o bom andamento dos trabalhos. Além disso, a construção da sede definitiva do Tribunal deverá ser iniciada nos próximos meses.

Outro projeto é cancelar o processo de reestruturação do Tribunal, arquivando-o nos arquivos estaduais e federais.

Em seu discurso de posse, o conselheiro-presidente disse que "o Tribunal deverá responder aos anseios da sociedade tocantinense, tal como a nova administração estadual, que carrega, por ocasião da maioria do povo desta Estado, a responsabilidade de promover a reorganização administrativa da máquina governamental, adaptando-a aos novos tempos". Nesse sentido, observou que o TCE, como verificador das contas públicas, deverá dar o exemplo.

### Perfil

O conselheiro José Wagner Praxedes, 27 anos, filho de Raimundo Praxedes Sobrinho e Antonia Alcides Praxedes, é natural de Nazaré, região do Bico do Papagaio. Formou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Goiás, onde concluiu o curso em 1981. Até 1983 permaneceu em Goiânia como funcionário da Nuclebrás. Em março do mesmo ano mudou-se para Araguaína, onde exerceu o cargo de secretário municipal de Administração da prefeitura local.

Em 27 de fevereiro de 1989 tomou posse como auditor do Tribunal de Contas, tendo sido nomeado pelo primeiro governador do Estado, José Wilson Siqueira Campos. Desde então passou a desempenhar um papel de grande relevância na implantação e estruturação do TCE. Em abril de 1991 assumiu o cargo de auditor-chefe, função que ocupou até janeiro deste ano.

A versão impressa nº 1 do Informativo do TCE (agora também na internet), publicada em março de 1995

**Reprodução de parte da linha do tempo exposta no Memorial TCE/TO, que registra as primeiras publicações da ASCOM, em 1995**

# 1995

Segunda composição: Conselheiros José Wagner Praxedes, José Jamil Fernandes Martins e Herbert Carvalho de Almeida.

Conselheiro José Wagner Praxedes assume a presidência, biênio 1995/96.



Primeira edição do Informativo do TCE/TO



Lançamento da Pedra Fundamental da Sede Administrativa

# 1996

Assinado o Acordo de Cooperação Científica e Técnica com o Tribunal de Contas de Portugal.

Início de intercâmbio com as Cortes de Contas da Espanha, França e Itália. Lei nº 842 - Segunda Lei Orgânica

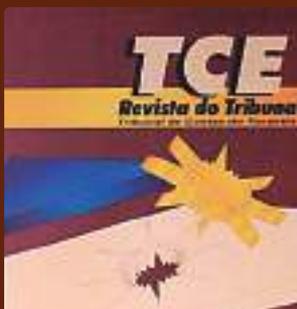


Visita dos conselheiros ao canteiro de obras marca o início da construção da Sede Administrativa.

# 1997

Conselheiro José Wagner Praxedes é reconduzido à presidência, biênio 1997/98.

Realização de Encontros Regionais, nas cidades sede das inspetorias.



Lançamento da primeira edição da Revista Técnica do TCE/TO



Programa de treinamento e aperfeiçoamento dos servidores

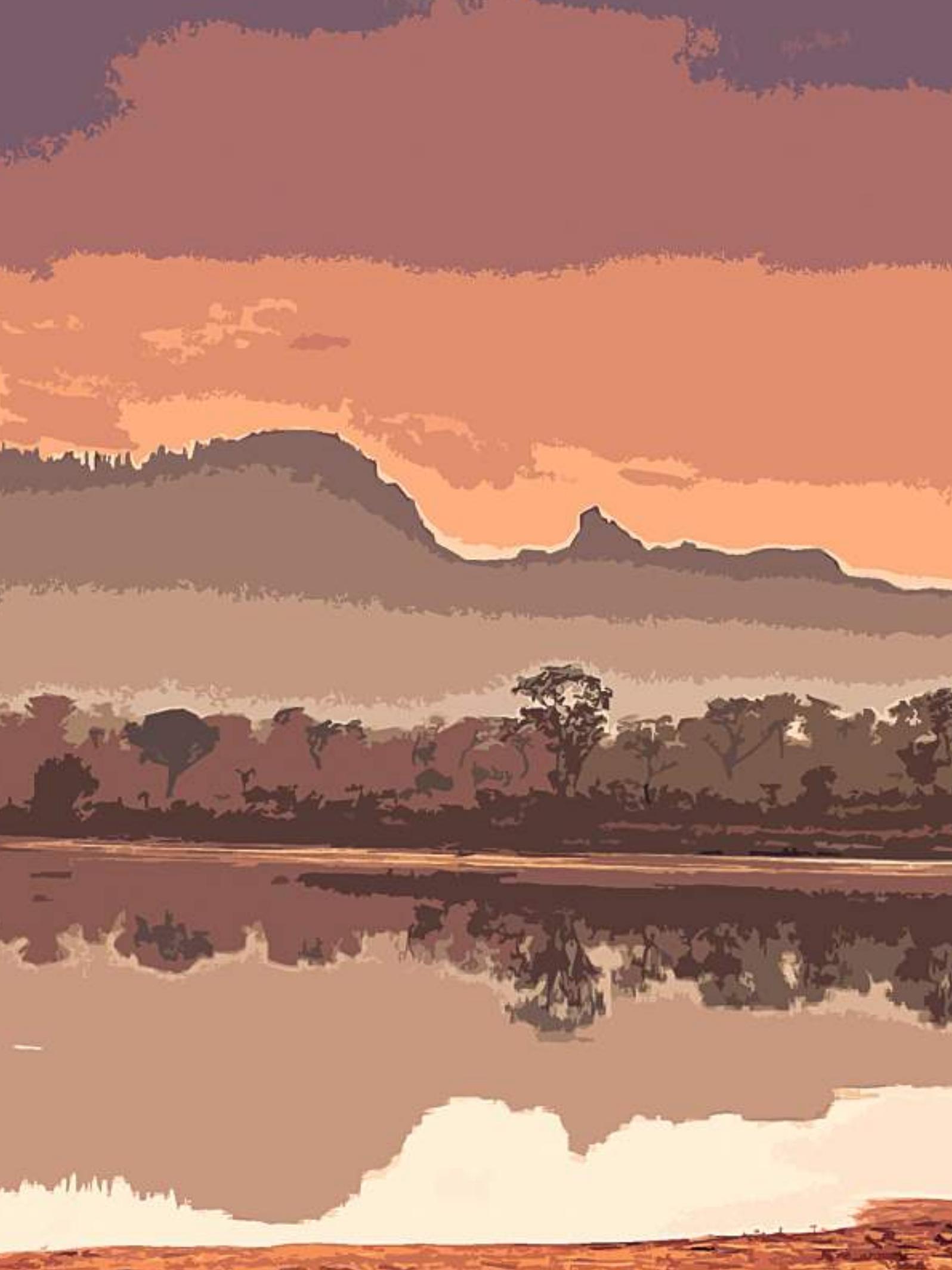
# 1998

Informatização das inspetorias regionais.

Programa de qualificação dos servidores, desenvolvido pela Atricon.

Terceiro concurso público.





# Capítulo 06

Modernização  
Tecnológica





## Desenvolvimento de sistemas põe TCE/TO entre os grandes do País

Director de Informática do Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO) desde 2012, Francisco de Assis tem na ponta da língua as três palavras que definem à perfeição o resultado dos avanços no processo de fiscalização eletrônica das contas públicas: agilidade, produtividade e segurança. Obtidos mesmo em meio a dificuldades orçamentárias, eles colocaram o TCE/TO na linha de frente das inovações tecnológicas entre seus pares no País. “Não somos melhor em razão dos recursos, que não são muitos, mas acho que conseguimos fazer mais com menos e estamos, sim, muito avançados.”

E a história dessa guinada eletrônica pode ser dividida em dois cortes simbólicos. Um deles veio em 2012 com a implantação e início do desenvolvimento do e-Contas, principal sistema do Tribunal e pelo qual tramitam os processos em todas as suas fases – desde quando o jurisdicionado (gestor público) alimenta o sistema com as informações sobre suas contas até o julgamento ou a apreciação delas pelo Pleno ou pelas Câmaras. Hoje já consolidado, o e-Contas pôs fim à era do papel nos processos no Tribunal. Francisco Assis lembra, com bom humor, que todos saíram ganhando com a inovação. “No princípio, os gestores municipais tinham que se deslocar a Palmas para entregar o calhamaço de papel no protocolo para ser analisado página por página; depois passaram a enviar os dados digitalizados, mas nós ainda tínhamos que imprimir para analisar. Só depois, com

o e-Contas completamente desenvolvido, o papel deixou de fazer parte de nossa rotina.” O outro corte significativo na história do processo de fiscalização das contas públicas foi o desenvolvimento do Sistema Integrado de Controle de Auditoria Pública, conhecido como Sicap e braço direito das auditorias concomitantes, que ganham cada vez mais corpo no Tribunal e que tem, como princípio básico, atuar preventivamente. Ou seja, barrar irregularidades já no princípio da ação do gestor para evitar prejuízos ao erário público.

Hoje estão em pleno funcionamento os Sicaps Atos de Pessoal, Contábil e Licitações Contrato e Obras. É deste último que vem o exemplo concreto dos efeitos das auditorias concomitantes. “Se um gestor está fazendo uma licitação, ele tem que avisar o Tribunal pelo sistema, que permite aos auditores fiscalizarem o processo desde o seu início e evitar irregularidades antes de a obra ficar pronta, ou antes mesmo dela começar”, explica Francisco.

Mas há outros sistemas igualmente importantes implantados ou desenvolvidos pela Diretoria de Informática. Um deles é o Sistema Eletrônico de Informação (SEI), através do qual o TCE/TO virou referência nacional, devidamente chancelada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que detém a patente do sistema e a cedeu via acordo de cooperação técnica.



O diretor de Informática Francisco de Assis: “estamos, sim, muito avançados.”



## Ações de fiscalização ficam mais ágeis, seguras e econômicas

No princípio era uma montanha de papel vinda dos 139 municípios e ainda do governo do Estado para ser analisada folha por folha. Imagina então o tempo que cada processo levava para chegar ao Pleno do Tribunal ou às Câmaras e ser apreciado ou julgado. Como e onde achá-lo ou recuperá-lo, no caso de eventuais extravios ou acidentes? Mais. Imagine a dificuldade do gestor para gerenciar o trâmite desses processos?

complexidade, para darmos ao gestor um controle muito maior da atividade de cada colaborador de sua área, fazendo com que ele possa gerir muito mais fácil os recursos.”

Francisco de Assis se refere a quem gerencia a atividade fim do Tribunal, a fiscalização dos recursos públicos. No caso específico, à Diretoria Geral de Controle Externo,



*Time da Diretoria de Informática responsável pela implantação, desenvolvimento e gerenciamento dos sistemas eletrônicos*

“Hoje, todos os nossos processos externos e internos estão protegidos, mesmo em caso de um grave acidente, como um incêndio, pois temos backups (cópias de segurança) de todos eles”, garante o diretor de Informática, Francisco de Assis, lembrando ainda que a tramitação eletrônica via e-Contas, além de facilitar a análise e o cruzamento de dados enviados pelos jurisdicionados, e posteriormente gerar relatórios para os auditores, ganha agilidade e qualidade em razão de o gestor de cada unidade ter o controle de cada processo em curso no Tribunal.

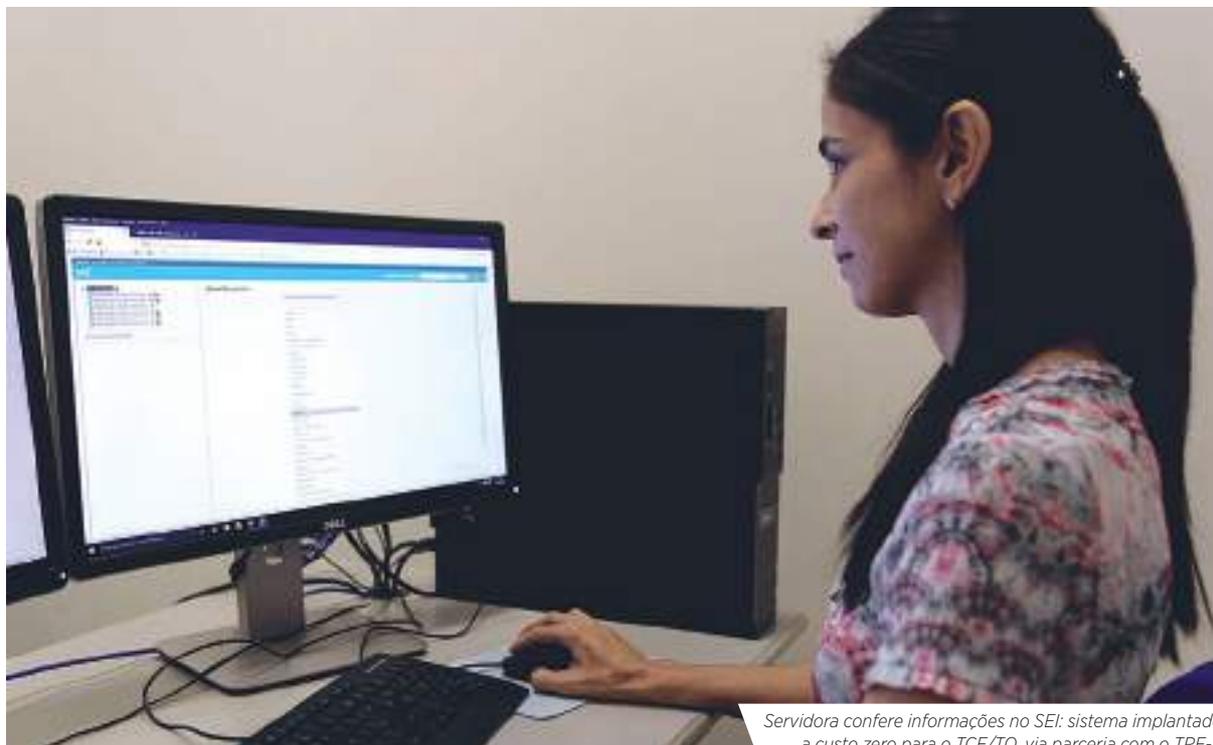
“Hoje não existe perda de processos, pois temos plena certeza de com quem, onde e por quantos dias estão parados. Antes, eles ficavam na gaveta, a pessoa até esquecia que eram prioridade”, ressalta o diretor. “A gente faz sistemas que são utilizados pelos servidores, porém a intenção é atingirmos um nível de produtividade, de

comandada hoje por Wellane Monteiro Dourado da Silva, que tem os diretores e coordenadores sob seu guarda-chuva. “Hoje, ela já tem uma visão mais ampla e precisa das atividades da área, pois o sistema já traz algumas informações importantes”, informa Francisco de Assis. Em resumo: quantos e em que fase estão os processos em cada diretoria e coordenadoria, o que facilita a administração da carga de trabalho, evitando sobrecarga por meio do remanejamento de equipe.

“O sistema melhora a governança ao definir padrões corretos de atuação, controle de recursos e cobrança agilidade de informações sobre processos de análise e reanálise, que pode evitar o procedimento *in loco* (auditorias presenciais) e consequentemente gastos com deslocamentos e diárias”, ressalta Francisco.



## Com chancela do TRF-4, TCE/TO é referência na implantação do SEI nos Tribunais de Contas do País



*Servidora confere informações no SEI: sistema implantado a custo zero para o TCE/TO, via parceria com o TRF-4*

Instada pela Presidência, a Diretoria de Informática fez um levantamento que indicou um custo de cerca de R\$ 1 milhão para se adquirir um sistema de gerenciamento eletrônico interno para o Tribunal. O valor, proibitivo face ao aperto orçamentário, fez com que os sistemas similares do Tribunal de Justiça (TJ/TO), Tribunal Regional Eleitoral (TRE/TO) e Ministério Público Estaduai (MPE/TO) fossem analisados. Com o aval do então presidente José Wagner Praxedes, e sem nenhum custo para o TCE/TO, o sistema usado pelo TJ foi aprovado.

Era implantado, assim, em 2014, o Sistema Eletrônico de Informação (SEI), que hoje gerencia todas as informações internas do Tribunal, como memorandos, despachos, portarias, requerimentos e solicitações. Além do fim do papel, o SEI marcava um novo modelo de administração do conteúdo institucional, focado, entre outros pontos, na agilidade dos procedimentos internos, na asserividade das decisões administrativas e na boa gestão dos recursos humanos.

Mas por que o TCE/TO virou referência nacional em SEI? A resposta advém dos cinco anos de experiência na utilização do sistema, fruto da parceria com o Tribunal Regio-

nal Federal da Quarta Região (TRF-4), que é detentor da tecnologia. Como resultado, o TCE ganhou “know how” e a chancela do TRF-4 para auxiliar na implantação em outros tribunais do País. Até agora, os TCEs de Rondônia, Roraima, Amazonas, São Paulo e Rio Grande do Sul receberam a tecnologia.

“Estamos ajudando a reduzir os gastos de recursos públicos. Ao invés deles gastarem R\$ 1 milhão, nós estamos indo lá e os ajudando a implantar um sistema eficiente a custo zero”, lembra o diretor de Informática, Francisco de Assis, que indica o caminho para que o sistema realmente funcione. “Precisa do envolvimento geral, do presidente à atendente da portaria. É preciso verificar se a administração, como um todo, está realmente engajada, porque é um sistema que vai eliminar todo tipo de papel.”

Se todos os procedimentos forem seguidos o sucesso é certo. Não tem como errar. “O SEI já está implantado em cerca de 300 órgãos públicos, sem gasto nenhum. É um software público e desenvolvido por servidores públicos. É economia no bolso do cidadão”, garante o diretor.



## Sistemas de última geração “made in” Tocantins a custo zero

“Não gastamos um real com os sistemas, que ou foram desenvolvidos pela TI ou cedidos por outras instituições”, frisa o diretor de Informática, Francisco de Assis, acerca da “artilharia” tecnológica usada pelo TCE/TO na sua missão de fiscalizar os recursos públicos municipais e estaduais no Tocantins. Hoje são 41 sistemas eletrônicos em pleno funcionamento, cujas estrelas são o e-Contas e os Sicaps.

E há outros dois em processo de implantação, entre os quais o Sistema Integrado de Auditoria (SIA), que irá abrigar todas as informações dos Sicaps visando planejar, de forma mais precisa, o ataque às trilhas de auditorias eletrônicas. Ou seja, via dados, vai mostrar onde há mais possibilidade de haver ilegalidades ou irregularidades relacionadas à gestão dos recursos públicos. Hoje, o auditor se baseia na consulta de dados dos Sicaps para definir

as trilhas a serem atacadas. O objetivo é que o próprio sistema já processe esses dados e crie a matriz de risco, indicando as áreas passíveis de fiscalização concomitante, explica Francisco.

Ao SIA caberá reunir as informações dos Sicaps, que serão base de discussão para construir o mapa de risco dentro do planejamento anual de auditorias, o que permitirá a definição de, por exemplo, quantas fiscalizações e onde irão ocorrer, número de viagens e pessoas envolvidas. Tudo isso será gerado via sistema, encaminhado ao Recursos Humanos com as portarias equivalentes e prontas para serem assinadas. Com grau de complexidade alta, o SIA, que vem sendo desenvolvido há dois anos, ainda passa por melhorias para ser finalmente consolidado.

### —o SISTEMAS ELETRÔNICOS

- ACD - Acompanhamento de Decisões
- Almoxarifado
- AVA - Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem
- \*Acervo Biblioteca
- Cadun - Cadastro Único
- Calendário Oficial
- Calendário Oficial (Administrativo)
- Canal de Comunicação - Digaf
- Controle de Frequência
- Etiquetas
- Frotas (Siscov)
- Numeração Documentos
- SIA - Sistema Integrado de Auditoria
- SAC - Sistema Acadêmico
- Sicap ACCI - Análise Conclusiva do Controle Interno
- Sicap Atos de Pessoal (Auditor)
- Sicap Atos de Pessoal (Registros)
- Sicap Contábil
- Sicap Contábil a partir de 2013
- Sicap LCO - Auditor
- Sicap LCO - Jurisdicionado
- Sispel - Sistema de Publicação de Editais de Licitação
- SCG - Sistema de Controle de Gastos
- Suporte Técnico
- Ouvidoria
- Sispati - Sistema de Patrimônio
- \*Plataforma Channel
- Protocolo Clínico
- RH - Mapeamento e Avaliações
- Sigec - Sistema de Informações Gerenciais e Custos
- SCN - Sistema de Controle de Normas
- SCL - Sistema de Controle de Legislações
- Sicop - Sistema de Comunicação Processual
- PGI - Painel de Gestão de Informações
- Solicitação de Manutenção (Predial)
- Administração IEGM
- Administração Matriz de Risco
- SGD - Sistema de Gestão de Decisões
- Boletim Oficial
- \*SEI - Sistema Eletrônico de Informação
- Gerenciador do Portal da Transparência
- Banco de Denúncias
- Banco de Denúncias (Administrativo)
- \*\*Sicap Estadual
- \*\*SIA - Sistema Integrado de Auditoria

**\*Apenas o Sistema Eletrônico de Informação, o Acervo Biblioteca e a Plataforma Channel não foram desenvolvidos pelo TCE/TO**  
**\*\*Estão em processo de implantação**



## OLHOS ELETRÔNICOS

- A diretoria de Informática opera quatro campos de monitoramento dos três prédios do TCE/TO. Em tempo real, tem o controle total dos equipamentos para poder se antecipar a possíveis incidentes.
- Redes - suítes (comunicações dos prédios), servidores (internet – servidores, sicaps, banco de dados, SEI...)
- Internet - controle de acesso – aumento de demanda, aumento de link de internet e rede sem fio – wifi.
- O Tribunal vai aumentar link em razão do aumento da demanda, principalmente nos dias em que há sessões no Pleno do Tribunal.





*Equipamentos de ponta atendem a área de tecnologia da informação do TCE/TO*



# Capítulo 07

Gestão de  
Pessoas





## Qualificação, valorização e qualidade de vida do servidor em alta

Entre 2015 e 2018, 22 servidores garantiram cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado, no âmbito do Programa de Bolsas de Estudos. A capacitação, com foco na avaliação e no desenvolvimento de competências, é uma das âncoras que sustentam o programa de valorização do corpo funcional do Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO), em implantação pela Diretoria de Recursos Humanos, tendo como base as linhas traçadas pelo planejamento estratégico.

Dentro do ciclo iniciado em 2016, o processo de implementação da gestão por competência passa, em linhas gerais, pelo dimensionamento da força de trabalho e da identificação das atividades de cada unidade do Tribunal, para, na sequência, descrever e avaliar as competências, resultados e os pontos de melhoria dos seus servidores. A partir daí, encaminhá-los para o Instituto de Contas, responsável, entre outras atribuições, pela qualificação do público interno. Remanejamento ou adequação de servidores e apuração da necessidade de concurso público para provimento de cargos efetivos também estão contemplados no processo.

“O plano estratégico foi um marco na organização e estabelecimento de objetivos dentro de um cronograma bem

definido em metas de curto, médio e longo prazo. E a nossa meta, que combina inovação, aprendizagem e valorização, será cumprida em toda a sua extensão até 2021”, garante a diretora do RH, Osmarina Andrade.

Na outra ponta do programa de valorização, várias ações e projetos já estão em execução, como os que focam na melhoria da qualidade de vida dos servidores. Seus resultados já ultrapassaram os limites do próprio Tribunal e chegaram ao público externo. É o caso de campanhas como “Setembro Amarelo”, “Outubro Rosa” e “Novembro Azul”, voltadas à prevenção da saúde de homens e mulheres.

No plano interno, além de atendimento médico, odontológico, psicológico, fisioterápico, programa de vacinação e visita domiciliar, os servidores têm à disposição oficinas de arte, dentro do Projeto Mãos de Contas, Coral de Contas, ginástica laboral e outras opções coordenadas pelo RH. “São atividades com foco no combate ao estresse e na melhoria das relações interpessoais, com efeito direto na produtividade dos nossos servidores”, ressalta Osmarina.



*Diretora do RH, Osmarina destaca importância do estabelecimento de metas na implementação do Plano de Valorização do Servidor*



## MAPA ESTRATÉGICO

- Definir as necessidades de pessoal de cada unidade;
- Identificar as atividades e processos das unidades;
- Identificar as necessidades de movimentação e adequação dos servidores;
- Mensurar resultados previamente estabelecidos a serem alcançados;
- Analisar as condições tecnológicas;
- Criar matriz de alocação de cargos;
- Elaborar proposta de ajustes;
- Identificar a necessidade de realização de concurso público.

### 52 SERVIDORES BENEFICIADOS PELO PAI

Mineira de Nanuque, Dilce Moura Stakoviak (foto) está entre os 52 servidores beneficiados pelo Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), criado pelo TCE/TO via Lei nº 3.002, de 15 de setembro de 2015 e prorrogado até 31 de dezembro de 2018.

**“Fui muito feliz aqui. Sinto-me realizada”**, garante Dilce, mãe de dois filhos e avó de duas netas, que ingressou no TCE em 1992 como auditora de Controle Externo e que coleciona, entre outras conquistas, a Medalha do Mérito Funcional, em 2018, pelos serviços prestados ao TCE, numa escolha feita pelos próprios servidores da casa.

O PAI concede um incentivo financeiro proporcional aos anos de trabalho no Tribunal. Se o servidor tra-



balhou por 20 anos, tem um incentivo de 25% sobre o seu salário para receber no ato da sua aposentadoria. O TCE desenvolve ainda os programas Bolsa de Estudo e Desenvolvimento de Lideranças, voltados ao público interno.

## ESTÁGIOS

- O TCE oferece 55 vagas anuais de estágio opcional a estudantes dos cursos de Administração de Empresas, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Ciências Econômicas, Comunicação Social/Jornalismo, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Fisioterapia, História, Pedagogia, Publicidade e Propaganda, Sistemas de Informação e Tecnologia em Sistema para a Internet.
- Via convênio com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), o TCE disponibiliza o estágio curricular obrigatório a estudantes de Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Engenharia Civil e Jornalismo.



## Tecnologia no centro das ações voltadas para o servidor

Se o planejamento estratégico é a bússola, a tecnologia é o motor que movimenta as ações para incrementar e consolidar o Programa de Valorização do Servidor dentro das metas estabelecidas para o ciclo que se encerrará em 2021. E, no centro dessa engrenagem, está o Athenas, sistema cedido pelo Ministério Público Estadual (MPE), que está sendo desenvolvido para reunir todas as

de dados anteriores dos outros sistemas pois o RH ainda trabalha com vários.

Um deles, também já concluído, é o sistema de cadastro, a partir do qual surgem outras questões importantes no processo de gestão humana, como a que trata da qualidade de vida dos servidores. O foco agora passa a ser no



*Equipe da área de Recursos Humanos: capacitação, competência, resultado, valorização*

informações da área de Recursos Humanos, base para implantação da avaliação dos resultados com foco no desenvolvimento das competências.

“A gestão por competência, ainda em fase de conclusão, tem como base a centralização dos dados dos servidores, hoje fragmentados em outros sistemas. Está faltando agora ampliar o sistema, porque nós precisamos atender todas as áreas de gestão de pessoas”, lembra a diretora de RH, Osmarina Andrade.

Uma das etapas dessa empreitada já concluída é o módulo de pagamento de servidores e membros, cujos dados já estão no Athenas, que abrigará ainda os dados como frequência, gerenciamento de presença, direitos financeiros, prontuário médico e avaliação de desempenho baseada nas metas e nas competências dos servidores de todas as unidades. O que falta agora é a importação

de dados anteriores dos outros sistemas pois o RH ainda trabalha com vários. Um deles, também já concluído, é o sistema de cadastro, a partir do qual surgem outras questões importantes no processo de gestão humana, como a que trata da qualidade de vida dos servidores. O foco agora passa a ser no sistema de saúde, por onde transitarão as informações relacionadas ao histórico de cada servidor. Ou seja, seu prontuário médico. “São ações comandadas pelos nossos profissionais de saúde (efetivos, cedidos e contratados) que já acontecem e que agora vão ser sistematizadas”, ressalta a diretora de RH.

“Toda a questão humana está centrada no programa qualidade de vida, que por sua vez está dentro do programa de valorização do servidor como um todo. Tudo relacionado a dados será consolidado no Athenas”, explica Osmarina.

Último módulo a integrar o sistema único de informação dos servidores e um dos carros-chefes do tripé de capacitação-resultado-valorização, a avaliação de desempenho com foco na competência já está em processo de implantação.



## Sistema Athenas será divisor de águas na gestão de pessoas

Prevista para entrar em funcionamento pleno até o final de 2019, via sistema Athenas, a avaliação de desempenho com foco em competência marcará nova linha divisória na gestão de pessoas do TCE/TO, com efeitos positivos diretos na seleção, capacitação, metas, resultados e valorização do seu corpo funcional.

“Nós vamos saber quantos servidores há em cada unidade, quantos seriam necessários, qual é a formação e qual competência que o servidor precisa para desenvolver seu trabalho”, revela a diretora de RH, Osmarina Andrade, sobre a primeira etapa de conclusão do módulo, que inclui o dimensionamento da força de trabalho e a realização das competências, cujos projetos já estão consolidados e dependem agora do desenvolvimento do sistema para começarem a ser executados. Um exemplo: quais competências um auditor precisa ter para desenvolver com êxito o seu trabalho de fiscalização? “A partir dessas informações, o RH, por meio de cursos do Instituto de Contas, irá capacitar esse auditor naquelas competências que ele ainda não tem”, explica.

Outra mudança significativa, após a concentração de todos os módulos no Athenas, será na forma e no período de avaliação. Hoje, o RH aplica a avaliação de desempenho no final de cada ano, que, a rigor, não mostra com

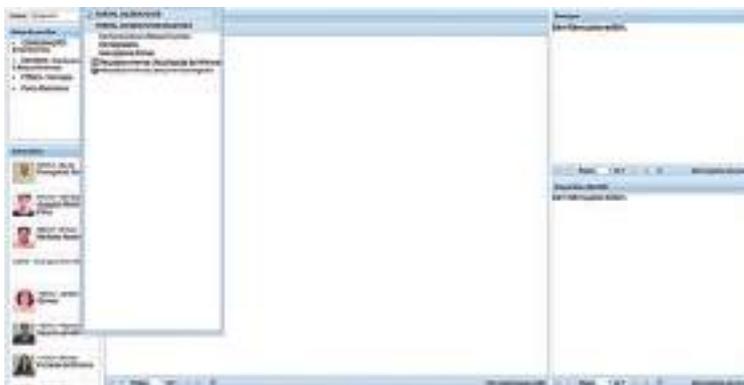
clareza as reais necessidades do servidor. Na prática, é um questionário em que o servidor se autoavalia e é avaliado pelo chefe para, na sequência, esses dados serem comparados.

Com o novo sistema, o RH irá estabelecer primeiro as competências para depois realizar a avaliação, que será bem mais técnica. Segundo a diretora, o novo método prevê que os resultados do servidor sejam medidos via sistema, e não mais pelo chefe, a quem caberá avaliar pontos mais subjetivos, como, por exemplo, a facilidade ou não que aquele servidor tem para trabalhar em equipe.

O que a equipe precisa em termos de competência, de número de servidores, de tecnologia para desenvolver determinado trabalho, dentro da meta estipulada, será registrado no sistema. De posse dessas informações, o RH

pode dizer, com mais assertividade, se os recursos disponibilizados são suficientes para o desempenho da tarefa.

“Pretendemos estabelecer um ciclo novo porque essa avaliação na verdade tem que ser durante o processo de trabalho. Em resumo, se o servidor conseguiu ou não cumprir o prazo vai constar no sistema e, portanto, ele já estará sendo avaliado”, lembra Osmarina.



O sistema Athenas, que ainda está em fase de implantação no RH

### CONHEÇA O SISTEMA

Sistema de Gestão de Pessoas desenvolvido pelo Ministério Público Estadual e cedido por meio de acordo de cooperação técnica, o Athenas começou a ser implantado em 2018. O sistema irá possibilitar a geração automática do histórico dos servidores

de qualquer lugar e de qualquer dispositivo. Possibilitará, ainda, a integração de todos os sistemas e o gerenciamento do e-Social, gerando significativa redução de custos para o TCE/TO.



## MEMBROS E SERVIDORES-2018

**Membros da Magistratura** - Conselheiros e conselheiros substitutos - 14

**Membros do Ministério Público de Contas** - Procuradores de contas - 6

### **Servidores do Quadro de Serviços Auxiliares**

Efetivos - 268

Exclusivamente comissionados - 130

Licenciados: mandato eletivo - 1

Licenciados: Acompanhamento do Cônjuge - 1

Licenciados: Interesse Particular - 0

Licenciados: mandato classista - 5

TCE à disposição de outros órgãos - 3

### **Servidores de outros órgãos**

Com ônus para o TCE - 18

Sem ônus para o TCE - 45



## Programa Qualidade de Vida é saúde, segurança, educação, cultura, diversão...

Para evitar doenças relacionadas às atividades no trabalho, o fisioterapeuta Henrique Muñoz ministra, diariamente, uma série de exercícios para os servidores do TCE/TO. A ginástica laboral é apenas uma das pontas que

ligam a teia de ações, com foco em qualidade de vida, do Programa de Valorização do Servidor, coordenado pela Diretoria de Recursos Humanos, com meta de conclusão até 2021.



*Aula diária de ginástica laboral para servidores do TCE/TO: corpo em forma reduz risco de doenças relacionadas ao trabalho*



## Gestão de Pessoas

Ainda na área de prevenção à saúde, de forma mais abrangente e com reflexos também no público externo, o RH, via Programa Qualidade de Vida (PQV), coordena campanhas exitosas, como Outubro Rosa, criada em 2012 e aberta oficialmente todos os anos pelo Pleno do Tribunal. Fruto de parceria com a Liga Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de Palmas e com divulgação paralela à feita nacionalmente, a campanha arrecada itens de higiene para as portadoras da doença, entre outras ações, como palestras educativas.

Não menos importante e também chancelada pelo Pleno do TCE/TO é a campanha Novembro Azul, focada na prevenção do câncer de próstata e que busca quebrar preconceitos ainda existentes no universo masculino em relação ao exame de toque, fundamental para o diagnóstico precoce, elevando em muito a possibilidade de cura da doença.

Somam-se a elas as campanhas Setembro Amarelo, iniciada em 2018, cujo objetivo principal é alertar sobre possíveis riscos de suicídio entre servidores e familiares, e a de vacinação contra gripe. Em meio às datas comemorativas como o Natal, o RH fecha o ano com a Semana da Saúde, que inclui vacinação, exames de glicemia, aferição de pressão arterial e divulgação da importância do exercício físico por meio dos já tradicionais Passeio Ciclístico e Caminhada. Com a saúde em dia, fica bem mais fácil interagir e reforçar relacionamentos interpessoais. E nada melhor do que soltar a voz, como fazem os servidores do Coral de Contas, criado em 2002 e que já deixou sua marca cultural além dos limites do Tribunal. Há ainda o Mãos de Contas, projeto no qual eles literalmente colocam a mão na massa durante as oficinas de arte feitas pelo Instituto de Contas. O resultado são desenhos, pinturas, quadros, tapetes, trabalhos artesanais, bijuterias, bombons, tudo exposto na feira anual, no hall do prédio sede.

### → PROGRAMA EM DETALHES

- **Coral de Contas (2002)** - Promove e divulga a cultura, fomenta a qualidade de vida e desenvolve o relacionamento interpessoal.
- **Mãos de Contas (2001)** - Oficinas realizadas anualmente pelo Instituto de Contas, nas quais os servidores fazem desenhos, pinturas, quadros, tapetes, trabalhos artesanais, bijuterias, bombons, posteriormente expostos na feira anual do TCE/TO.
- **Semana da Biblioteca (2003)** - Divulgação de obras da Biblioteca Institucional e incentivo à leitura entre os servidores, além de estudantes de escolas municipais, estaduais e público em geral.
- **Datas festivas** - Dia da Mulher, Dia das Mães, Páscoa, Festa Junina, Dia dos Pais, Dia do Servidor e Natal (em parceria com os Correios, membros e servidores adotam cartinha de Natal de alunos de escolas públicas).
- **Outubro Rosa (2012)** - Parceria com a Liga Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de Palmas, com distribuição dos broches alusivos à campanha, e iluminação dos prédios e arrecadação de itens de higiene para as portadoras da doença.
- **Novembro Azul (2014)** - Conscientização dos servidores e combate ao preconceito em relação ao exame de próstata.
- **Setembro Amarelo (2017)** - Palestras sobre o risco do suicídio entre os servidores e familiares.
- **Prevenção contra gripe (2014)** - Vacina contra influenza.
- **Controle do Tabagismo (2009)** - Programa ajuda os servidores que querem parar de fumar com medicamentos e ajuda profissional. Na mesma linha existe a ação de prevenção à dependência química.
- **Gestão ambiental (2015)** - Despertar atitudes pessoais e organizacionais voltadas para a reciclagem de resíduos sólidos, consumo sustentável, com ações ao longo do ano.
- **Prevenção às doenças crônicas (2001)** - Acompanhamento diário dos servidores pelos profissionais da Coordenação de Saúde, inclusive com visitas domiciliares.

### → SEGURANÇA NO TRABALHO

**Colsat** - Criada em 2015, a Comissão Local de Saúde do Trabalhador do TCE/TO é composta por representantes indicados pela administração e eleitos pelos servidores. Abaixo suas funções.

- Prevenção de doenças e acidentes;
- Avaliação das condições e dos ambientes e locais de trabalho;
- Identificação de riscos ambientais e causas que podem desencadear doenças e acidentes;
- Construção de alterações que contribuirão para resguardar a saúde e melhorar os ambientes de trabalho.



## VIII Caminhada e III Passeio Ciclístico

### PEDALANDO, CAMINHANDO E CANTANDO



Galera do TCE/TO e da comunidade: pose antes da concentração para ganhar as pistas palmenses

Elpides Cunha levou a filha: esporte começa no berço



A turma da bike preparando o pedal para a largada e mostrando descontração durante as pedaladas

Antes de gastar calorias, time do TCE/TO não se esqueceu da hidratação do corpo





## Gestão de Pessoas



Homenageada, a presidente da Liga de Prevenção e Combate ao Câncer, Xênia Amorim, levou a filha

Marcela garantiu selfie ao lado das amigas Conceição (e), Kassandra, Luzenir (fundo) e Maria Cristina



A servidora Maria Fernandes com o presidente Manoel Pires: caminhada e medalha



Servidores e comunidade se juntam na pista: alegria, suor e saúde





## Gestão de Pessoas



Com as feras e as belas do pedal, equipe Lobos e Lobas foi uma das atrações do passeio ciclístico

Campeã da meia maratona do Tocantins, Maria Cristina foi outra atração da caminhada



Famílias com as crianças de carona nos carrinhos; o garotinho preferiu gastar caloria



Agentes de trânsito da Capital garantiram a segurança dos dois eventos





## Galeria do Bem Viver

### OUTUBRO ROSA, NOVEMBRO AZUL, MÃO E CORAL DE CONTAS, NATAL...



Alunos da Universidade da Maturidade participam da abertura da campanha de prevenção ao câncer de próstata.

A enfermeira Aline Barbosa (e) e a presidente da Liga de Combate ao Câncer, Xênia Amorim, com o presidente Manoel Pires: o TCE veste rosa



O Coral de Contas cantando “É preciso saber viver”, do Titãs, durante abertura de palestra sobre prevenção ao suicídio (Setembro Amarelo), e brilhando no 11º Festival Canto Coral de Palmas, sob o comando da regente Noemi Zukovski

O Projeto Mãos de Contas celebrou 15 anos, em 2018, com mais uma edição da Feira de Artesanato Mãos de Contas dos Servidores e Dependentes do TCE, coordenada por Sandra dos Santos (d)





## Gestão de Pessoas



O professor Fernando Max (e) comanda aulas de música no Instituto de Contas, abertas a servidores, membros e dependentes

O técnico de Controle Externo Evandro Rezende faz checkup de rotina com a médica Evandra Denadai



Os dentistas do TCE/TO Marcone Alves Teixeira e Marília Picollo durante atendimento a servidores

Servidor durante consulta com a psicóloga Janaína Araújo





## Gestão de Pessoas



O médico Flávio Cavalcante durante palestra aos servidores sobre qualidade de vida no trabalho

Professor da UFT e psicólogo, Carlos Mendes Rosa fala sobre a complexidade das relações humanas



A estagiária de Enfermagem, Marcella Amorim, mede índice glicêmico de Avelino Batista Neto, técnico de Controle Externo, durante a Semana da Saúde, que teve também sessão de auriculoterapia



Servidores e membros do TCE adotaram quase 300 cartinhas do Natal dos Correios, que se transformaram em presentes para os alunos da Escola de Tempo Integral Daniel Batista de Palmas





## Jogos internos

### Competir, interagir e medalhar

Na manhã do dia 7 de novembro de 2018, servidores do Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO) comemoraram, ao lado do presidente Manoel Pires dos Santos, as seis medalhas, duas delas de ouro, conquistadas pela delegação de 34 atletas na oitava edição das Olimpíadas dos Tribunais de Contas do Mercosul, disputadas em Gramado e Canela, no Rio Grande do Sul, reunindo 1,5 mil atletas de tribunais estaduais e municipais do Brasil, Argentina e Uruguai.

A conquista, no entanto, ganhou significado especial porque ocorreu seis meses depois da primeira edição dos Jogos Internos do TCE/TO, parceria do Tribunal, Associação dos Funcionários do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (Astec) e Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (Sinstec).

Um marco na política de integração entre membros e servidores pelo esporte, os Jogos foram disputados durante 45 dias em 25 modalidades e atraíram também representantes da Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público Estadual (MPE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-TO), a Agência de Defesa Agropecuária (Adapec) e a GF 122, equipe de futebol da comunidade da Quadra 122 Sul, em Palmas.

“Foi bonito ver os atletas se ajudando. E o mais importante: foi uma grande oportunidade para conhecer melhor os colegas de trabalho e suas habilidades”, lembrou a presidente da Astec e atleta medalhista, Kelle Ramos Rêzio.

Opinião compartilhada pelo também atleta e medalhista Seledônio Lima Júnior, presidente do Sinstec, que destacou a caminhada em 2009, logo após a primeira participação nas Olimpíadas do Mercosul, para que os Jogos Internos virassem realidade. A ideia começou a ganhar a corpo em 2013, quando o Tribunal realizou um quadrangular de futebol, e se materializou em 2018 com a primeira edição dos Jogos, reunindo 111 atletas, em 25 modalidades. “Ganhou uma dimensão que extrapola o âmbito meramente esportivo, pois serviu para aproximar, integrar e harmonizar a relação entre os servidores das mais diferentes áreas”, ressaltou Júnior.

“Os Jogos não só estimulam a integração entre nossos servidores, como também surgem como mais um espaço para a prática de hábitos saudáveis, ao combinar recreação e competição dentro do espírito esportivo”, destacou o presidente Manoel Pires dos Santos.



Registro histórico da abertura da primeira edição dos Jogos Internos do TCE/TO



Entrega da premiação aos vencedores das 19 categorias dos Jogos Internos



Mário Rubens, o Tim (à dir.) e Welson Gomes ganharam ouro e bronze nas Olimpíadas do Mercosul, respectivamente



Time master do TCE/TO, ouro nas Olimpíadas do Mercosul



## → OLIMPÍADAS DO MERCOSUL

- Com 30 atletas, o TCE/TO conquistou seis medalhas no Rio Grande do Sul;
- Ouro no futebol society (master) e na sinuca com Mário Rubens (Tim);
- Prata com Eleusa Furtado na corrida (sênior) e com Seledônio Lima na natação;
- Bronze no futebol society (livre) e na sinuca com Welson Gomes.

## → JOGOS INTERNOS – CAMPEÕES

- 111 inscritos na primeira edição
- Futebol Society (livre) – TCE
- Futebol Society (master) – MPE (convidado)
- Futsal Feminino – GF 122 (convidado)
- Vôlei Feminino – TCE A
- Vôlei de Praia Masculino - Jardes Pereira e Jardson Oliveira
- Vôlei de Praia Feminino – Dircilene Coelho e Weilan Brito
- Sinuca – Mário Rubens (Tim)
- Dama – João Carlos Gomes
- Tênis de Mesa – Íkaro Peres Cunha
- Truco – Alquimar Souza e Antônio Fábio
- Xadrez – Osli Adriel
- Poker – Diogo de Sousa Lemos
- Dominó – Elclides Rodrigues e Paulo Henrique
- Natação Masculina – Denis Carvalho (livre), Seledônio Lima (master) e Raimundo Nonato (sênior)
- Natação Feminina – Maria Aparecida (master)
- Corrida 5km Masculina – Warley Ferreira (livre), José Ribamar (master) e Manoel Rodrigues (sênior)
- Corrida 5km Feminina – Tuyane da Silva (livre), Janaína Rodrigues (master) e Eleusa Furtado (sênior)
- Corrida 10km Masculina – Jânio Elias (livre) e Roberto Carlos (master)
- Corrida 10km Feminina – Ioná Bezerra (master)



## ANVA **Galeria dos campeões**

### **OLIMPÍADAS DO MERCOSUL**



Presidente Manoel Pires dos Santos com os medalhistas no Rio Grande do Sul

Eleusa Furtado fez bonito e levou a prata na corrida sênior



No futebol society livre, TCE também foi ao pódio com o bronze



Seledônio Lima mergulhou para buscar a prata na natação





## Gestão de Pessoas



Welson Gomes, bronze na sinuca, ao lado de adversário

Ouro na sinuca, Mário Rubens, o Tim, de olho na jogada



Parte da delegação do TCE/TO encarando o frio no Sul



Atletas do TCE/TO eram só descontração antes das provas



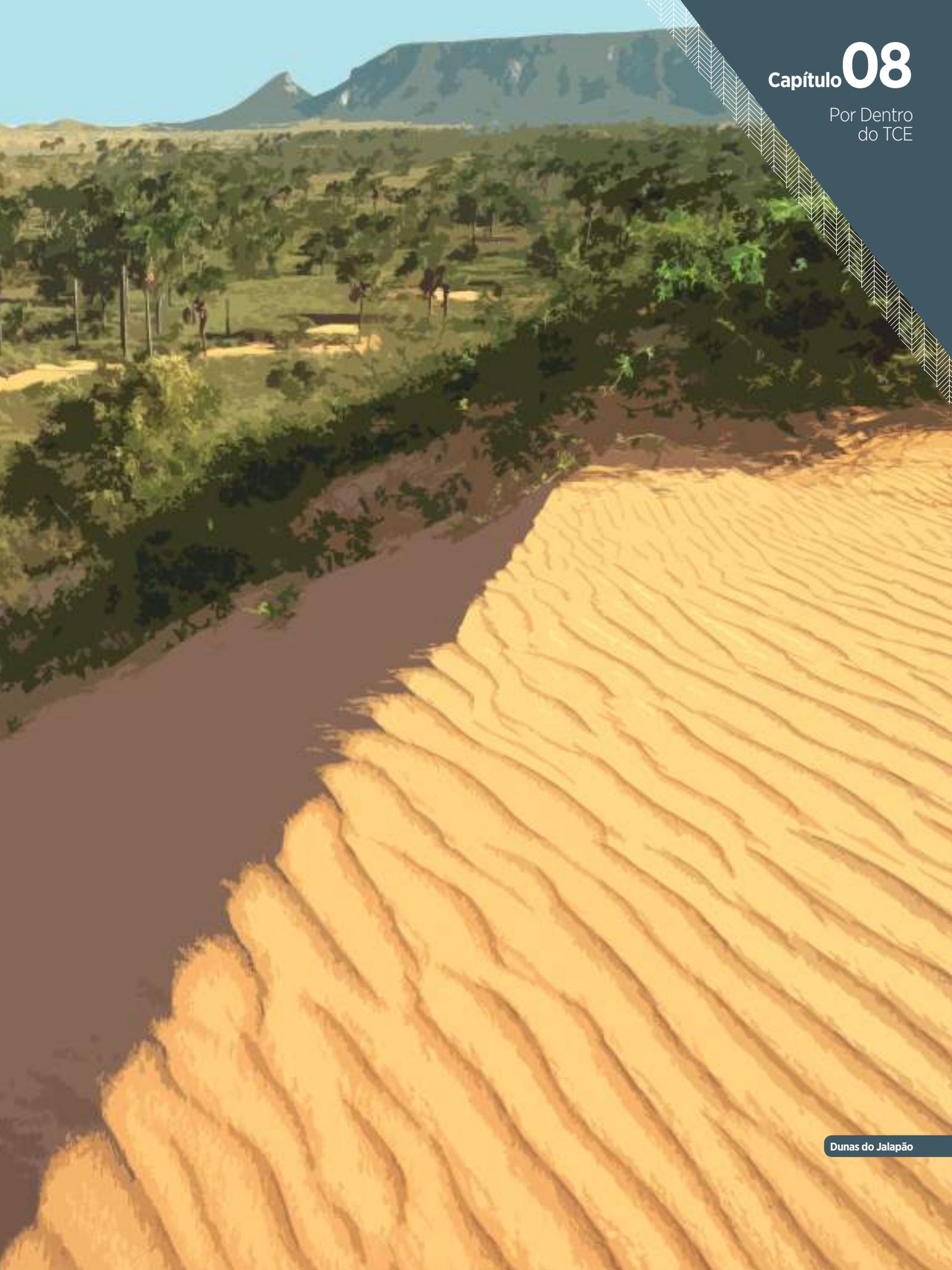
Atleta do futebol society, Manoel Júnior, com a bandeira do Tocantins na cerimônia de abertura





# Capítulo 08

Por Dentro  
do TCE



Dunas do Jalapão



## Conquistas e demandas de um Tribunal mais perto do cidadão

Na sessão plenária especial da manhã do dia 12 de dezembro de 2018, comandada pelo presidente Manoel Pires dos Santos, o Pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE) decidiu, por 4 votos a 2, emitir parecer prévio pela aprovação, com ressalvas, nas contas de 2017 do então governador Marcelo Miranda.

A pluralidade de entendimentos dos membros acerca de pontos importantes, como a apreciação das contas de um governador, oxigenam o Tribunal na sua meta de che-

gar o mais próximo possível da sociedade tocantinense de uma forma geral.

De igual modo o fazem as convergências em eixos cruciais para a corte (hoje plenamente autônoma), como a necessidade premente de concurso público para cobrir o déficit de pessoal, de investir em inteligência para dar agilidade e qualidade aos seus procedimentos de fiscalização e em uma comunicação que consiga falar, cada vez melhor, a língua dos cidadãos e dos jurisdicionados.



*Conselheiros durante apreciação das contas de 2017 do então governador Marcelo Miranda, em sessão especial do Tribunal Pleno*



### PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS DO PLENO

- Emitir parecer prévio às contas consolidadas, prestadas anualmente pelo governador do Estado.
- Julgar os recursos contra as decisões das Câmaras e contra suas próprias decisões.
- Julgar os processos de uniformização da jurisprudência, de rescisão de julgado e de pedido de revisão.
- Estabelecer prejudgados.
- Decidir incidentes de inconstitucionalidade.
- Julgar exceções de suspeição opostas aos conselheiros.
- Decidir sobre a inscrição de enunciado na Súmula de Jurisprudência do Tribunal.
- Expedir atos e Instruções Normativas sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização de processos que lhe devam ser submetidos, obrigando a seu cumprimento, sob pena de responsabilidade.
- Aprovar a indicação ao governador, dos nomes dos auditores e membros do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas, para o cargo de conselheiro, alternadamente, segundo os critérios de Antiguidade e merecimento, sempre em lista tríplice.
- Decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato.

### PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS DAS CÂMARAS

- Emitir parecer prévio às contas consolidadas, prestadas anualmente pelos prefeitos municipais.
- Julgar as contas anuais dos ordenadores de despesa da administração centralizada e descentralizada, dos administradores das entidades autárquicas e dos responsáveis por fundos especiais do Estado e dos Municípios.
- Julgar as contas anuais prestadas pelos presidentes das Câmaras Municipais.
- Julgar as contas anuais das entidades com personalidade jurídica de direito privado, de cujo capital o Estado ou o Município, ou qualquer entidade de sua administração indireta ou fundacional seja detentor da totalidade ou da maioria das ações ordinárias.
- Julgar as contas anuais das fundações instituídas e mantidas pelo poder público estadual e municipal.



## “Planejamento é fundamental para a administração pública, assim como o cidadão é para a fiscalização dos seus recursos”

“O planejamento estratégico é como se fosse nosso coração. E o objetivo é levá-lo aos municípios e ao Estado. E para que nossa fiscalização seja ainda mais efetiva a participação do cidadão é decisiva”. Essas são algumas das certezas presentes no entendimento do conselheiro Manoel Pires dos Santos a respeito do aprimoramento da gestão dos recursos públicos, após quatro anos na presidência do Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO).

“É peça fundamental porque, a partir da sua implantação, todo corpo funcional passou a cumprir as metas estabelecidas no plano, inclusive nós conselheiros. Enfim, a instituição de uma forma geral é cobrada”, ressalta Manoel Pires, ao falar sobre o segundo grande ciclo do planejamento estratégico (2016/2021), cujos resultados já são animadores nos últimos três anos, tanto nos processos internos quanto, e principalmente, no âmbito da sua atividade fim, que é a fiscalização das contas públicas municipais e estaduais.



O conselheiro Manoel Pires e sua equipe: “Tribunal mais transparente, mais ágil e mais perto do cidadão”

E uma das cobranças é em relação ao estoque de processos, que ele acredita que no máximo até 2021, ao menos as contas consolidadas já estarão sendo apreciadas dentro do prazo estipulado.

Sob a orientação do TCE/TO, Brejinho de Nazaré foi o primeiro município a implantar o planejamento estratégico, e que alcançou ótimos resultados em 2018. O de Pedro Afonso começa a valer a partir de 2019. “Já estamos discutindo sua possível implantação em âmbito estadual com a Controladoria Geral do Estado (CGE)”, revela Manoel Pires.

Outra certeza do conselheiro é o investimento na fiscalização concomitante, com a retaguarda da tecnologia cada vez mais evoluída e desenvolvida pelo próprio Tribunal, mesmo com um limite enxuto de servidores, destaca.

“Nossas trilhas eletrônicas de auditorias nos permitem chegar à irregularidade antes que o dano ao erário ocorra. A tendência é que, cada vez mais, nossas auditorias presenciais sejam feitas apenas para constatar o que já foi apontado pelos nossos sistemas. Esse é um caminho sem volta”, garante.

Sistemas que também abrem as portas para a sociedade em geral, lembra o conselheiro, voltando a destacar a contribuição do controle social para o sucesso da fiscalização dos recursos públicos e as ações que o Tribunal realiza para atrair cada vez mais a participação do cidadão, como os programas Agenda Cidadã e TCE de Portas Abertas, e cursos oferecidos pelo Instituto de Contas. “Além do cidadão comum, a participação dos segmentos da sociedade, como os conselhos, especialmente os de saúde e educação, ONGs e vereadores, é essencial”, reforça Pires, lembrando ainda que essa aproximação vem acompanhada por ações do Tribunal cada vez mais transparentes, sem

deixar de destacar também parcerias com outras instituições públicas, entre as quais o Ministério Público Estadual (MPE/TO).

### Orçamento e concurso

É no campo das certezas que o conselheiro Manoel Pires, apesar dos ótimos resultados, afirma que os quatro anos de sua presidência foram também marcados por uma forte restrição orçamentária.

Em que pese o cenário ainda nebuloso em relação à capacidade orçamentária, Manoel Pires não titubeia ao defender uma necessidade premente do Tribunal: “O mais importante é a realização de concursos públicos, visto que, só dentro do quadro de auditores de Controle Externo, nossa atividade fim, o déficit chega a 68 vagas.”



VANAVAZA

## Eis que toca um telefone em Miracema...

Pelo idos de 1987, o recém-formado bacharel em Direito pela Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas, Manoel Pires dos Santos, “apertou” o comando do Sesi de Campinas, tradicional bairro de Goiânia (GO). Queria dar baixa na carteira de trabalho e voltar para Miracema, no nortão goiano. Em julho daquele mesmo ano já estava com escritório montado em sua terra natal e no aconchego da família.

Em 1987, Miracema e toda região já viviam em efervescência política com a já palpável criação do Tocantins e, com ela, um novo cenário político, tendo como um dos epicentros a escolha da capital do mais novo Estado da Federação, e do qual o jovem advogado participou intensamente.

Estava em casa quando o telefone tocou com a notícia em primeira mão: o presidente José Sarney deixava a cargo do governador eleito Siqueira Campos a escolha da capital tocantinense, disputada à época por Araguaína, Gurupi e Porto Nacional. Como estratégia para não criar animosidade política com nenhuma delas, Siqueira escolheu Miracema como capital provisória, já com Palmas em vista. Três dias antes da posse, o governador intimou o advogado a virar presidente da Junta Comercial do Estado mesmo tendo este feito apenas um ano de Direito Comercial na faculdade. “Dei sorte de pegar uma equipe boa e criamos a Co-detins (Companhia de Desenvolvimento do Estado do Tocantins), que ficou gerindo o Estado por muito tempo”, lembra Manoel Pires, que, na sequência, ocupou vários cargos no Estado, entre eles o de secretário de Governo, de procurador do Estado e, já em 2002, de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, do qual já foi presidente por dois mandatos.

Casado com Eunice, funcionária pública aposentada, e pai do advogado João, do dentista Pedro e da já quase médica Maria, Manoel Pires dos Santos acomodou-se em Palmas em 1990, ano em que a capital foi instalada de forma definitiva. Deu sorte que sua terra natal fica a apenas 1 hora de viagem. Dá pra curtir a paixão que sente pelas duas cidades sem fazer muito esforço. “Eu não troco Palmas por nada, a não ser por Miracema.”

**No TCE/TO** - Manoel Pires dos Santos foi empossado como conselheiro em 30 de dezembro de 2002, eleito presidente em 2014 (biênio 2015/2016) e reeleito em 2016 (biênio 2017/2018).



## “Avançamos muito, mas os novos desafios exigem investimento no binômio governança e tecnologia”

O dia 30 de dezembro de 2002 está, certamente, no topo da prateleira das efemérides do Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO), que, quase 14 anos após sua instalação, completava seu quadro de sete conselheiros, previsto na Constituição Federal, com a posse de quatro novos membros. “Nós assumimos a missão de construir novos caminhos. Era chegada a hora de passar o verniz nos móveis”, lembra Severiano Costandrade, ressaltando as conquistas já realizadas pelo Tribunal até aquele momento, em que pesem as circunstâncias adversas.

Seja como conselheiro, conselheiro-presidente por dois mandatos, presidente do Instituto Rui Barbosa, ou outras funções, ele participou ativamente de mudanças significativas pelas quais passou o Tribunal ao longo dos seus 30 anos.

E a implantação do planejamento estratégico é uma delas. “Foi fundamental porque, além de criar critérios e metas para aprimorar os procedimentos internos, estabeleceu também uma linha de ação para fortalecer a relação do Tribunal com a sociedade e os jurisdicionados, e que passava por investimento em comunicação, em tecnologia e pela participação direta dos membros e servidores.”

“Nosso lema era, e ainda é, educar para prevenir. Ou seja, vamos orientar o gestor para que ele administre corretamente os recursos públicos, assim como informar bem a sociedade, para que ela nos ajude a fiscalizar melhor, zelando pelo bem que é de todos nós”, explica Costandrade. Ele lembra ainda que, dessa nova linha de atuação,

reforçada pelo Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo Brasileiro (Promoex), nasceram ações e programas de sucesso como o TCE de Portas Abertas e o TCE com Você na Escola, além da ampliação dos canais de comunicação com a sociedade, entre outras iniciativas. Entretanto, Severiano Costandrade, que inicia seu terceiro mandato de presidente em 2019, aponta os muitos gargalos e desafios que o Tribunal precisa encarar nos próximos anos e também as soluções que acha mais adequadas. “O futuro das Cortes de Contas está no binômio governança e tecnologia”, crava o conselheiro e explica por quê: “a primeira estabelece boas práticas de gestão para que não haja desvio e má aplicação dos recursos públicos; a segunda nos permite obter e cruzar dados e informações que nos farão chegar a tempo de evitar o dano ao erário, por meio do controle concomitante.”

Para o biênio 2019/2020, Severiano Costandrade ressalta que o Tribunal precisa ser ainda mais transparente e acessível e, fundamentalmente, aprimorar sua linguagem de forma a tornar suas ações mais compreensíveis. “Boa governança também passa por uma comunicação que consiga fazer a sociedade conhecer as atribuições, as ações e os objetivos do Tribunal. “Lógico que temos que respeitar o devido processo legal, com os princípios da ampla defesa e do contraditório, porém, o nosso formalismo é menos rigoroso. Uma denúncia do cidadão comum ou da imprensa pode gerar uma inspeção que, por sua vez, resulta na economia de recursos públicos, impedindo, assim, prejuízo à sociedade.”



Severiano Costandrade e sua equipe de assessores: “A sociedade precisa conhecer as atribuições, as ações e os objetivos do Tribunal”



Por dentro  
do TCE



## Sai o delegado; entra o conselheiro

O filho do advogado Victor Andrade de Aguiar e Maria Alice de Carvalho Costa Andrade Aguiar, servidora pública, não titubeou quando viu que estava difícil conciliar a vida de delegado de polícia com seu pequeno escritório de advocacia em Teresina. Largou tudo e rumou para Palmas, onde desembarcou com o diploma de Direito conquistado com muito suor, em 1989, na Universidade Federal do Piauí (UFP).

Recrutado como defensor público, iniciou sua peregrinação pelo Tocantins. Primeiro foi pro Norte, onde ficou três meses em Araguatins, para em seguida pegar viagem a Miracema. Foi na ex-capital provisória tocantinense que ele reencontrou-se com o mundo acadêmico, agora não mais como calouro e aspirante a um diploma universitário, mas como assessor jurídico da então Universidade Estadual do Tocantins (Unitins).

Atividade que não o impediu de continuar de olho nos livros. Queria alçar altos voos no novo eldorado brasileiro. Só parou mesmo para voltar à piauiense Teresina e, lá, no dia 2 de fevereiro de 1993, tomar Laís como esposa. Foi assim que passou no concurso público para procurador do Estado em 1994, marcando seu retorno definitivo a uma Palmas bem mais estruturada, mas ainda muito distante da sua Palmas atual. Uma cidade onde seus três filhos foram criados e pela qual cultiva uma relação de amor e pertencimento. José Severiano, o mais velho e tetraplégico, e o mais novo (ainda com seus 10 anos), Luiz Vitor, moram com ele e dona Laís. João Benício, o do meio, no Rio de Janeiro, onde faz Direito na Fundação Getúlio Vargas, seguindo os passos do pai e do avô.

Enquanto procurador do Estado, assumiu cargos importantes no governo Siqueira Campos, entre 1999 e 2002, quando foi secretário do Trabalho e Ação Social e presidente do Prodivino (o banco de fomento estadual). Chegou a esses postos já com a experiência acumulada da Prefeitura de Palmas, onde foi secretário executivo e depois secretário da pasta de Desenvolvimento Comunitário na gestão Odir Rocha.

Tarefa cumprida, a Assembleia Legislativa indica, martelo batido. No dia 30 de dezembro de 2002, as pelepas do delegado/advogado/procurador ganhavam a gaveta das memórias. Entrava em cena a História do conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar, em cujo caminho ainda não se vislumbra nem placa com aviso de parar. Há, sim, uma avisando a chegada de um novo desafio e de uma grande responsabilidade- ocupar pela terceira vez a presidência do Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO).



**No TCE/TO** - Severiano José Costandrade de Aguiar virou conselheiro do TCE/TO em 30 de dezembro de 2002. Corregedor entre 2005 e 2008, comandou a presidência nos biênios 2009/2010 e 2011/2012, cargo para o qual foi eleito novamente em 2018 para o biênio 2019/2020. De 2010 a 2013, foi presidente também do Instituto Rui Barbosa (IRB).



## “Implantação do Sicap permitiu ao Tribunal atuar com mais precisão e agilidade e mirar também os resultados da gestão pública”



O conselheiro Praxedes e sua equipe: “Nunca podemos partir do princípio de que o gestor é mal intencionado”

Seja como auditor, conselheiro ou conselheiro-presidente, José Wagner Praxedes acompanhou de perto toda a transformação pela qual passou o Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO) nesses seus 30 anos de história. Está à vontade, portanto, para listar os avanços, ponderar sobre os gargalos e apontar caminhos para o futuro. “A implantação do planejamento estratégico, combinado com o desenvolvimento dos sistemas eletrônicos, teve efeito direto no aprimoramento da fiscalização das contas públicas do Tribunal”, afirma o conselheiro.

“Os Sicaps (Sistema Integrado de Auditoria Pública) representaram um grande salto no processo de fiscalização, não só em agilidade, mas também em qualidade, o que colocou o Tribunal entre as Cortes de Contas de ponta do País”, ressalta Praxedes. Ele lembra ainda que o cruzamento de dados nos sistemas, não só os internos, mas também com os de outros tribunais de contas e instituições públicas (via parcerias), deu fôlego também para o avanço das fiscalizações operacionais, que apuram os resultados das metas estabelecidas pelos gestores públicos, e não só a regularidade dos atos. “Quando não ocorre o resultado previsto, o Tribunal vai verificar o que houve com o gestor. Hoje buscamos também o resultado social.” Praxedes destaca ainda o constante processo de melhorias feitas nos sistemas pelo técnicos do Tribunal e ressalta que é, a partir dos cruzamentos eletrônicos de dados, que

cada relatoria define quais os municípios serão fiscalizados anualmente, baseado na matriz de risco de cada um. “Quando você julga um processo já auditado, o relatório técnico traz muitas especificações e com provas mais concretas das irregularidades. Hoje, 90% das ações do Ministério Público são em cima de decisões nossas”, revela.

### Papel pedagógico

Ao destacar também o processo de abertura da corte de contas tocantinense, com investimento na comunicação social e em programas, projetos e cursos para alcançar a sociedade em geral, Praxedes ressalta o papel orientador do Tribunal para com os jurisdicionados. “Em 1990, 80% dos municípios tinham contas rejeitadas por não aplicar o limite mínimo de recursos em Educação. Hoje, praticamente não rejeitamos mais contas por causa disso. O Tribunal tem esse papel pedagógico, não só em relação aos gestores, mas também em relação ao cidadão comum que exerce o controle social através de nossa Ouvidoria”, frisa o conselheiro, alertando, entretanto, que há ainda muito a avançar nessa relação controle externo/jurisdicionados/controlado social. E que isso passa muito, no caso do tribunal, pelas inovações tecnológicas, combinadas com o trabalho cada vez mais especializado dos seus servidores. “Temos que fiscalizar ensinando, porque nunca podemos partir do princípio de que o gestor é mal intencionado.”



Por dentro  
do TCE

## “Suíte” de madeirite e comida de engenheiro

Em 1º de janeiro de 1990, dia da instalação de Palmas e da transferência dos três poderes para a capital oficial do Tocantins, o auditor José Wagner Praxedes já estava, de mala e cuia, instalado no canteiro de obras do prédio da Secretaria da Fazenda. “O pessoal ia e vinha para cá, mas o governador veio e não voltou mais para Miracema, e eu também fiquei.” Mais um tempo, conheceu o construtor do Palácio Araguaia, o engenheiro Paulo Daher, que lhe emprestou uma “suíte de madeirite”. “Lá eu morava e comia bem, porque era a comida dos engenheiros.”

Esse é só mais um dos saborosos casos que o hoje conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), por três mandatos, rememora com prazer. Casos que entrelaçam à perfeição cinco caminhos - o seu, o do TCE, o do Estado e os das capitais, provisória e definitiva. Nascido na pequena Nazaré, no Bico do Papagaio, formado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Goiás (UCG), o filho de Raimundo Praxedes Sobrinho e Antônia Alcides Praxedes (já falecidos) estava ao lado de Ibarma Tavares, lá por meados de fevereiro de 1989, na pequena, pacata e nova Miracema tocantinense, quando chegou a papelada do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM/GO) com todos os processos dos municípios ao norte do Paralelo 13 pra baixo, que compunham o novo Estado.

Com a fundamental ajuda de Tavares, responsável pela implantação do TCM/GO e que viria a ser o primeiro procurador-geral de Contas do TCE/TO, Praxedes e equipe, já sob a batuta do primeiro presidente, Antônio Gonçalves de Carvalho Filho, e dos conselheiros João de Deus Miranda Rodrigues e José Ribamar Meneses, conseguiram finalizar todos os processos, alguns já com parecer da auditoria, da procuradoria e prontos para julgamento. Mas não foi fácil. “Quando foi criado o Estado, nós não tínhamos nenhuma faculdade de contabilidade, não tinha quase nada; só havia dois contadores na região, que atuavam para os prefeitos do norte do Estado”, lembra. Tarefa cumprida, em 1990 virou secretário de Governo de Palmas para em 1991 voltar ao TCE e, quatro anos depois, virar conselheiro e, três dias mais tarde, presidente da Corte de Contas estadual.

Fez questão que a posse fosse na “sede” do TCE, cujo espaço ainda era dividido com as “sedes” do Tribunal de Justiça e do Ministério Público. Estourando, o plenário comportava 20 pessoas. Não coube nem a mesa das autoridades, com os funcionários ficando espalhados pelos corredores. Resultado: entre as autoridades estava o governador Siqueira Campos, que, incomodado com o ocorrido, chamou o novo presidente do TCE/TO no palácio para anunciar que iria dar prioridade à construção da sede, cuja pedra fundamental foi lançada ainda em 1995.

E sobre Palmas? “Às vezes você se perde ao perceber o quanto Palmas evoluiu e cresceu. A gente vê que ela tem energia própria, vida própria. Gosto de pegar meu carro e sair para contemplá-la.”

E sobre o TCE? “Assim como Palmas, o Tribunal cresceu, evoluiu e, a cada dia, se moderniza mais e mais. Por estar aqui desde a sua criação e instalação, continuo com muita vontade de produzir. Contudo, é certo que em breve chegará o momento de ceder o lugar, pois esse é o ciclo natural das coisas.”



**No TCE/TO** - Com graduação e pós-graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Goiás (UCG), José Wagner Praxedes ingressou no Tribunal de Contas do Estado em fevereiro de 1989, como auditor. Virou conselheiro em 23 de janeiro de 1995 e foi presidente por três mandatos - 1995/1996, 1997/1998 e 2013/2014.



## “O Tribunal ainda pode ajudar muito na construção de uma administração pública mais idônea e eficaz”

Primeira e única mulher a presidi-lo, Doris de Miranda Coutinho tem posições claras e firmes a respeito dos avanços e dos gargalos experimentados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO), assim como as tem ao analisar, em perspectiva, o potencial que ainda pode ser explorado pela Corte para estabelecer uma relação mais estreita com a sociedade e também com o jurisdicionado no sentido de aprimorar suas ações a bem da boa aplicação dos recursos públicos.

“A Lei de Responsabilidade Fiscal potencializou as competências dos tribunais de contas, que, de uma forma

melhorar a qualidade do serviço prestado.

A conselheira frisa também os impactos positivos na relação do Tribunal com a sociedade advindos do Promoex, iniciado na gestão do conselheiro Herbert Carvalho de Almeida e continuado na gestão dela entre 2007 e 2008. “Aproximamos mais do cidadão, mas, como crítica do sistema com um todo, vejo que essa relação ainda está longe do ideal, porque a sociedade também amadureceu e já entende o nosso papel enquanto órgão fiscalizador”, explica, para em seguida arrematar: “essa relação precisa ser de cumplicidade, porque o controle externo e o con-



Doris Coutinho com sua equipe: “A sociedade também amadureceu e já entende o nosso papel enquanto órgão fiscalizador”

geral, ainda não conseguiram usar toda essa força adquirida e fundamental para ajudar na construção de uma administração pública mais idônea e eficaz”, afirma Doris, não sem antes destacar o grande avanço que o TCE/TO obteve, em todas as áreas, desde que foi criado.

E usa o Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo Brasileiro (Promoex) como ponto ilustrativo dessa evolução.

“O Programa foi fundamental para o início da uniformização de procedimentos dos tribunais de contas. No TCE/TO, especificamente, combinou o foco nas capacitações de técnicos e membros com investimento em inovações tecnológicas, levando à conscientização da importância da equipe estar sempre atualizada”, lembra a conselheira, ressaltando que o Tribunal foi generoso ao dar todo incentivo para o servidor estudar, graduar-se, exercendo um papel que estava além de suas atribuições a fim de

trole social só são efetivos se tiverem laços muito fortes”. Já sobre a relação com os jurisdicionados, Doris Coutinho destacou o avanço das ações pedagógicas, impulsionado também, além do Promoex, pelo Programa de Formação de Agentes Públicos (Formap), voltado para a capacitação de servidores e gestores municipais.

Quando se fala em gargalo, Doris Miranda Coutinho é categórica ao afirmar que a qualidade da auditoria precisa evoluir, assim como deve haver um comprometimento maior de todos os envolvidos, visto que existe ainda uma desproporção entre o que foi oferecido em termos de qualificação, o que a sociedade espera do Tribunal e os resultados obtidos. A conselheira ainda destacou a importância do planejamento estratégico na definição de metas e outras ações, mas alertou que o tribunal só conseguirá ser efetivo, tempestivo e concomitante quando se livrar do grande estoque de processos a serem analisados e julgados

Por dentro  
do TCE

## Desbravou o Tocantins, derrubou barreiras, construiu história

Em dezembro de 2002 tornou-se a primeira mulher conselheira no Tocantins (14<sup>º</sup> do País) com pouco mais de três anos acima do limite mínimo para se ascender ao cargo. Em 2007, primeira presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO). Doris de Miranda Coutinho nunca imaginaria dar um giro de 360 graus, derrubar barreiras e fazer história ao receber o diploma de bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba naquele 1985, na capital paranaense, para onde rumou em busca do sonho sonhado na pequena Rio Negro (PR), seu torrão natal.

Mas, com a empolgação própria dos jovens, decidiu seguir os conselhos de professores, juízes e até de Sydney Sanches, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) de 1984 a 2003, e, em fevereiro de 1989, desembarcou em Araguaína com a missão de contribuir com criação do novo Estado da Federação, recém-estabelecido pela Constituição democrática de 1988. Passou rápido por lá, numa empreitada advocatícia, mas a tempo de conhecer a razão da criação do Tocantins e as ideias e ideais do seu primeiro governador.

No mesmo ano já estava em Palmas ajudando o Tribunal de Justiça (TJTO) a organizar as comarcas do Poder Judiciário, via Corregedoria. Ficou 10 anos trabalhando ao lado do desembargador João Alves da Costa, indicada que foi pelo já falecido desembargador Antônio Félix, que a conhecera em Araguaína. “Com o desembargador João Alves aprendi a ser juíza”, lembra Doris.

Mas seu destino seria outro tribunal, o de Contas, onde ingressou em 12 de abril de 1999 como procuradora de contas, após passar em concurso público. Indicada pelo governador Siqueira Campos, teve seu nome aprovado pela Assembleia Legislativa. Começava ali, no dia 30 de dezembro de 2002, a trajetória da conselheira Doris Coutinho, que depois se tornaria presidente do TCE/TO, apaixonada pelo Tocantins e, especialmente, por Palmas.

“Eu me sinto super tocaninense, diz a mãe de João Pedro, tocaninense que estuda fora desde menino, mas sempre com o foco em voltar para sua terra, onde mora sua irmã Ana Laura. “Sou apaixonada por Palmas. Meu filho é paraisense porque naquela época não tinha como ter filho aqui. Gosto muito do Lago de Palmas, onde posso relaxar. Nem passa pela minha cabeça ir embora. Minha vida está aqui, assim como minha história. É daqui que eu gosto.”

**No TCE/TO** - Natural de Rio Negro (PR), formada em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba, doutoranda em Direito Constitucional na Universidad de Buenos Aires e mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Tocantins/ Escola da Magistratura do Tocantins, além de outros títulos, Doris de Miranda Coutinho ingressou no TCE/TO como procuradora de contas em abril de 1999, passando a conselheira em 30 de dezembro de 2002. Presidiu a corte no biênio 2007/2008. Foi ainda corregedora da corte em 2014/2015 e ouvidora em 2017/2018.



## “Toda prestação de serviço público eficiente, executada com preço de mercado, certamente terá atendido todos os requisitos da lei”

O conselheiro André Luiz de Matos Gonçalves é assertivo quando indagado sobre o sistema de fiscalização de contas públicas do País como um todo. “É ainda muito voltado para a apuração da regularidade da aplicação dos recursos públicos em detrimento da sua efetividade”, afirma. “Se você parar para prestar atenção, toda prestação pública eficiente, executada com preço de mercado, certamente terá atendido todos os requisitos da lei, mas o inverso não é verdadeiro, porque é possível atender todos os requisitos da lei e ter uma prestação pública de péssima qualidade”, completa.

“Por exemplo, quanto de saúde de qualidade eu recebo por cada real investido? Se você me entregar saúde de qualidade por um valor adequado, segundo o mercado, você está fazendo uma boa gestão. Se por outro lado você cumpre um processo burocrático formal sem qualquer erro, mas compra um cesto de lixo de R\$ 20 mil, sua gestão é péssima.”

Por esse ponto de vista, lembra o conselheiro, a fiscalização precisa se preocupar mais com o contentamento da sociedade, o que já será metade do problema resolvido,



O conselheiro André Gonçalves ao lado da equipe de assessores: fiscalizar o resultado é passo na direção certa.

Ressaltando que essa não é uma particularidade apenas do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), o conselheiro lembra, para reforçar seu entendimento, de um processo licitatório feito por uma universidade, pelo qual se comprou cesto de lixo por R\$ 20 mil. “A compra foi irretocável do ponto de vista legal, mas a pergunta que a administração tem que fazer é se realmente é necessário um cesto de lixo desse preço”, indaga, lembrando que a fiscalização que foca apenas no fato e na adequação desse fato à norma - que é o que ocorre na auditoria de regularidade - não vai encontrar problema na compra de um cesto por um preço tão alto. Segundo ele, o ideal seria que a fiscalização voltasse o seu olhar para o campo da efetividade, dos resultados da aplicação dos recursos públicos, via auditorias operacionais, que começam a ganhar corpo no TCE/TO.

cabendo à auditoria de regularidade apurar o custo final, porque é possível que seja exorbitante. “Nem sempre a falta da regularidade indica que o resultado foi péssimo, pois é possível, por exemplo, que você faça um processo absolutamente imprestável, mas com resultado satisfatório”, lembra.

O conselheiro André Gonçalves destaca o investimento em inovação tecnológica, em inteligência, que permite o cruzamento de dados e agiliza as ações de fiscalização. No entanto, ele alerta que a checagem in loco, que o Tribunal já faz, jamais poderá ser substituída pela tecnologia. “Esse é o primeiro passo, mas não será um passo na direção certa, se não culminar com o exame do resultado.”

Por dentro  
do TCE

## Ex-capitão, ex-procurador, ex-reitor e conselheiro toda a vida

“Eu pretendo seguir até o final da minha carreira aqui como conselheiro. Gosto muito do meu trabalho no Tribunal de Contas do Estado e o acho muito dignificante e útil para a sociedade”, garante André Luiz de Matos Gonçalves, que chegou ao Tocantins como capitão do Exército, com curso de Direito debaixo do braço, passou no concurso e assumiu o cargo de procurador do Estado, tudo isso em 2008, nove anos depois de conquistar a patente de oficial na Academia Militar de Agulhas Negras (Aman), em Resende (RJ).

Procurador, foi lotado na Subprocuradoria de Patrimônio Imobiliário e depois assumiu a chefia da Consultoria Especial. Foi quando o governador Carlos Gaguim o convidou para fazer parte, como consultor jurídico, de uma comissão multilateral para comandar a reestruturação da Unittins. Findo o trabalho, foi alçado a reitor da instituição, de onde saiu um ano depois para assumir a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), já no governo Siqueira Campos, com quem trabalhou por quase quatro anos, tempo suficiente para ganhar a confiança (técnica e pessoal) do governador, que o indicou para conselheiro do TCE/TO, iniciativa ratificada pelo governador Sandoval Cardoso.

“Quando cheguei aqui no Tribunal, já conhecia a matéria, porque havia trabalhado no consultivo da Procuradoria e conhecera o modo de operação do Tribunal de Contas”, lembra André Gonçalves. Mas não foi só isso. Mergulhou na legislação pertinente - Lei 4.320, Lei complementar 101, Lei 8.666, Lei Orgânica da própria corte, Regimento Interno, precedentes e jurisprudências firmados pelo Tribunal de Contas da União, além da posição do STF sobre os entendimentos do próprio TCU. Foi buscar também parâmetros no modelo federal, já que a Constituição recomenda que a prestação de contas deve seguir o modelo federal (artigo 75).

“O cearense é um povo nômade. Acho que em qualquer parte do mundo você vai encontrar um cearense, pois nós temos essa capacidade de adaptação, de amar o local onde estamos e trabalhamos”, revela o filho de Fortaleza, capital do Ceará, e hoje também filho da capital do Tocantins, onde mora há 11 anos ao lado da esposa, Nancy (com quem é casado há 20 anos), e dos filhos Davi e Luíza.

“Eu me sinto muito bem tratado pelo Estado do Tocantins. E Palmas é uma cidade linda. Óbvio que é uma cidade em desenvolvimento, mas é um prodígio pela idade que tem e por tudo que já dispõe.”



**No TCE/TO** - Formado em Direito pela Universidade Federal de Fortaleza e em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras, André Luiz de Matos Gonçalves é doutorando em Direito pelo Centro Universitário de Brasília - UNICEUB e mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Tocantins. Assumiu o cargo de conselheiro em 9 de junho de 2014 e foi corregedor do Tribunal entre 2015 e 2018.



## “Fiscalização preventiva e concomitante voltada para a orientação do gestor é o caminho para se evitar eventual desvio de dinheiro público”

Com a experiência de quem conheceu de perto o trabalho das inspetorias regionais do Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO), cujos técnicos acompanhavam diretamente, até 1999, as ações dos gestores municipais, além de ter equipe permanente dentro das prefeituras de Palmas, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional e da administração estadual, o hoje conselheiro Alberto Sevilha se sente à vontade para externar seu entendimento diferenciado

Sevilha destaca os investimentos em inovação e tecnologia que vêm sendo feitos pelo TCE/TO, garantindo, entre outras ações, o desenvolvimento de sistemas que permitem a criação de trilhas eletrônicas de auditoria por meio do cruzamento de dados enviados pelos gestores via sistemas e o redesenho dos procedimentos internos para uma atuação preventiva de fiscalização, o que reforça o controle concomitante das contas públicas.



*O conselheiro Alberto Sevilha e sua equipe de assessores: prioridade do Tribunal tem que ser a fiscalização*

sobre o modelo de fiscalização dos recursos públicos adotado pelos tribunais de contas de uma forma geral.

“Nós procuramos, antes de tudo, focar na orientação do gestor sobre falhas encontradas na administração, alertando-o para que as corrija, e assim, evitar que, no futuro, possíveis atos possam ser considerados irregulares”, pondera Sevilha, para em seguida arrematar: “Desse modo é possível coibir atos que estariam sendo direcionados para um eventual desvio de dinheiro público”.

E como exemplo de sucesso dessa combinação de fiscalização preventiva e também concomitante, o conselheiro destaca o trabalho da Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (Caeng), que, via Sicap LCO, pode detectar falhas em editais de obras e concursos, por exemplo, e informar ao relator para que este alerte o gestor da necessidade de corrigi-las antes que o processo licitatório ocorra, evitando assim prejuízos.

Entretanto, Alberto Sevilha lembra que igualmente importante é o TCE ter equipe em campo, visitando constantemente os municípios. “O sistema te dá todos os dados de determinada obra, mas, muitas vezes, é preciso conferir in loco para saber se a areia, o cimento, a ferragem, e demais insumos, estão de acordo com o projeto técnico juntado no SICAP-LCO.”

O conselheiro reconhece a importância do planejamento estratégico para agilizar e qualificar as ações do TCE em relação a sua atividade fim, mas entende que alguns ritos precisam ser menos burocráticos. “Precisamos dar prioridade à fiscalização. Os meios eletrônicos são importantíssimos e facilitam muito nosso trabalho, mas também há a necessidade da presença física nas ações fiscalizatórias, porque nós temos bom senso, a máquina não”.

## Uma história de vida pautada no bom senso e equidade\*

Alberto Sevilha nasceu em 12 de fevereiro de 1955, em Guarulhos, São Paulo. Descendente de Espanhóis, é filho de Maria Amélia Sevilha e Albertino Sevilha Marin (in memoriam). Foi criado em Três Fronteiras, no interior do Estado de São Paulo, juntamente com seus irmãos Luiz Roberto Sevilha Marin e João Márcio Sevilha Marin (in memoriam). Aprendeu desde cedo com seus pais, a agir com humildade e bom senso, virtudes marcantes que acompanham seu caráter. Graduado em Direito pela Universidade Mackenzie, turma de 1986, e pós-graduado em Direito Público, pelo CEULP/ULBRA, de Palmas.

Alberto Sevilha é casado com Sueleni Alves Santos Sevilha, psicóloga e funcionária pública da Secretaria de Saúde do Município de Palmas. Vivem na capital do Tocantins, desde maio de 1995, e têm um casal de filhos, Gabrielle, que é médica em Imperatriz/MA, casada com Paulo Roberto Machado Filho, pais de Mariah e Maya, e Bruno Flávio, advogado, atuando em Palmas e cidades da região, casado com Mogiane Alves Michelon, pais de Mariana e Maitê.

Em meados da década de 80, seu sogro, João da Silva Santos (in memoriam), casado com Aurora Alves dos Santos, carinhosamente conhecida por D. Lola, morava em Três Fronteiras e viajava muito a Goiás, pois ele era natural de Campos Belos. Numa dessas incursões, adquiriu uma gleba no sertão de Arraias, à época, também município de Goiás. Sevilha, motivado pelas informações trazidas pelo seu sogro sobre a criação de um estado no norte goiano, vislumbrou, com a possibilidade da Constituinte de 88, uma nova fronteira profissional se abrir com a criação do Tocantins. Então, em 1987, promoveu a mudança da família de Três Fronteiras para Campos Belos. Ali, Alberto Sevilha começou a exercer a advocacia, estendendo seus préstimos laborais às comarcas da região, em especial de Arraias, Taguatinga, Dianópolis, Paranã, Almas e Aurora, já municípios tocantinenses a partir de 1988, onde atuou obtendo êxito e reconhecimento em toda a região.

Em Campos Belos, Sevilha conheceu Dr. Antônio Marcos Ferreira, advogado renomado no campo jurídico, tanto no Estado de Goiás como no Tocantins, resultando numa forte amizade e parceria profícua, durante 8 anos, que ajudou na consolidação do seu trabalho naquela região.

Em virtude do destaque de sua atuação na região sudeste do Tocantins, em especial na comarca de Arraias, Sevilha recebeu o convite do então deputado estadual Cacildo Vasconcelos e do recém-empossado conselheiro do Tribunal de Contas, José Jamil Fernandes Martins, para trabalhar como assessor especial de gabinete do TCE/TO, em Palmas. Sevilha adquiriu, com o conselheiro Jamil, um estimado conhecimento de administração pública, em especial sobre Tribunais de Contas, que contribuíram para que ele fosse aprovado, em 1998, no concurso do Ministério Público de Contas, onde atuou como procurador até 13 de dezembro de 2014.

Em 14 de dezembro do mesmo ano, Sevilha tomou posse como conselheiro Titular da Sexta Relatoria do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, onde vem se destacando com ideias inovadoras, em especial na fiscalização preventiva (à priori e concomitante) junto aos gestores, gerando grande economia aos cofres públicos.

\* Texto produzido pela assessoria  
do gabinete do conselheiro  
Alberto Sevilha.



## Conselheiros Substitutos



**Aداون Linhares da Silva** - Natural de Porto Nacional (TO), casado com Iracema da Silva Xerente e pai de William, Wallysson e Wilton, chegou a Palmas em 1º de janeiro de 1990 e ingressou no TCE/TO em março de 1991. Vinculado à 4ª Relatoria, é formado em Direito pela Universidade de Gurupi (Unirg) e em Ciências Contábeis pela União Educacional de Brasília (Uneb). Possui ainda especialização em Auditoria Interna e Externa e em Contabilidade Pública.

**Fernando César Benevenuto Malafaia** - Natural do Rio de Janeiro (RJ), ingressou no TCE/TO em 1999. Vinculado à 5ª Relatoria, é formado em Ciências Contábeis pelo Ceub/Brasília/DF e em Direito pelo Ceulp/Unbra-Palmas, além de mestre em Administração Pública pela Ebape/FGV e pós-graduado em Análise de Sistemas, em Contabilidade Pública e em Auditoria Governamental. É casado com Cléa Malafaia e pai de Juliana, Filipe e Fernando.



**Jesus Luiz de Assunção** - Está no TCE/TO desde março de 1991 e no cargo atual desde 2002. Natural de Morrinhos (GO), chegou a Palmas em outubro de 1990 e é vinculado à 5ª relatoria. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Goiás (UCG) e pós-graduado em Auditoria Governamental, é casado com Vandevan Alves Lino de Assunção (técnica de Controle Externo) e pai de Leonardo (in memoriam), Jesus Junior, Antônio Carlos e Joyce; e padraсто de Nathália e Yago.

**José Ribeiro da Conceição** - Natural de Porto Nacional (TO), chegou a Palmas em junho e ingressou no TCE/TO em novembro de 1990, tornando-se conselheiro substituto em janeiro de 1999. É casado com Jerônima Dias Lopes, ex-servidora do TCE, e pai de Andreia. Vinculado à 3ª relatoria, é formado em Direito pela Faculdades Unidas Metropolitanas (FMU-SP), em Ciências Contábeis pelo Ceulp/Unbra-Palmas, em Administração pela Unitins e em Gestão Pública pela Unopar, além de pós-graduação em Língua Portuguesa.



**Leondiniz Gomes** - Ingressou no TCE/TO em junho de 1989, um ano depois de sua chegada a Palmas. Natural de Tocantinópolis (TO), é casado com Alda Franco Pereira Gomes e pai de Martinho, Maysa, Leon e Leandro. Vinculado à 6ª Relatoria, é formado em Administração pelo Centro Universitário do Distrito Federal (UDF) e tem pós-graduação em Administração Pública.



## Por dentro do TCE



**Márcio Aluizio Moreira Gomes** – Natural de Porto Nacional (TO), chegou a Palmas em junho de 1990, ano em que passou no concurso para conselheiro substituto, cargo que assumiu em 1991 (havia entrado no TCE/TO em 1989 como técnico de Controle Externo comissionado). Vinculado à 2ª Relatoria, é formado em Economia pela Universidade Católica de Goiás (UCG). Divorciado, é pai de Cristhiane, Paulo Vitor e Márcio Jerônimo.

**Moisés Vieira Labre** – Natural de Tocantinópolis (TO), chegou a Palmas em 1990, um ano depois de ter ingressado no TCE/TO, em Miracema. Vinculado à 1ª Relatoria, é formado em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Júnior (RJ), com pós-graduação em Língua Portuguesa e especialização em Contabilidade Pública. Casado com Ângela Maria Cardoso Labre, é pai de Marina, Igor e Ana Clara.



**Orlando Alves da Silva** – Natural de Cristalândia (TO), desde junho de 1989 faz parte dos quadros como conselheiro substituto do TCE/TO, tendo passado a morar em Palmas em junho de 1990. Vinculado à 3ª Relatoria, é formado em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Goiás (UCG) e em Direito pelo Ceulp/Ulbra de Palmas, além de ter especialização em Auditoria Governamental e em Administração Pública, entre outros títulos. É casado com Euvanilde da Silva Brito Alves e pai de Ana Paula.

**Wellington Alves da Costa** – Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília (UnB) e natural de Goiânia (GO), chegou a Palmas em março de 1990 e ingressou no TCE/TO em março de 1999. Vinculado à 1ª Relatoria, é ex-funcionário do Serpro e ex-engenheiro concursado da extinta Telegoiás, tendo ocupado vários cargos na Prefeitura de Palmas e no Governo, entre os quais o de secretário estadual de Informática e Telecomunicação, entre 1995 a 1998. Divorciado, é pai de três filhos.



## → ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Exercer as funções inerentes ao cargo de conselheiro, no caso de vacância, até novo provimento.
- Substituir os conselheiros em suas ausências e impedimentos por motivo de licença, férias ou outro afastamento legal, junto ao Plenário e Câmaras, relatando, discutindo e proferindo voto nos processos respectivos.
- Atuar em caráter permanente junto ao Plenário e Câmaras, presidindo a instrução dos processos que lhes forem distribuídos, relatando-os com proposta de decisão por escrito, a ser votada pelos conselheiros, e participar da discussão sobre esses autos.
- Auxiliar o Presidente do Tribunal no exercício de suas atribuições.



## Com sucesso do informativo, Tribunal mira implantação do sistema de jurisprudência

“A multa coercitiva - diária (astreinte) - é aplicada ao gestor que, intimado para regularizar o portal da transparência, no prazo de 30 (trinta) dias, não cumpre a determinação. Esta multa tem efeitos imediatos e fundamenta-se nos artigos 15, 536 e 537 do Código de Processo Civil, bem como no inciso IV do art. 401 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins”, reza o trecho do julgamento pelo Pleno modulando a representação relatada pelo conselheiro André Luiz de Matos Gonçalves, acerca da divulgação de informações públicas no Portal da Transparência, e que consta na primeira edição do Informativo de Jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO), publicada com sucesso em 28 de agosto de 2018.

“A repercussão foi muito positiva, não só entre os membros (conselheiros, conselheiros substitutos e procuradores de contas), mas entre os operadores do direito, como procuradores municipais e advogados”, comemora Khenia Rúbia Franco Nunes, assessora de Normas e Jurisprudência, ressaltando que a própria Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-TO) elogiou a iniciativa, que, segundo ela, pode também facilitar a vida dos jurisdicionados.



Khenia Franco ao lado de sua equipe: sistema de jurisprudência está sendo desenvolvido dentro do e-Contas

“Separamos algumas consultas para o informativo, considerando que as mesmas são prejudicadas de tese, com caráter normativo e força obrigatória, o que facilita a busca para o público externo. Vale lembrar que o informativo tem periodicidade bimestral e pode ser acessado no site do Tribunal”, explica Khenia, alertando ainda que os enunciados (onde constam os links para visualizar as deliberações) não representam resumo oficial da decisão ou do posicionamento predominante do Tribunal.

Ela ressalta que, antes da publicação, todo o conteúdo, coordenado pelo conselheiro substituto Jesus Luiz de Assunção, é revisado por Sandro Rogério Ferreira, chefe de gabinete da 3ª Relatoria.

Fruto de um trabalho que começou em 2012 e que se intensificou em 2014, quando a equipe da Asnoj come-

çou a assistir in loco às sessões do Pleno e das Câmaras para alimentar o Sistema de Gestão de Decisões (SGD), criado, a princípio, para compor um banco de decisões selecionadas do Tribunal e, num segundo momento, para cumprir o que prevê o Código de Processo Civil no tocante à uniformização da jurisprudência dos tribunais e onde são identificados os seus precedentes. O SGD também é fonte do informativo, veículo criado para atender um dos itens previstos no Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC).

### Implantação do sistema

“Nosso sonho é ter um sistema de jurisprudência no qual possamos disponibilizar todas as nossas decisões de forma selecionada”, afirma Khenia, que, ao lado de seus colaboradores, comanda a área que é subordinada à presidência.

“Não temos, mas estamos trabalhando ao lado da Diretoria de Informática para implementá-lo dentro do próprio e-Contas”, revela, ao destacar as ações já em andamento para a padronização das ementas (síntese dos pontos essenciais das decisões) a partir da escolha de palavras-chaves para facilitar o uso de uma ferramenta de busca. “Quando o interessado acessar a

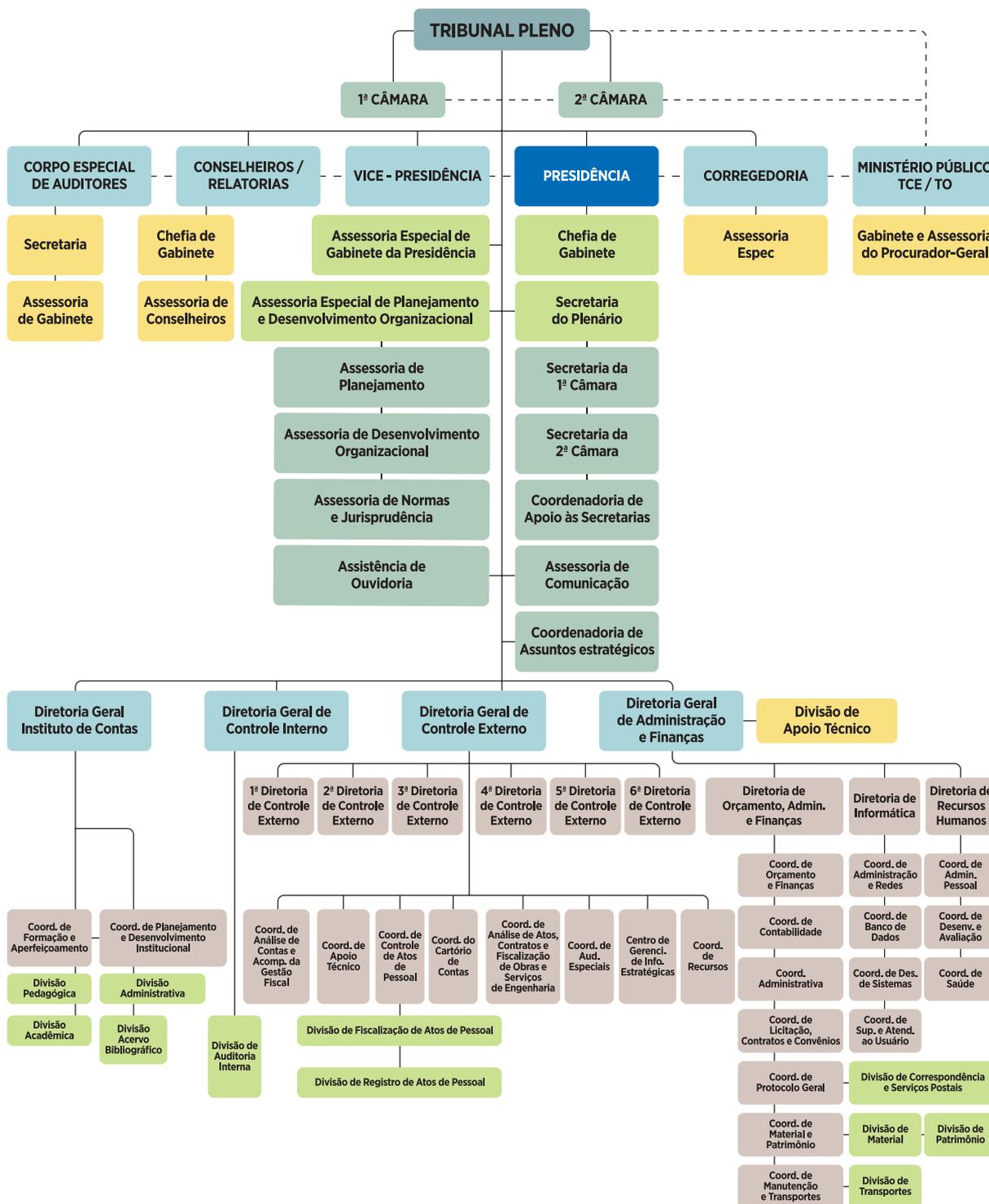
ementa já irá saber do que se trata aquela decisão, não precisando, portanto, ler seu conteúdo inteiro para localizar o que de fato precisa.”

### → O QUE É JURISPRUDÊNCIA?

É o conjunto das decisões e interpretações das leis feitas pelos tribunais superiores, adaptando as normas às situações de fato.



# Infográfico do Organograma do TCE





# Capítulo 09

Por Dentro  
do MPC





## MPC inova com parcerias e ganha visibilidade nacional

“Talentos do Ministério Público de Contas Brasileiro” é o nome do prêmio que o Ministério Público de Contas do Tocantins ostenta hoje e que foi concedido pelo Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Contas (CNPGC) e Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON) durante encontro com integrantes dos Ministérios Públicos de Contas da União, estados e municípios, em março de 2018, em Curitiba (PR). Mais que uma honraria, simboliza a nova linha de atuação do MPC/TO, cuja marca principal é o trabalho em conjunto com o Ministério Público Estadual (MPE), parceria inédita que vem colecionando êxitos no processo de fiscalização dos gastos públicos no Tocantins.

“Não adianta mais as instituições atuarem de forma isolada, em guetos administrativos, porque o processo não flui como deveria. É o trabalho ao lado de outros órgãos do Estado que produz melhores resultados tanto em qualidade quanto em celeridade”, ressalta Zailon Miranda Labre Rodrigues, procurador-geral de contas.

Inserido no organograma do Tribunal de Contas do Estado (TCE), mas com autonomia de ação, inclusive para fiscalizar os atos administrativos do próprio Tribunal, o MPC tem atuado, ao lado do MPE, de forma certa e contundente em casos como o reajuste do IPTU e o cancelamento de multas de trânsito em Palmas, e as polêmicas vistorias no Detran, por meio de fiscalizações que resultaram em vitórias, devidamente referendadas pelo Pleno do Tribunal e que evitaram prejuízos aos cofres públicos e também aos cidadãos (veja os casos na página seguinte). Além de produzir resultados efetivos e de repercussão nacional, a parceria MPC/MPE representa uma inédita linha de atuação tanto preventiva quanto repressiva contra malversação dos recursos públicos, ao quebrar bar-

reiras institucionais e abrir uma via de transparência pelo qual há compartilhamento de informações entre os dois órgãos de controle, respeitando aí prerrogativas e competências de cada um.

“Mostramos que a atuação conjunta provoca um impacto muito maior do que quando atuamos isoladamente. Prova disso é que muitos atos que nasceram aqui estão sendo copiados no Brasil inteiro”, lembra Zailon, ao comemorar o fato de o MPC ter passado a ser bastante acionado pela sociedade, seja para denunciar possíveis irregularidades ou até mesmo sugerir dicas de atuação em determinados casos. “Meu gabinete virou uma via-sacra de pessoas em geral com vários tipos de demandas e todas são atendidas. O MPC saiu do casulo.”

No âmbito interno, o procurador-geral de contas destaca a modernização do Tribunal, focada na especialização do seu corpo funcional - pós-graduação, mestrado e outros cursos voltados para a área fim de cada servidor. Via Instituto de Contas, também disponibiliza oportunidades de cursos e programas de capacitação, tanto para a sociedade em geral exercer o controle social dos gastos públicos, quanto para os jurisdicionados - governador, prefeitos, chefes de poderes e órgãos estaduais, presidentes de Câmara Municipais e gestores de fundações, fundos e autarquias - gerir de forma correta os recursos públicos. “As ações do Tribunal têm tido uma aceitação muito boa por parte da sociedade, mas ainda há espaço para evoluir, especialmente na divulgação de suas ações e da importância delas para a comunidade tocantinense”, frisa Zailon, que chefia o MPC ao lado de outros cinco procuradores de contas e seus respectivos assessores.

### — HONRARIA NACIONAL

• **Prêmio:**

“Talentos do Ministério Público de Contas Brasileiro”

• **Categoria:**

Destaque em 2017

• **Projeto:**

“União e Parceria entre o Ministério Público Brasileiro, um exemplo exitoso: credenciamento de empresa de serviço de inspeção veicular ao Detran-TO”



Zailon Miranda Labre Rodrigues, procurador-geral de contas: “Saímos do casulo”



## Resultados de ações do MPC viram referência no País



*Procuradores de contas do TCE com o prêmio concedido pelo Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Contas e Associação Nacional do Ministério Público de Contas*

Instalado no segundo andar do Edifício Ruy Barbosa, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), o Ministério Público de Contas (MPC) tem, a rigor, a missão de cuidar para que os recursos públicos administrados pelos gestores estaduais e municipais sejam empregados dentro dos princípios republicanos e que beneficiem a sociedade como um todo. Essa empreitada cabe, hoje, a seis pessoas - o procurador-geral de contas, Zailon Miranda Labre Rodrigues, e os procuradores de contas José Roberto Torres Gomes, Litza Leão Gonçalves, Márcio Ferreira Brito, Marcos Antônio da Silva Módés e Oziel Pereira dos Santos. Eram sete, mas a procuradora Raquel Medeiros Sales de Almeida se aposentou em 2018.

Hoje, na esteira da modernização do próprio Tribunal, a atuação do MPC, ao lado do Ministério Público Estadual (MPE), em casos de importância fundamental na vida dos tocantinenses tem sido vista com mais frequência e clareza pela sociedade. Melhor ainda, virou referência para o País, reconhecida e premiada pelo Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Contas (CNPGC) e Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON). É o caso da taxa de vistoria ambiental de veículos, instituída em 2016 pelo Detran-TO, que acabou derrubada tanto pelo Pleno do TCE como pela Justiça, junto com o contrato da empresa terceirizada para realizar o serviço. Todo o processo originou-se de investigação do MPC, que apontou várias irregularidades na terceirização do

serviço, como a contratação via credenciamento, e não via processo licitatório, como manda a legislação quando se trata de concessão de serviço público. O MPC apurou também que a empresa não preenchia vários requisitos estipulados pelo próprio Detran, entre eles a de estar no mercado há pelo menos três anos.

Também derrubada pela Assembleia Legislativa, a taxa ambiental impunha aos tocantinenses mais que o triplo do valor cobrado pela taxa atual. A fundamentação das representações do MPC/MPE contra a efetivação do contrato de terceirização e a vistoria, cujo conteúdo foi compartilhado com o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas, acabou servindo de base para contestações de procedimentos similares em outros estados, como Bahia e Pará.

Outra ação do MPC não menos importante e igualmente inédita foi a que derrubou o aumento do IPTU de Palmas, imposto pela Prefeitura em 2017, em média entre 30 e 35%, chegando até 300% em alguns casos. À época, um dos argumentos que fundamentaram a representação do MPC contra o decreto municipal, mais uma vez referendada pelo Pleno do TCE e com igual resultado na Justiça, sustentava que um reajuste de tão alto percentual só poderia ocorrer mediante aprovação de uma lei específica.



## OUTROS CASOS DE REPERCUSSÃO

Fevereiro de 2017

**Estacionamento Rotativo** - Alegando várias irregularidades na concorrência pública e no contrato feito pela Secretaria de Acessibilidade, Mobilidade, Trânsito e Transporte com a empresa concessionária (no valor de R\$ 94 milhões), o MPC entrou com pedido de Medida Cautelar, na qual pedia a suspensão da cobrança no estacionamento rotativo de Palmas. Suspenso em abril pelo TCE, depois de inspeção comprovar as irregularidades, o serviço voltou a ser interrompido pelo TCE após a empresa não promover as adequações exigidas.

Abril de 2018

**Multas de trânsito** - Sob o argumento de perda de prazo legal, o MPC contestou, com sucesso, a cobrança de cerca de 30 mil multas de trânsito (setembro e outubro de 2015), em Palmas. O MPC apurou que a Prefeitura não notificou os possíveis infratores no prazo de 30 dias, como manda a legislação, fazendo-o apenas em 2016, via editais, quase um ano após, o que levou o Pleno do TCE a cancelar as multas e obrigar o Município a ressarcir o valor a quem já tinha pago, ao passo que quem não pagou ficava desobrigado de o fazer.

Maio de 2018

**Fundesportes** - O processo já tramitava no TCE quando o MPC entrou com representação após detectar uma série de irregularidades na prestação de contas da Fundação de Esportes e Lazer de Palmas, relacionadas a convênios com entidades esportivas e empresas visando prestação de serviços e aquisição de produtos. Ação do MPC que terminou com a 1ª Câmara do TCE/TO rejeitando as contas do órgão municipal e obrigando os responsáveis a devolver cerca de R\$ 3,1 milhões aos cofres públicos.

## A autonomia que traz consigo a maioria institucional

### Procurador-geral



#### Zailon Miranda Labre Rodrigues

Natural de Araguatins, chegou a Palmas em 1990 e, em março de 1991, ingressou no MPC. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Ribeirão Preto-Unaerp, tem especialização em Direito Processual Penal e Civil, Processo Penal e MBA em Gestão Pública. Casado com Sandra da Silva Batista Rodrigues, é pai de Julia, Zailon e Janaina.



## — Procuradores



**Oziel Pereira dos Santos** – Natural de Alto Parnaíba (MA), chegou a Gurupi em 1955, no então estado de Goiás. Em Palmas desde 1994, é procurador do MPC desde 2001 e já exerceu por três mandatos o cargo de procurador-geral de contas. Formado em Direito pela Faculdade Anhanguera de Goiânia (GO), com pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal, é casado com Maria Dirce Farias Pereira de Almeida e pai de Celma; Karla; Ana Eduarda; Jacy Caroline e João Victor.

**José Roberto Torre Gomes** – Natural de Passos (MG), chegou a Palmas em maio de 1991 e virou procurador de contas do MPC em maio de 2001. Formado em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e mestre em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (Uniceub), já comandou quatro secretarias da Prefeitura de Palmas, entre as quais a de Assuntos Jurídicos. Divorciado, é pai de Pedro Gabriel e Mariana Gabriela.



**Márcio Ferreira Brito** – Formado em Direito pela Universidade Católica de Goiás (UCG), em Goiânia (GO), ingressou no TCE/TO como procurador, em dezembro de 2001 e foi procurador-geral de contas nos biênios 2004/2005 e 2006/2007. Casado com Sandra Barbosa da Silva Brito e pai de João Pedro, Maria Eduarda e Arthur, é natural de Tocantinópolis.

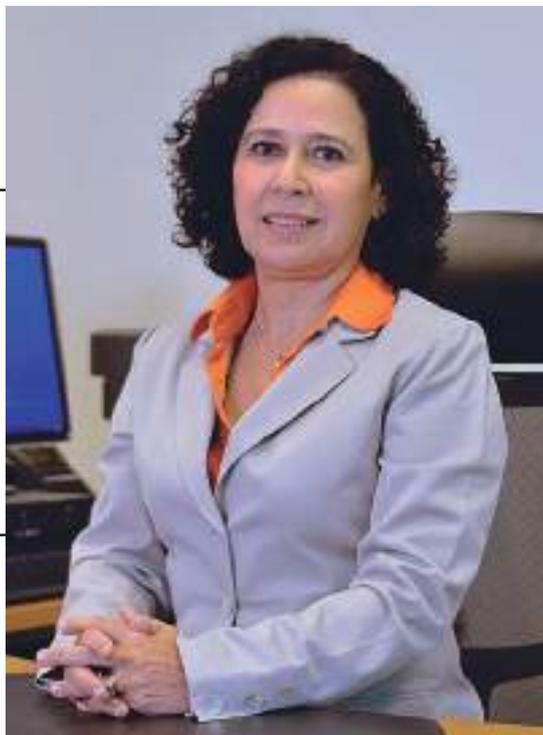
**Marcos Antônio da Silva Módés** – Natural de Ituverava (SP), chegou ao Tocantins em abril de 1989. Advogado, morou em Ponte Alta do Bom Jesus, Taguatinga e Dianópolis, antes de chegar a Palmas em janeiro de 1999 para tomar posse como procurador de contas. Graduado pela Faculdade de Direito de Franca (SP), possui pós-graduação em Direito Constitucional, Administrativo e Processual Civil. É casado com Reila de Souza Correia e pai de Brenna, Marcos Paulo e Ester.





## — APOSENTADORIAS

Defensora da autonomia do MPC, a procuradora **Litza Leão Gonçalves** (foto) aposentou-se oficialmente no dia 31 de janeiro de 2019, pelo Programa de Aposentadoria Incentivada. Formada em Direito pela Faculdade Anhanguera (Goiânia-GO), Litza assumiu o cargo de procuradora de contas em março de 1991. Ela se junta a Raquel Medeiros Sales de Almeida, que se aposentou em 3 de junho de 2018.



## — DICIONÁRIO MPC

### • Medida cautelar

Procedimento urgente com o objetivo de evitar danos ao patrimônio público.

### • Recomendação ministerial

Instrumento utilizado pelo Ministério Público de Contas, com base em razões fáticas e jurídicas, para aconselhar o destinatário sobre a prática ou abstenção de determinados atos, conforme o interesse público e a relevância social.

### • Representação

Possibilidade conferida a órgãos e entidades legitimados, inclusive o MPC, para solicitar ao TCE que conheça e adote as providências necessárias diante de irregularidades no gasto do dinheiro público que esteja sujeito à sua competência.

### • Requerimento ministerial

Solicitação feita pelo procurador de Contas ao TCE sobre informações, providências e medidas que entender pertinentes.

### • Parecer ministerial

Manifestação fundamentada e conclusiva dos Procuradores de Contas sobre a regularidade dos atos e contratos administrativos nos processos que lhe são submetidos.

### • Parquet

Termo em francês que é utilizado como sinônimo de Ministério Público.



*Fachada do edifício Ruy Barbosa.  
O segundo andar abriga o Ministério Público  
de Contas do Estado do Tocantins*

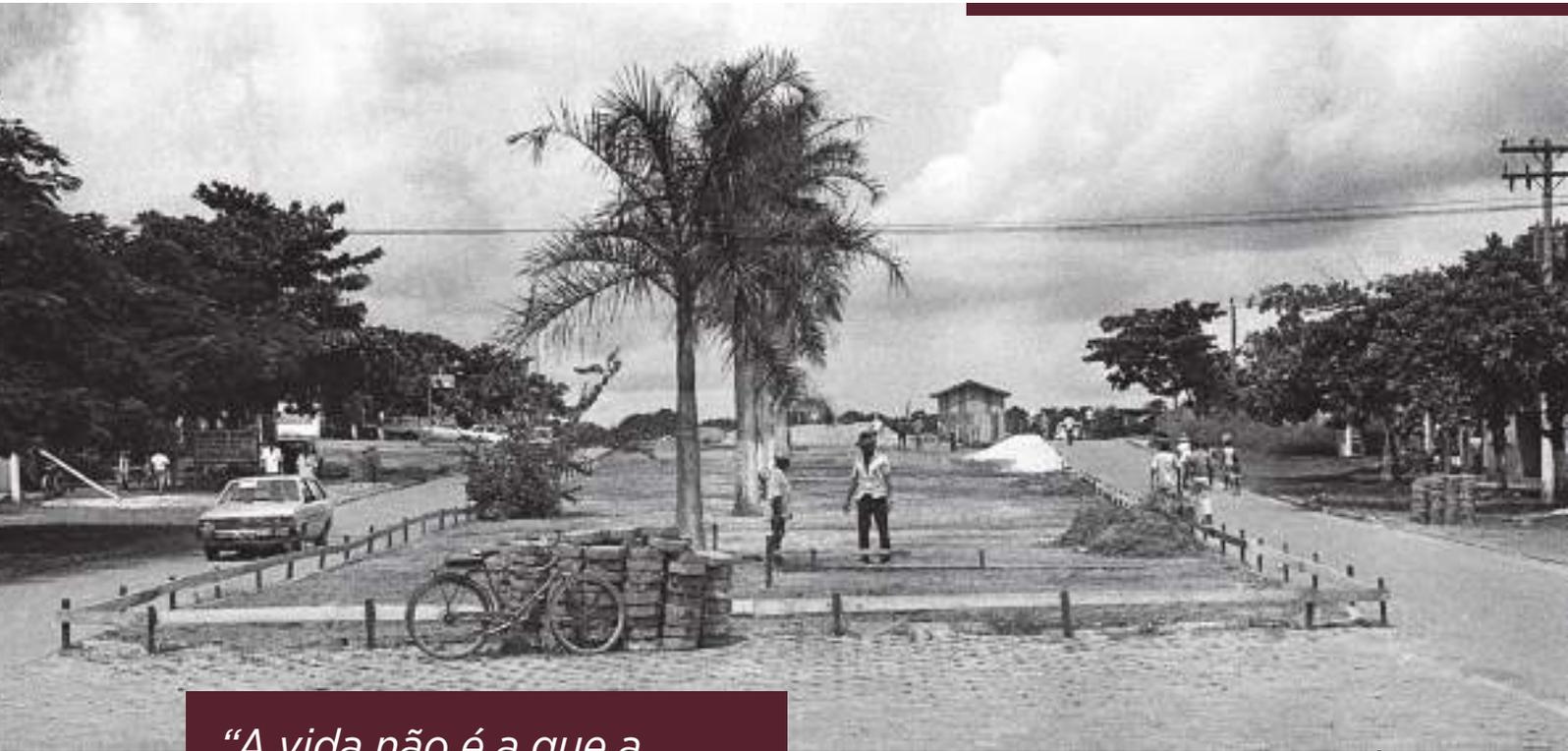


# Capítulo 10

TCE na  
História



Cachoeiras Jalapão



*“A vida não é a que a gente viveu e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la”*

Gabriel García Márquez

### **Caminhos cruzados...**

Qual a distância entre a história de Ana Carolina Ribeiro de Moraes e a história de Joaquim Theotônio Segurado? Cronologicamente, dois séculos e algumas jardas de anos. Mas a licença histórica nos permite dizer que ela começa no sonho dele e termina na realidade dela. E qual o elo entre eles? Um caminhão. Sim, um caminhão que o hoje conselheiro José Wagner Praxedes viu aparecer nos primeiros dias de janeiro de 1989, na Avenida Tocantins, numa então capital provisória, vindo da já ex-capital Goiânia, e estacionar na porta do que parecia ser uma residência comum, carregado com uma papelada de processos dos municípios ao norte do Paralelo 13, agora sob uma nova jurisdição. É esse caminhão, visto por olhos vivos e transformado em fantasia, que desnuda uma jornada épica secular, repleta de personagens de muitas épocas e de diversas plagas, num cruzar de caminhos que, poeira a poeira e sol a sol, levantaram um Estado, uma cidade, um Tribunal...

Obras na Avenida Tocantins, em Miracema, em 1989: o caminhão da história estava chegando

*“Nos idos de 1989, Miracema era Capital Provisória, o Tribunal de Contas recém-criado e implantado e, sem aviso prévio, estacionou, na porta do TCE/TO, um caminhão trazendo todas as prestações de contas dos municípios que passaram a fazer parte do Tocantins. Mesmo sem muita experiência, não me intimidei e, junto com os técnicos, recebemos, analisamos e colocamos todos os processos aptos a serem julgados.”*

**José Wagner Praxedes**, conselheiro, natural de Nazaré (TO)

*“Ao longo desses 27 anos de Tribunal, a minha trajetória, que começou em julho de 1991 (quatro meses depois da inauguração da Praça dos Girassóis), tem sido de grande dedicação e aprendizado que contribuíram para minha ascensão profissional. Isso fortalece o meu entendimento de que todos somos capazes, dependendo unicamente do nosso comprometimento”*

**Márcia Cristina Gonçalves da Cruz**, Assistente de Controle Externo, natural de Porangatu-GO

*“Iniciei minha vida profissional no TCE/TO, em 1992 (ano do tombamento do Palacinho em Palmas), onde tive a oportunidade de supervisionar vários processos que impactaram no desenvolvimento do Estado. Recordo de um trabalho no antigo Dertins para fomentar a publicação dos extratos das obras paralisadas e das portarias de fiscalização, já contribuindo e incentivando uma administração pública mais transparente”*

**Dênia Maria Almeida da Luz Soares**, diretora da 1ª Diretoria de Controle Externo, natural de Brasília (DF)



Antiga Porto Real, Porto Nacional já vivia o clima libertário na década de 1950

“

...Foi na boleia dele que Theotônio subiu para iniciar a “saga tocantinense” lá no fundo tempo, mais precisamente em 18 de março de 1809, nomeado que foi pela coroa portuguesa para comandar a Comarca do Norte, resultado da divisão da Capitania de Goiás e batizada de São João das Duas Barras, nome que seria dado à vila em que ela seria instalada. Seria. Não foi. Nem na convergência entre os rios Araguaia e Tocantins nem na convergência entre os rios Palma e Paranã. Mas Theotônio Segurado fez muito mais que uma vila. A bordo do nosso caminhão real e imaginário, espalhou a semente da luta pela emancipação que brotou rapidamente nos julgados de Porto Real, Natividade (que acabou virando sede da Ouvidoria), Conceição, Arraias, São Félix, Cavalcante, Traíras e Flores. Semente que vingou a partir da metade da década de 1950, em várias cidades do já então Norte de Goiás, com vários movimentos separatistas envolvendo estudantes, profissionais liberais, juizes, advogados, jornalistas, lideranças políticas regionais...

”

“Foi a criação e as instalações das Inspetorias Regionais, entre 1992 e 1996 (ano da criação da então Fundação Universidade do Tocantins-Unitins), vislumbra aquele momento a construção do modelo interativo de controle dos recursos públicos, quando as ações de fiscalização eram realizadas In Loco com a participação direta dos cidadãos, cujo objetivo era estimular o controle social e, sobretudo, a melhoria da gestão pública”

**Orlando Alves da Silva**, conselheiro substituto, natural de Cristalândia (TO)

“Ingressei no TCE em 1993 (ano da posse do 1º prefeito eleito da Capital) e participei de todo o processo de implantação da área de comunicação. Naqueles tempos, o equipamento mais moderno era uma máquina de escrever elétrica. Com o processo de modernização e implantação dos sistemas eletrônicos tudo ficou mais fácil e ágil. Hoje o repórter ou o cidadão acessam qualquer peça dos processos que tramitam no Tribunal.

**Lauri Meyer**, assessor de Imprensa e Relações Públicas, natural de Tenente Portela (RS)

“Como procurador, no comando de uma equipe multidisciplinar, fizemos uma inspeção muito bem sucedida em dezembro de 1993, no interior do Estado, que acabara de completar cinco anos. Ficamos 20 dias fora, dormindo até no chão, mas a inspeção culminou na intervenção do governo estadual em Arapoema e Goiatins”

**Zailon Miranda Labre Rodrigues**, procurador-geral de Contas, natural de Araguatins (TO)



A histórica foto do presidente da Assembleia da Nacional Constituinte, Ulisses Guimarães: o Tocantins estava criado

“ ...E foi nesse cenário, pavimentado pela efervescência política e guiado pelo viés separatista, que o nosso caminhão chegou a Colinas, onde desceu Theotônio, e subiu o vereador José Wilson Siqueira Campos, que, já deputado federal, embarcou a Brasília para, ao lado de várias lideranças políticas nortenses, comandar, com direito a greve de fome, o processo de criação do Tocantins, concretizado no dia 5 de outubro de 1988, sob os auspícios da Constituição Federal democrática, pós regime militar, construída na Assembleia Nacional Constituinte presidida pelo deputado Ulysses Guimarães e um apoiador da causa nortense, assim como muitos parlamentares goianos. Foi com o sonho transformado em realidade na bagagem que o nosso caminhão chegou à capital provisória Miracema, no dia 1º de janeiro de 1989, para a solenidade de instalação do mais novo estado da Federação, já com o seu primeiro governador eleito - Siqueira Campos. Trazia também personagens importantes de uma outra história...”



“Um prefeito do Bico do Papagaio, para agradar gregos e troianos, ‘empregava’ mais de 600 funcionários, mas por valores bem menores que o salário mínimo. Daí surgiu a ideia de aceitar as contas do prefeito e orientá-lo a reparar a ilegalidade. Mas no fim os conselheiros decidiram imputar débito ao prefeito para dar exemplo aos demais. Isso foi entre 97 e 98, ano da inauguração do Parque Cesamar”

**Alberto Sevilha**, conselheiro, natural de Guarulhos (SP)

“Com satisfação visito memórias do ano de 1999, quanto participei da minha primeira capacitação sobre Instrumentos de Planejamento, tema importante na administração pública, inclusive para os dias atuais, naquela ocasião o governo do Estado despertava para realização do Orçamento Participativo.”

**Fernanda Almeida Corrêa Antunes**, auditora de Controle Externo, natural de Goiânia (GO).

“Um fato marcante que, para mim, vincula as histórias do Tribunal de Contas, de Palmas e a do Tocantins à minha vida profissional, ocorreu em 2000 (quando 130.528 pessoas já moravam em nossa Capital, segundo o IBGE). Ficava em uma das extintas inspetorias na Secretaria Estadual de Educação e, pela janela, via dezenas de operários colocando as pedras portuguesas na Praça dos Girassóis, formando o brasão do Estado”

**Roger Tolentino**, diretor geral do Instituto de Contas, natural de Araguatins-TO.



Governador eleito, Siqueira Campos ao lado de Antônio Gonçalves de Carvalho Filho (à esquerda) e João de Deus Miranda Rodrigues (penúltimo à direita), conselheiros do TCE/TO, além de outras autoridades, durante solenidade em maio de 1989

“ ...A do Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO), criado no dia 23 de janeiro de 1989, com a sanção da Lei nº 1, e instalado efetivamente em 5 de maio do mesmo ano, com as posses do conselheiro e primeiro presidente, Antônio Gonçalves de Carvalho Filho, e dos conselheiros João de Deus Miranda Rodrigues e José Ribamar Meneses. Antes disso, lá por meados de fevereiro, alguns poucos funcionários já labutavam na casa alugada em Miracema, com sua mesinha de madeira e cadeiras doadas pelo proprietário, transformada em sede da Corte de Contas, com os processos dos municípios que viraram tocantinenses com a divisão de Goiás. Com eles, o nosso caminhão também trouxe Ibamar Tavares, responsável pela implantação do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás e que foi personagem importante na estruturação do nosso TCE, sendo, depois, seu primeiro procurador-geral de contas. Era a história do Tribunal começando paralelamente e entrelaçada a uma nova saga, a construção da mais nova capital do País a partir do nada, mas com muito sol, poeira e fé no porvir...”



*Hotéis do interior (dar um tratamento diferente para esse texto)  
Equipe de engenharia rumou para fiscalizar obras no sudeste do Estado. Era fim de maio de 2001, época do início do enchimento do Lago (adeus, Praia da Graciosa). Chegamos lá cansados e com os cabelos “laqueados” de terra. Depois de localizarmos o hotel, verificamos o valor da diária, R\$ 20,00. O motorista logo falou: - doutor, essa diária é pra engenheiro, eu sou motorista, vou ficar em outro lugar. Argumentei: - que isso, rapaz, fica com a gente aí, você paga menos... - Não doutor, vocês ficam mais à vontade e eu também. No dia seguinte, o motorista veio contando a história: - Doutor, dormi muito barato!!! - Quanto foi? - Uai, eu perguntei quanto era, e a moça disse: R\$ 5,00; e aí eu assustei - CINCO???, achando barato demais. E ela retrucou de imediato, pensando que estava caro: - mas eu faço por R\$ 4,00!*

**Flávio Brito Teixeira e Silva**, coordenador da Caeng, natural de Goiânia (GO)

*“Como bem ressaltou o governador Siqueira Campos, a semente estava lançada, as instituições públicas criadas e compostas na sua integralidade. Agora estávamos iniciando um novo ciclo e precisávamos conservar o que estava posto. Difícil imaginar hoje, após quase 17 anos como conselheiro, que naquele 30 de dezembro de 2002 (ano da inauguração da Ponte da Amizade ligando Palmas a Paraíso), estava ocorrendo uma mudança significativa na história do Tocantins e eu, enquanto integrante dessa corte, um dos seus personagens”*

**Severiano Constandrade**, conselheiro vice-presidente, natural de Teresina (PI)



*Palmas já fervilhava de gente em 1988, com o início das obras de construção da mais nova capital do País*

“ ...E o nosso caminhão rodou muito desde que o bispo Dom Celso Pereira celebrou a missa que marcou o lançamento da pedra fundamental de Palmas, no dia 20 de maio de 1989, no terraço da Praça dos Girassóis, sob o olhar virgem da Serra do Carmo e apinhada de gente dos quatro cantos e de tantos sonhos, pronta para meter a mão na poeira e fazer aquele naco de cerrado puro virar ruas, avenidas, escolas, faculdades, hospitais, parques, praias, lago, palácio, palacinho, espaço cultural, prédios em meio a erros e acertos, alegrias e tristezas, dores e glórias. E ele estava também numa segunda missa, no dia 1º de janeiro de 1990, celebrando a transferência definitiva estrutura administrativa do Estado de Miracema para Palmas, agora sob o comando do prefeito Fenelon Babosa, alçado ao cargo após uma engenharia política que costurou a transferência do então município de Taquaraçu do Porto (com status de distrito) para a nova Capital e com ele seu chefe do Executivo e os integrantes do Legislativo municipal...”



*“O que me marcou muito e me causou muita emoção e gratidão, pois eu não esperava, foi a forma carinhosa como fui recebido pelos servidores do TCE no momento da minha posse, em dezembro de 2002 (ano da inauguração do Museu Histórico do Tocantins). Sou eternamente grato por aquela manifestação espontânea de calorosos aplausos no momento solene de posse”*

**Napoleão de Souza Sobrinho**, conselheiro, natural de Tocantínia (TO)

*“Um fato marcante na minha vida profissional ocorreu em abril 1999, data em que cheguei para tomar posse em Palmas, um mês antes da Capital tocantinense completar 10 anos. Nesse período, participei da implantação do Programa Qualidade Total, por meio do qual ampliei minha visão a respeito do Tribunal e dos servidores da casa, o que me impulsionou a colaborar mais com as atividades da instituição”*

**Wellane Monteiro Dourado da Silva**, diretora-geral de Controle Externo, natural de Imperatriz (MA)

*“Em 2006 (data de inauguração da Hidrelétrica Peixe-Angical), tive o privilégio de representar o TCE na assinatura do convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para adesão ao Promoex, considerado um divisor de águas na atuação das cortes de contas, o programa possibilitou um grande avanço institucional, com investimento em tecnologia da informação, harmonização de entendimentos da Lei de Responsabilidade Fiscal, incentivo ao Controle Social, dentre outros feitos”*

**Manoel Pires dos Santos**, conselheiro-presidente, natural de Miracema (TO)



Vista dos barracões onde se instalou o TCE, em 1990, e logo à frente a área onde foram construídos a sede, o edifício Ruy Barbosa e o Instituto de Contas.

“...Daí para frente, nosso caminhão turbinou os motores da história e fez o tempo voar na última década do século 20 no coração do Brasil, que bateu em ritmo frenético ao compasso do roncar dos tratores, das máquinas, num ferver de gente daqui, de lá, de acolá, pegando pesado para construir seus lugares e lugares de outros tantos. E nada mais ilustrativo que o vai e vem do nosso caminhão a levar gente que trabalhava em Miracema para dormir na Capital e a trazer gente que trabalhava na Capital para dormir em Miracema. Era gente fazendo as histórias do Tocantins, de Palmas e do Tribunal. O Tribunal do barracão de madeirite, em 1990, e do primeiro concurso público e suas 202 vagas no final daquele mesmo ano; o Tribunal dividindo espaço de prédios das secretarias em 1991; o Tribunal da sede definitiva em 1999 e de mais outras duas na sequência; o Tribunal completo para desempenhar sua missão em 2002, com a posse de mais quatro conselheiros; o Tribunal do Promoex, o Tribunal feito de gente, gente que já dormiu no chão ou em pensão de R\$ 4,00 para zelar dos recursos públicos; o Tribunal do século 21; o Tribunal de Ana Carolina Ribeiro de Moraes, a última a subir na boleia do nosso caminhão e seu realismo mágico que não tem hora de parar.”

*Em 2007 (ano da inauguração da Escola Padre Josimo Tavares em Palmas), fiz uma representação ao Pleno, também enviada aos MPs estadual e federal, solicitando fiscalização das contas da Unitins e a regularização de seu contrato com a empresa Educon, marcando uma fase proativa do MPC e que fez o MPF recomendar ao MEC a suspensão dos seus vestibulares, o que levou ao fim do contrato e ao estabelecimento da competência do TCE para fiscalizar a então fundação.*

**José Roberto Torres Gomes**, procurador de Contas, natural de Passos (MG)

*“Um momento que está marcado na minha memória, foi a repercussão positiva da primeira Auditoria Ambiental realizada por esta Corte de Contas, em 2010 (ano da inauguração do trecho Guarai/Palmas/Porto Nacional da Ferrovia Norte-Sul.) O objeto era o “Sistema de Esgotamento Sanitário da Capital”. Em virtude daquela auditoria, o TCE teve uma mídia espontânea, durante 3 dias consecutivos, dos principais jornais do Estado.*

**Ikaro Peres Cunha**, auditor de Controle Externo, natural de Porangatu-GO

*“2011 (ano da inauguração da ponte entre Miracema e Lajeado), foi marcante para Palmas, para o TCE e para mim. Naquele ano, a jovem Capital revolucionava seu modo de fazer comércio com a chegada de um grande shopping. O TCE, por sua vez, ousava em sua primeira auditoria em receita tributária. E eu ganhava minha filha. Alice chegou entre reuniões, cafés e o desafio de criar um novo tipo de auditoria ao lado de minha equipe”*

**Carolina Vieira de Paula**, assistente de Ouvidoria, natural de Goiânia (GO)

*“A criação da Lei da Transparência, em 2011, representou um avanço da minha carreira. A partir dela, ficou estabelecido o dever da divulgação de informações da administração pública ao cidadão. Assim, no exercício das minhas atribuições, desde 2009, contribui para a melhoria da qualidade da informação e dos sistemas de informação que processam e armazenam dados públicos”*

**Ana Carolina Ribeiro de Moraes**, auditora de controle externo, natural de Brasília (DF)

